

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PLANO DE INVESTIMENTOS E

DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

- 1996 -

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE
DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA
— 1996 —

INDICE

INTRODUÇÃO

1 - O CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL	1
2 - PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	6
3 - LINHAS DE ACTUAÇÃO SECTORIAIS PARA 1996	13
• Agricultura, Silvicultura e Pecuária	13
• Pescas	21
• Indústria/Artesanato	25
• Turismo	27
• Comércio e Serviços	29
• Transportes	32
• Energia	36
• Educação	38
• Investigação e Desenvolvimento Tecnológica	39
• Formação Profissional e Emprego.....	41
• Juventude	42
• Cultura	43
• Desporto	45
• Saúde	45
• Segurança Social	47
• Habitação	48
• Ambiente e Ordenamento do Território	48
• Modernização Administrativa e Informação Científica e Técnica	54
• Emigração	55
4 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	57
5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, POR SECRETARIAS, PROGRAMAS E PROJECTOS	66

INTRODUÇÃO

O Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da RAM (PIDDAR) para o ano de 1996, enquadra-se no Programa de Governo 1992/1996 e no Plano Médio Prazo 1994/1999.

O PIDDAR 1996 é o ano de consolidação de investimentos, ritmos e dinâmicas tendentes à realização de prioridades, linhas de acção e acções estruturantes, as quais se encontram, na sua maioria, enquadradas em intervenções operacionais do Quadro Comunitário de Apoio para o período de 1994/1999 (QCA II), bem como em programas que reforçam a solidariedade como exigência de equidade de justiça, numa sociedade que não pode esquecer a desigualdade, a pobreza e a necessidade de cobertura dos riscos sociais.

Trata-se de preparar a entrada da Região Autónoma da Madeira no século XXI, num contexto caracterizado pela internacionalização e em que se adensa o quadro de complexidades e incertezas do processo da UEM, fazendo permanecer no terreno todas as hipóteses: união monetária alargada antes do fim do século, união monetária restrita, adiamento da união para o início do próximo século, ruptura cambial e ruptura cambial superada politicamente.

Neste contexto de desafios, de mudança, de novas e subtis formas de concorrência económica, é essencial que a capacidade de afirmação regional se baseie cada vez mais na mobilização de vontades e energias, no investimento no capital humano e na aposta nas novas gerações, na responsabilidade para cumprir a esperança e na valorização da comunidade de destinos que somos, numa forma aberta, tolerante e organizada, como só a democracia o permite.

1 - O CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

Na evolução recente da **situação económica internacional** constata-se que, após vários anos difíceis no início dos anos 90, tem-se assistido a uma recuperação quase generalizada da actividade económica das economias industrializadas da OCDE, com excepção do Japão.

Muito embora se preveja para 1995 e 1996 uma diminuição do ritmo de crescimento na maior parte destas economias, as perspectivas económicas mantêm-se favoráveis para o conjunto dos países, sendo a taxa apontada para aqueles dois anos, de cerca de 2,7%. Com efeito, ao longo do primeiro semestre de 1995 surgiram factores perturbadores que afectaram as perspectivas de crescimento a curto prazo e que se prendem, principalmente, com a crise mexicana que se declarou no fim de 1994, com a queda abrupta do peso, bem como com os efeitos deflacionistas da apreciação da taxa de câmbio da moeda japonesa e, em menor grau, na Alemanha e em alguns pequenos países que seguem de perto o marco alemão. As autoridades foram obrigadas a tomar medidas orçamentais e monetárias restritivas para regular a procura.

A União Europeia, no seu conjunto deverá manter, em 1995 e 1996, um ritmo de crescimento sensivelmente idêntico ao verificado em 1994 (2,8%).

O comércio mundial desenvolveu-se com um grande dinamismo em 1994, tendo registado um aumento de quase 10% em termos reais. Espera-se que este ritmo de expansão prossiga a uma taxa de cerca de 9% em 1995, devendo depois atenuar-se em 1996 para 7,8% devido, sobretudo, a uma desaceleração da procura interna nos EUA. A forte expansão das trocas mundiais traduz uma intensificação dos fluxos comerciais, tanto nos países da OCDE como nos que não pertencem a esta organização, em resultado da conclusão de acordos visando a redução de obstáculos ao comércio.

Os desequilíbrios externos deverão manter-se elevados. O défice da balança de operações correntes dos EUA, que atinge cerca de 2,75% do PIB, só diminuirá ligeiramente em 1996, enquanto o excedente do Japão deverá reduzir-se sensivelmente para atingir 2,25% do PIB no mesmo ano.

O emprego deverá aumentar em quase todos os países, o que já não se verificava desde o fim dos anos 70. As taxas de desemprego deverão baixar, mas o nível de desemprego manter-se-á elevado, nomeadamente na Europa em que atingirá cerca de 10,5% da

população activa.

A inflação na zona da OCDE atingiu, em 1994, o seu nível mais baixo sendo o acréscimo do índice de preços implícito no consumo privado estimado um pouco acima dos 2%. No entanto, espera-se a curto prazo uma aceleração generalizada da alta de preços, sem contudo ultrapassar os 2,5% até 1996. Os índices salariais deverão aumentar progressivamente em 1995 e 1996 devido a pressões no mercado de trabalho em diversos países.

Os preços dos produtos de base deverão aumentar ao mesmo ritmo do nível geral de preços.

A evolução da inflação tem sido também influenciada positivamente pelas apreciações da moeda ocorridas na Alemanha, e nos países que mantêm uma paridade muito estreita com o marco, e no Japão e, no sentido de alta, nos países em que a moeda sofreu depreciações, nomeadamente a Itália, o Reino Unido, a Espanha, o México, a Suécia e a Turquia.

Apesar de as previsões serem geralmente favoráveis para a maior parte dos países, existem riscos que poderão comprometer um crescimento não inflacionista a mais longo prazo, a estabilidade macro-económica, os ganhos de produtividade e emprego, bem como o sistema comercial aberto, multilateral e baseado em acordos internacionais. Tais riscos advêm da possibilidade de ressurgimento de tensões inflacionistas, de movimentos cambiais que poderão afectar os fluxos comerciais e a confiança das empresas e dos consumidores e de turbulências nos mercados financeiros que poderão vir a pôr em questão o processo de desregulamentação financeira ou conduzir a soluções de recurso a medidas que poderão prejudicar o funcionamento normal dos mercados. A nível da União Europeia, a ocorrência de flutuações bilaterais, no âmbito do Sistema Monetário Europeu, está na base de um clima de incerteza quanto à integração das diversas economias na terceira fase da União Económica e Monetária.

A situação das finanças públicas é insatisfatória na maior parte dos países da OCDE, pelo que se impõe a redução dos défices orçamentais e do peso da dívida no PIB. Por outro lado, deverão prosseguir esforços para manter a estabilidade de preços a médio prazo, bem como uma maior transparência a nível dos mercados financeiros.

Quanto às economias não pertencentes à OCDE, segundo esta Organização, a retoma económica continua a prosseguir na maior parte dos países da Europa central e oriental, enquanto na Federação Russa a recessão deixou de se agravar no primeiro trimestre de 1995. As economias dinâmicas da Ásia, ou seja, a Coreia, Taipé (chinesa), Hong-Kong, Singapura, Tailândia e a Malásia, são actualmente influenciadas por vários factores que se prendem com as incertezas que pairam sobre o processo de reforma na China, com o reforço da sua competitividade internacional favorecido pela depreciação recente das respectivas moedas em relação ao iéne, pelo dinamismo da procura interna e pelo risco de recrudescimento de tensões inflacionistas, induzidas pelo rápido crescimento associado à depreciação monetária.

Na América do sul e central, a crise mexicana atingiu os outros países da região, mas essencialmente através da diminuição das entradas de capitais que haviam sido importantes nos anos que precederam aquela crise e de um aumento da taxa de juro. Os resultados macro-económicos da região nos próximos anos dependerão, em grande parte, do nível a que se estabilizarem os fluxos de capitais.

Na Venezuela, os controlos de preços e de câmbios e a crise bancária contribuíram para abalar a confiança dos agentes económicos. Esta situação, associada a um dos regimes menos liberais da região em matéria de investimento estrangeiro, não haviam favorecido a entrada de capitais, pelo que este país não foi muito afectado pela crise do México. A situação de crise mantém-se neste país, devendo o PIB diminuir pelo terceiro ano consecutivo (-1,1% em 1993, -3,3% em 1994 e -1,0% em 1995) antes de recuperar em 1996, com um crescimento de 1%. A inflação continuará elevada (58% em 1994 e 80% em 1995 e 1996), em virtude dos significativos défices orçamentais e de um empolamento da oferta monetária associada à crise bancária iniciada em 1994, a qual levou à nacionalização de um grande número de bancos. As importações deverão voltar a aumentar em 1995 e 1996.

No que respeita à **economia portuguesa**, a mais recente informação disponível permite confirmar que prossegue em 1995 a trajectória de recuperação do nível de actividade económica, iniciada no segundo trimestre de 1994. Esta evolução reflecte uma recuperação do consumo privado, um comportamento muito dinâmico da Formação Bruta de Capital Fixo, nomeadamente nas suas componentes de equipamento e de construção, um contributo muito significativo do processo de reconstituição de existências, uma revisão, no sentido do aumento, do consumo público e um contributo negativo da procura

externa líquida que se traduziu por um comportamento dinâmico, tanto das exportações como, em maior grau, das importações. O crescimento real do PIB deverá situar-se no intervalo de 2,5 a 3,0 por cento (contra 1 por cento em 1994).

O deflator do consumo privado deverá situar-se entre 4,1% e 4,3%, o que constitui uma desaceleração de cerca de um ponto percentual em relação ao observado no final de 1994.

Em 1995 não se vem registado uma desaceleração significativa dos salários nominais, ao contrário do que se tinha verificado em 1993 e 1994.

A taxa de desemprego tem vindo a registar, ao longo de 1995, aumentos, em termos homólogos, cada vez menores desde o primeiro trimestre de 1994, verificando-se alguns indícios de recuperação no mercado de trabalho.

O défice da Balança de Transacções Correntes (BTC), numa base de transacções, deverá aumentar em 1995. A BTC deverá registar um saldo negativo entre -1,5 e -2,0 por cento do PIB. Em relação ao ano de 1994, estima-se um aumento das transferências públicas, uma redução das transferências privadas e uma deterioração da balança de rendimentos.

O défice do Sector Público Administrativo (SPA) deverá corresponder a 5,5 por cento do PIB, ou seja, menos 0,3 pontos percentuais do que foi admitido inicialmente, com base no Orçamento de Estado para 1995. Esta revisão deve-se, principalmente, a um aumento das receitas fiscais face ao previsto. De acordo com informações de Agosto, a dívida pública, expressa em percentagem do PIB, registará um aumento de 69,6% em 1994 para 70,5% em 1995.

Para 1996, a economia portuguesa deverá prosseguir o processo de recuperação, ao qual não é alheia a conjuntura externa favorável. Para tal, há necessidade de perseverar nas políticas dirigidas à consolidação do processo desinflacionista, em particular a estabilidade cambial, bem como de desenvolver esforços no sentido do reforço da credibilidade do sistema financeiro e do controlo do défice público, de modo a evitar as derrapagens económicas e financeiras e, assim, o risco de turbulências e perturbações abruptas que ocorreram em anos anteriores.

Persistirá a expansão da procura externa, melhorando de certa forma a Balança Comercial que, mesmo assim, continuará deficitária. Este efeito expansionista das exportações, conjugado com uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), poderá criar as condições necessárias para que o crescimento do PIB, em termos reais, corresponda em 1996 às previsões revistas pela OCDE e que são de 3,2%.

A taxa de desemprego prevista para 1996 deverá situar-se nos 6,3%. A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), deverá beneficiar de uma desaceleração, prevendo-se que se situe entre 3% e 4%.

No que diz respeito ao sector exterior, a Balança de Capitais, poderá revelar um excedente nos anos de 1995/96, o que contribuiria para compensar a degradação conjuntural que se regista na Balança Comercial.

Os principais riscos associados a estas previsões prendem-se com as taxas de juro, com as taxas de câmbio e com o saneamento das finanças públicas. O escudo continua, como outras moedas, bastante vulnerável a novas perturbações nos mercados de câmbios internacionais. As decisões de investimentos têm-se mantido muito prudentes, após a última desvalorização do escudo ocorrida em Março de 1995, e face à perspectiva de evolução das finanças públicas.

2 - PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

A política de desenvolvimento que tem vindo a ser prosseguida e que será continuada em 1996 com os ajustamentos que se afiguraram necessários, procura responder às principais questões ligadas ao processo de desenvolvimento da Região e aos desafios decorrentes de um contexto externo caracterizado por profundas e rápidas mutações e por um reforço da competição, quer no âmbito comunitário, quer mundial.

Tais questões pretendem-se, essencialmente, com:

- limitações territoriais e de recursos, problemas de acessibilidade externa, características orográficas adversas que condicionam o povoamento e uma cobertura da população por serviços básicos para a qualidade de vida, em particular nos domínios do abastecimento da água, do saneamento básico, da habitação, bem como a agricultura e o sistema de transportes terrestres;
- sistema produtivo que ainda se apresenta configurado segundo um modelo de especialização propiciador de vulnerabilidades e de uma acentuada dependência do exterior e que, sobretudo nas actividades tradicionais, gera fracos rendimentos e apresenta dificuldades na adaptação ou redimensionamento exigidos pelas condições próprias de um mercado livre e aberto;
- predominância de empresas de muito pequena dimensão, com insuficiente capacidade de iniciativa, de investimento e de cooperação sob formas organizativas adequadas a uma lógica de actuação à escala europeia ou mesmo mundial;
- assimetrias intra-regionais, tanto no domínio da actividade económica e do emprego, como da acessibilidade a redes de infraestruturas básicas e a equipamentos sociais, o que implica a necessidade de contrariar o processo de abandono dos concelhos menos atractivos e de resolver problemas acrescidos no domínio das condições de vida e da inserção social;
- insuficiente qualificação dos recursos humanos em geral e da população activa

em particular, sobretudo tendo em conta a necessidade de operar uma reestruturação da economia e de criar capacidades de adaptação a rápidas mutações da sociedade;

- grande sensibilidade ecológica e vulnerabilidade em termos de equilíbrio ambiental, o que confere uma grande importância a problemas ligados, nomeadamente, à gestão dos resíduos sólidos, à conservação e gestão de recursos hídricos e florestais, ao urbanismo, à utilização dos solos e outros recursos, e à preservação do património construído.

Neste contexto, as actuações a desenvolver em 1996 e que serão descritas mais detalhadamente, a nível sectorial, no capítulo seguinte, inserem-se na estratégia de desenvolvimento definida no Plano de Médio Prazo para 1994-99, bem como no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) apresentado por Portugal à União Europeia, com vista à realização dos grandes objectivos de desenvolvimento que têm vindo a ser prosseguidos— reforçar o potencial económico; valorizar o potencial humano e promover a melhoria da situação do emprego; promover a melhoria do nível de rendimento e da qualidade de vida; proteger e melhorar a qualidade do ambiente e reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento.

Para a realização destes objectivos foram definidos os seguintes vectores estratégicos:

- Fortalecimento e melhoria da eficiência da base produtiva regional;
- Desenvolvimento de uma base industrial de exportação;
- Desenvolvimento de um sector diversificado de serviços;
- Melhoria do acesso ao mercado;
- Melhoria das infraestruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento e essenciais à melhoria das condições de vida;
- Melhoria dos níveis de instrução e de formação profissional e sua adaptação às

necessidades do mercado de trabalho;

- Preservação do ambiente e promoção do ordenamento do território.

A prossecução desta estratégia assenta num conjunto articulado e coerente de intervenções, da responsabilidade de diversos agentes e instituições, as quais concretizam-se em grande medida em programas do Quadro Comunitário de Apoio para o período de 1994-99 (QCA II), principalmente no Programa Operacional Plurifundos para a RAM (POPRAM II) e em programas de iniciativa comunitária, com destaque para o REGIS II.

Os apoios comunitários constituem um forte contributo para o desenvolvimento da Região, pelo que importa promover a sua utilização criteriosa e eficaz. De referir que, para a aplicação do QCA II, de acordo com as regras revistas dos Fundos Estruturais, foi conferida aos Estados-Membros e, conseqüentemente, à Região, uma responsabilidade acrescida na gestão dos recursos atribuídos e na selecção das acções, sendo exigido, paralelamente, uma maior eficácia ao nível dos mecanismos de acompanhamento, avaliação e controlo. Nestas condições, será realizada, em 1996, em parceria com a União Europeia (UE), uma avaliação intercalar do POPRAM II por peritos independentes tendo em vista a avaliação dos resultados alcançados entre 1994 e 1996, no sentido de fundamentar eventuais alterações e aperfeiçoamentos a introduzir pelas estruturas institucionais de gestão e acompanhamento do mesmo Programa.

O POPRAM II integra um conjunto de intervenções incluídas no subprograma "Desenvolvimento de Factores de Competitividade e do Potencial Endógeno" cuja concretização contribuirá, de uma forma determinante, para a consecução dos vectores estratégicos estabelecidos para o desenvolvimento do sistema produtivo.

Com efeito, este subprograma integra acções visando:

- a melhoria das infraestruturas rodoviárias, portuárias e energéticas;
- a melhoria das infraestruturas industriais, nomeadamente as da ZFIC, bem como a defesa, valorização e renovação do artesanato regional;
- a melhoria da qualidade da oferta turística, através da consolidação de

infraestruturas turísticas, da valorização do património histórico-cultural e de actividades de animação promocional;

- o desenvolvimento agrícola e rural através: da melhoria das infraestruturas envolventes das explorações agrícolas (regadios, caminhos agrícolas e rurais e electrificação); do apoio às explorações agrícolas, quer para a melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, quer para a reconversão, reorientação e diversificação da produção; do reforço da investigação experimental e demonstração e da formação; do reforço da capacidade organizativa e de divulgação das empresas agro-industriais e das associações agrícolas e industriais; da melhoria da transformação e comercialização de produtos; do alargamento e melhoria da área florestal; da dinamização do meio rural e da diversificação de fontes de rendimento da população ligada à agricultura;
- a modernização das pescas e desenvolvimento das actividades marinhas, através de acções dirigidas a: ajustamento dos esforços de pesca; modernização de embarcações e construção de novas unidades, dentro dos limites previstos no programa da frota respectiva; desenvolvimento da aquicultura; fomento, organização e gestão de zonas marinhas protegidas; melhoria das condições de descarga dos produtos; criação e melhoramento de infraestruturas de transformação e comercialização, bem como a promoção dos produtos de pesca;
- de apoios à criação e modernização de pequenas e médias empresas dos sectores industrial, comercial e de serviços, através do Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Empresarial da RAM (SIDERAM), visando a melhoria da sua capacidade competitiva, a criação de empregos e a diversificação da estrutura produtiva regional.

Estes apoios, de âmbito estritamente regional, complementam os previstos nos sistemas de incentivos sectoriais, de âmbito nacional, designadamente os inseridos no Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP II), no Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM) e no Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas (PAIEP).

A estratégia traçada pela UE para o crescimento, competitividade e emprego, com

vista a relançar o crescimento económico e o emprego, prevê um conjunto de acções e de esforços concertados no sentido de tornar a economia comunitária mais dinâmica e competitiva.

Os vectores principais dessa estratégia baseiam-se num programa estruturante de redes transeuropeias no domínio dos transportes, telecomunicações e energia e na dinamização e flexibilização dos mercados de trabalho e de capitais, de modo a criar condições favoráveis ao relançamento do investimento e à criação de emprego.

Dada, por um lado, a elevada contribuição das PME, com especial relevo para as micro-unidades, para a criação de emprego e, por outro, a necessidade de criar condições para reforçar a competitividade destas empresas com vista a garantir a sua viabilidade, num mercado alargado, em que se apresentam grandes desafios impostos pelo desenvolvimento tecnológico e a evitar que fiquem secundarizadas na dinâmica do Mercado Interno, foi lançada, em 1994, a iniciativa comunitária PME, no âmbito da qual foi criado, a nível nacional, pelo Decreto-Lei nº 291/95, de 14 de Novembro, o Sistema de Incentivos às Pequenas Empresas. As medidas que integram este Sistema de Incentivos vêm complementar os apoios a PME'S já instituídos no QCA II e estão consubstanciadas em dois regimes de apoio: o regime de apoio às pequenas empresas dos sectores secundário e terciário que, individualmente ou agrupadas, tenham cada uma, entre 9 e 50 trabalhadores permanentes e o regime de apoio ao reforço da competitividade das empresas de turismo e da construção, que se aplica às empresas que, individualmente ou agrupadas, tenham cada uma entre 50 e 250 trabalhadores.

Em associação com as acções orientadas, a nível da UE, para o fortalecimento das pequenas e médias empresas (PME), estão a ser promovidas e incentivadas iniciativas de desenvolvimento local, no sentido de valorizar o tecido económico e social a nível local, visando a criação de postos de trabalho, a fixação das populações, a promoção do ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Nesta perspectiva, foi criado, pelo Decreto-Lei nº 34/95, de 11 de Fevereiro, o Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local, que prevê, entre outras medidas e acções, um regime de incentivos às micro-empresas, complementar aos programas sectoriais e regionais do QCA II, o qual apoia investimentos de pequena dimensão, da iniciativa quer de microempresas já existentes, quer de novas empresas a criar, nos sectores de actividade da indústria, do comércio e dos serviços. Este regime de incentivos pretende desenvolver actividades em domínios inovadores como, por

exemplo, serviços de carácter social e aquelas que são susceptíveis de valorizar produções tradicionais ou potencialidades locais específicas, como o artesanato, o turismo em espaço rural, ecológico e animação turística.

A cooperação inter-regional deverá ser encarada como um meio que a Região dispõe para ultrapassar a sua condição ultraperiférica e de se inserir na dinâmica do Mercado Interno.

Na sequência da assinatura, em Março de 1995, em Guadalupe, do Protocolo de Cooperação entre as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, no âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, continuarão a realizar-se reuniões técnicas e a desenvolver-se projectos de cooperação inter-regional, tendo em vista a concretização dos objectivos consignados no referido Protocolo.

Em 1996, a Região irá liderar três projectos de cooperação na área da promoção de contactos entre empresas, transferência de tecnologia e acções comuns de prospecção de mercados, na área do ambiente (tratamento de resíduos sólidos) e no domínio da pesca e aquacultura.

Além disso, a RAM irá participar em programas de cooperação enquadrados em programas comunitários, nomeadamente o PACTE (Programa de acção para as colectividades territoriais na Europa) e o ATLANTIS (cooperação entre as regiões do Arco Atlântico) estando já prevista a participação da Região, no âmbito deste último programa, através do projecto turismo Rural/Formação.

Dados os problemas particulares que se colocam às regiões ultraperiféricas para uma completa integração no Espaço Europeu, o Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas Portuguesas (Açores e Madeira) estabelecido no âmbito da iniciativa comunitária REGIS II, contempla, para a Madeira, apoios visando melhorar a acessibilidade externa da Região (através da ampliação do aeroporto do Funchal - 1ª fase) e um conjunto de acções destinadas a melhorar a integração económica e social da Região em espaços económicos mais vastos e a reforçar o seu potencial económico, nomeadamente através do aproveitamento do potencial endógeno e da cooperação transregional.

Condição essencial para promover a melhoria do nível de rendimento e da qualidade de vida de toda a população, o desenvolvimento sustentado do emprego e da produtividade, num contexto de mercados concorrenciais e abertos, implica um esforço permanente de melhoria de eficiência e da inovação. Importa, por isso, promover a criação de capacidades de investigação e desenvolvimento e a valorização e qualificação dos recursos humanos no sentido de elevar a sua educação básica e de os preparar para um inserção adequada no mercado de trabalho e a sua permanência no mesmo.

Nesta perspectiva, o POPRAM II integra um conjunto de acções no âmbito do subprograma “Qualificação e Valorização do Potencial Humano”, tendo em vista: a generalização do acesso à educação; a modernização de infraestruturas educativas e de formação; a melhoria da qualidade da educação e da formação profissional; o desenvolvimento de actividades científicas e tecnológicas, a melhoria da qualificação profissional da população activa e o desenvolvimento do emprego.

O reforço das infraestruturas essenciais à melhoria das condições de vida e à preservação do ambiente será concretizado, em parte, através das acções previstas no subprograma “Qualidade de Vida e Protecção do Meio Ambiente”, o qual envolve acções nos domínios dos serviços de saúde, do abastecimento de água, do saneamento básico e da renovação urbana. Com o apoio do Fundo de Coesão, prosseguirão acções no domínio do abastecimento de água, prevendo-se a aprovação da candidatura de um projecto no domínio dos resíduos sólidos.

3 - LINHAS DE ACTUAÇÃO SECTORIAIS PARA 1996

Agricultura, Silvicultura e Pecuária

No sector agrícola, as graves adversidades existentes ao nível das estruturas de base, como sejam o pendor dos terrenos, a reduzida dimensão das folhas de cultura, resultante da excessiva fragmentação da propriedade, a descapitalização e a debilidade das empresas do sector, a par da carência de espírito associativo, constituem entraves ao desenvolvimento e à modernização da agricultura nesta Região Autónoma.

As profundas alterações que se verificaram no mercado a nível internacional por força, quer da criação do Mercado Único Europeu, quer dos acordos do GATT, vieram colocar o sector agrícola regional perante um mercado mais aberto e concorrencial, pelo que é necessário dar continuidade ao grande esforço de modernização em curso.

A melhoria das infraestruturas envolventes das explorações agrícolas a nível da acessibilidade, da electrificação, dos regadios, bem como a dinamização do meio rural, a par de outras que, visando o reforço da capacidade de integração de actividades e rendimentos nas explorações agrícolas, constituem acções fundamentais para melhorar as condições de vida e de trabalho das pessoas ligadas à agricultura e promover a sua fixação nos concelhos rurais.

Importa, igualmente, assegurar uma rentabilidade máxima das culturas para proporcionar uma conveniente remuneração do agricultor.

Para isso, torna-se necessário adoptar técnicas culturais que conduzam a uma redução de custos de produção e a uma melhoria quantitativa e qualitativa da produção, bem como promover o reforço da capacidade organizativa do sector, a sua capacidade de resposta às exigências do mercado e a criação de estruturas e circuitos de comercialização transparentes.

Dadas as características específicas da agricultura madeirense, assume, igualmente, especial importância no rendimento global do agricultor um conjunto de ajudas, designadamente de apoio a actividades tradicionais e da sua melhoria qualitativa que se encontram

previstas no âmbito do POSEIMA (nomeadamente ajuda à batata de consumo, à manutenção de culturas de vinhas orientadas para a produção de vinhos v.q.r.d), quer outras ajudas ao rendimento no âmbito da Política Agrícola Comum (indenizações compensatórias, medidas agro-ambientais, etc).

Para o sector agrícola e agro-alimentar, a política prosseguida pelo Governo Regional, e que visa contribuir para o fortalecimento e melhoria da eficiência da base produtiva, mantém as orientações estabelecidas nos anos anteriores, as quais podem consubstanciar-se nos seguintes grandes vectores:

- Promover e apoiar a criação e melhoria de infraestruturas;
- Potenciar e diversificar as produções agrícolas, quer para o mercado local, quer para os mercados externos;
- Racionalizar e modernizar as explorações agrícolas e apoiar o rendimento dos agricultores;
- Promover a melhoria das condições de comercialização dos produtos agrícolas e seus transformados;
- Promover a melhoria e modernização das agro-indústrias;
- Melhorar as condições de vida rural e dignificar a profissão de empresário agrícola;
- Proteger e conservar a floresta indígena e recuperar o coberto vegetal em terrenos de altitude sem condições para a prática agrícola;
- Alargar e melhorar a área florestal, prosseguindo, com uma gestão sustentada, a sua manutenção produtiva e diversidade biológica.

Na prossecução dos objectivos atrás expostos, as medidas de política e investimentos a implementar em 1996 baseiam-se essencialmente na potenciação dos instrumentos apoiados financeiramente pela União Europeia e que se encontram consubs-

tanciados no POPRAM II e no POSEIMA, designadamente através de apoios ao investimento e a infraestruturas de apoio à produção, comercialização e transformação de produtos.

De referir ainda os apoios previstos no âmbito do REGIS II, nos domínios da promoção e da certificação dos produtos tradicionais e do acesso aos mercados.

Outra vertente de acção considerada prioritária, dirige-se à melhoria do apoio prestado aos empresários agrícolas, o qual se traduz na assistência técnica às explorações, na demonstração e difusão de novas tecnologias e práticas culturais, assentes em experimentação aplicada, e na produção e fornecimento de plantas com garantia varietal e sanitária. Pretende-se ainda facilitar o acesso do agricultor às ajudas ao rendimento, criadas no âmbito da regulamentação comunitária.

Tendo em vista a valorização e dignificação da população agrícola, é dada especial importância às acções de formação e valorização profissional, bem como as que visam a dinamização do meio rural.

De uma forma mais detalhada, as principais medidas e investimentos públicos/acções, a implementar em 1996, são os seguintes:

No domínio das infraestruturas envolventes das explorações agrícolas

- apoio à criação de novos regadios, renovação e beneficiação de regadios tradicionais, à construção de caminhos agrícolas e rurais e à electrificação (fornecimento às explorações ou instalações eléctricas dentro das explorações);
- prosseguimento do esforço público em regadios tradicionais e em infraestruturas de armazenagem de água de rega, na conservação de canais de rega e em novos regadios.

No domínio da produção, transformação e comercialização

- apoio à reestruturação e reconversão da bananeira, tendo em vista a adopção de técnicas culturais que visem um aumento qualitativo da produção, ou para a

reconversão da cultura para fruticultura de espécies subtropicais, floricultura de espécies exóticas em estufa ou ao ar livre e viticultura de castas europeias;

- apoio às acções de melhoria das estruturas vitivinícolas com vista à produção de vinhos licorosos de qualidade produzidos em regiões determinadas (VLQPRD) e vinhos de mesa com direito a uso de indicação regional;
- apoio a acções de protecção ambiental e bem-estar animal, que contribuam para a resolução dos problemas de poluição provocados pelas explorações suínícolas e avícolas, bem como a adaptação dessas explorações às normas comunitárias sobre bem-estar animal;
- apoio a investimentos nas explorações agrícolas, à introdução de contabilidade de gestão, à criação de agrupamentos de produtores e ao recurso a serviços no âmbito da gestão das explorações;
- apoio aos investimentos nas estruturas de transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- prosseguimento do Plano Promocional para o Vinho da Madeira para o período 1994-1999, a cargo do Instituto de Vinho da Madeira;
- apoio a produtos tradicionais regionais, através da criação ou modernização de unidades vocacionadas para o seu fabrico e comercialização, da promoção de práticas de garantia de qualidade, da implementação de projectos que tenham por objectivo facilitar o conhecimento e o acesso aos mercados de produtos de qualidade e de apoios à participação em feiras e certames do sector agro-alimentar;
- apoios, no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Agrícola nos ramos da fruticultura, viticultura, floricultura, horticultura e bananicultura, nomeadamente sob a forma de assistência e apoio ao agricultor.

No domínio das estruturas de base para a transformação e comercialização dos produtos agrícolas

- Implementação do projecto que visa a melhoria das condições de funcionamento do Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas do Funchal, de forma a dotá-lo, nomeadamente, de mais uma nave de transacções comerciais e de um parque de estacionamento coberto;
- Criação de condições de armazenagem, de acondicionamento e de normalização, de concentração da oferta e de escoamento dos produtos, de regularização e racionalização do mercado de batata de consumo e de outros produtos horto-frutícolas, através da construção (início) do Centro Horto-Frutícola dos Prazeres (Calheta), da conclusão do Centro Horto-Frutícola de Santana, da construção (início) dos centros de normalização e acondicionamento de batata e cenoura na Santa (Porto Moniz) e de conservação da batata (Bica da Cana);
- Construção (início) do novo matadouro do Funchal e lançamento do concurso para o projecto de ampliação do Matadouro da Calheta;
- Implementação do projecto relativo à Adega de S. Vicente.

No domínio da investigação, experimentação e demonstração, formação, organização, divulgação, certificação e inspecção em matéria de fitossanidade, controle alimentar e ambiental

- apoio a acções que visem reforçar a capacidade técnica e de gestão das organizações de agricultores e das empresas agrícolas e agro-alimentares;
- apoio ao desenvolvimento do conhecimento científico necessário ao progresso e modernização do sector, sendo dada prioridade a projectos integrados nas áreas agrícola, florestal, animal e agro-industrial;
- apoio a agrupamentos de defesa sanitária, tendo em vista a melhoria e o controlo do estado sanitário de bovinos e pequenos ruminantes, nomeada-

mente no que respeita à erradicação das doenças desses animais;

- apoio ao reforço de organizações e agrupamentos de produtores, incentivando a concentração da oferta e a adaptação da produção às exigências de mercado;
- apoio ao desenvolvimento, nas empresas agro-alimentares, de sistemas de certificação de qualidade;
- redimensionamento do Laboratório do Instituto do Vinho da Madeira e desenvolvimento das acções conducentes à sua acreditação, por forma a que possa, a partir de 1998, continuar a ser um laboratório oficial de certificação, de acordo com as obrigações da União Europeia;
- apoio laboratorial aos agricultores na análise de terras, plantas e vinhos e correspondente aconselhamento de fertilização e calagens, bem como na análise de resíduos de pesticidas na defesa da saúde pública;
- assistência técnica e material em matéria fitossanitária, nomeadamente através de campanhas de desratização;
- apoio aos agricultores, traduzido na realização de análises clínicas, com vista ao diagnóstico de doenças e pragas das culturas e respectivo aconselhamento de tratamentos fitossanitários;
- apetrechamento e modernização dos Centros de Desenvolvimento Agrícola, nomeadamente equipamento e modernização da adega de minivinificação, do apetrechamento do laboratório de micropropagação da floricultura e da instalação e montagem de sistemas localizados de rega em Porto Santo;
- criação/melhoramento de infraestruturas vocacionadas para a experimentação aplicada, bem como para a divulgação, visando um melhor aproveitamento das condições edafo-climáticas existentes (criação de centros de horticultura, nas Preces, de floricultura temperada, no Pico-Santana e melhoramentos do Centro de Floricultura Subtropical - Lugar de Baixo);

- melhoria das estruturas e dos meios afectos ao Centro de Fruticultura Subtropical;
- prosseguimento do Programa de Luta Biológica, nomeadamente aquisição de material e equipamento necessários à entrada em funcionamento da Biofábrica;
- construção de um novo Laboratório Regional de Veterinária;
- melhoria das estruturas de apoio à produção de bovinos e cavalos (Centro de Reprodução Animal do Porto Moniz), bem como prosseguimento das obras de melhoria das estruturas de apoio à produção de ovinos e caprinos (Centro de Ovinicultura, em Santana);
- implementação de um sistema de informação da actividade agrícola e da ocupação, capacidade e uso do solo;
- desenvolvimento de acções de formação e apetrechamento das estruturas que lhe são afectas, no sentido de lhes conferir uma maior adequação às necessidades do sector.

No domínio do desenvolvimento rural, preservação do ambiente e espaço rural

- apoios ao desenvolvimento do agro-turismo e de actividades artesanais, tendo em vista a valorização da base produtiva e dos bens patrimoniais em meio rural e concessão de indemnizações compensatórias destinadas a compensar as dificuldades naturais decorrentes do exercício da actividade agrícola em regiões desfavorecidas;
- desenvolvimento de acções de formação e sensibilização para a importância da manutenção da floresta;
- apoio às Casas do Povo, tendo em vista o desenvolvimento socio-económico e cultural e desenvolvimento das acções de formação e valorização profissional.

No domínio da Silvicultura

- apoios, no âmbito do Programa de Acção Florestal, visando: a rearborização de áreas ardidas, assim como a arborização de áreas de potencial uso florestal; a melhoria da área florestal existente, apoiando nomeadamente, o desenvolvimento da rede de infraestruturas florestais; o fomento da utilização, com fins múltiplos, da floresta; a promoção de materiais de reprodução seleccionados e controlados e apoios à criação ou modernização de viveiros florestais;
- desenvolvimento de trabalhos, directamente pelos serviços florestais, visando a arborização e beneficiação de povoamentos florestais;
- desenvolvimento de acções de retirada de ovinos e caprinos e da manutenção de superfícies florestais abandonadas (ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais) em articulação com o programa de racionalização do regime silvo-pastoril;
- acções conducentes à realização da Carta Florestal da RAM e criação de uma rede regional de recolha de informação na área florestal;
- implementação de acções de protecção da floresta contra a poluição atmosférica e contra incêndios (iniciando-se esta última acção após a aprovação da candidatura apresentada para efeitos de co-financiamento comunitário, ao abrigo do R(CE) 2158/92), a qual consistirá, em 1996, nomeadamente na construção de uma torre de vigia e instalação radioelétrica;
- criação de uma base de dados e criação e apetrechamento do centro regional da prevenção e detecção de fogos florestais;
- desenvolvimento de acções, em colaboração com o Parque Natural da Madeira, visando o estudo e protecção da Flora, com o apoio do Programa LIFE, através da análise qualitativa e quantitativa da vegetação característica da Laurisilva, por forma a efectuar uma inventariação da biodiversidade vegetal, com vista à sua conservação;
- implementação de acções de divulgação do património natural florístico e

faunístico da RAM, no âmbito do Programa de Educação Ambiental - apoiado pelo Programa LIFE;

- criação, em colaboração com a Universidade da Madeira, de um Banco de Germoplasma (com o apoio do Programa PRAXIS XXI), com o qual se pretende o desenvolvimento de técnicas de preservação de material biológico, visando a sua conservação a longo prazo;
- desenvolvimento de acções de ordenamento e fomento de recursos cinegéticos, bem como de aproveitamento de recursos piscícolas em águas interiores;
- prosseguimento do Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial e da construção de barragens, nas Ribeiras de St^ª. Luzia, S. João e Porto Santo;
- prosseguimento dos trabalhos relativos à recuperação de espaços verdes no Jardim Botânico.

Pescas

A orientação seguida no sector das Pescas, tem sido no sentido de criar as condições e as infraestruturas necessárias, que possibilitem um crescimento harmonioso e equilibrado do sector.

No que à frota diz respeito, e após um esforço especialmente dirigido às embarcações atuneiras e que produziu já efeitos positivos nos volumes médios de descargas nos últimos anos, pretendemos que os armadores das embarcações que se dedicam à captura de espécies demersais e de peixe-espada-preto, adiram aos programas de desenvolvimento concebidos especialmente para este segmento da frota. O aumento esperado destas capturas deverá ser absorvido pelas indústrias vocacionadas para a transformação desta espécie e que, a muito curto prazo, deverão entrar em actividade.

Também a curto prazo, terá início a produção experimental de peixe em cativeiro, que visa o aumento de oferta de algumas espécies demersais que, no seu habitat natural, se apresentam cada vez mais escassas.

O sector público tem aumentado significativamente a capacidade de frio disponível, destinada principalmente às espécies migratórias e consequentemente sazonais, como forma de possibilitar um abastecimento regular às indústrias conserveiras instaladas na Região.

Em 1994 foram iniciadas as obras do porto de pesca do Caniçal, as quais permitirão dispor de uma bacia portuária com cerca de 15 400 m², protegida por um quebra-mar. Este porto terá um estaleiro associado, o qual permitirá apoiar a frota local, quer a constituída por embarcações de construção em madeira, quer as embarcações mais modernas.

Estão sendo melhorados alguns pontos de descarga, tanto a nível dos equipamentos de descarga e estiva, como das próprias estruturas, nomeadamente a ampliação do Cais do Porto Novo, que tornará possível a atracação e descargas naquele porto.

Continuaremos apostados na investigação científica dos recursos haliêuticos, e de todos os aspectos que dizem respeito a um melhor conhecimento da nossa Z.E.E.

Outro vector que consideramos de importância vital, continua a ser a formação profissional para os activos da pesca que, para além de novos conhecimentos a nível técnico, tem introduzido uma nova mentalidade na classe, principalmente nos jovens pescadores e que começa já a sentir-se nas iniciativas por estes protagonizadas.

Em suma, é a conjugação de todos estes vectores que tem permitido a evolução nítida das Pescas na Região Autónoma da Madeira, com grandes vantagens para todos os grupos com interesse neste sector.

A política a prosseguir em 1996 visa os seguintes objectivos:

- Melhorar a exploração do potencial haliêutico;
- Reforçar a competitividade das estruturas de exploração;
- Melhorar a segurança e as condições de trabalho a bordo;

- Melhorar o aprovisionamento;
- Valorizar o produto;
- Promover a valorização dos recursos humanos;
- Melhorar o abastecimento do mercado.

Para atingir os objectivos gerais acima mencionados e contribuir para a transformação qualitativa e quantitativa, adoptar-se-á uma estratégia que articule todas as medidas de política, num conjunto coerente de acções, adiante discriminadas.

No domínio da frota de pesca

- Apoio à cessação definitiva da actividade de unidades da frota que tenham fraca produtividade de pesca, devido a deficientes condições de operacionalidade ou por indisponibilidade de recursos;
- Incentivos à constituição de sociedades mistas, em especial com países terceiros em que haja recursos disponíveis;
- Apoios para a construção de novas unidades, em substituição de outras existentes, dispendo de melhores condições de segurança de trabalho e de armazenagem de pescado, nomeadamente o segmento da frota que se dedica ao peixe-espada-preto;
- Apoios para a modernização de embarcações visando a introdução de equipamentos de navegação e comunicação, o melhoramento das condições de habitabilidade e de trabalho a bordo e a introdução de novas artes de pesca.

No domínio da Investigação Aplicada às Pescas e à Aquacultura

- Prosseguir a actividade de avaliação de stocks dos recursos haliêuticos mais significativos para a economia do sector, bem como daqueles que apresentam

potencialidades de exploração;

- Dar continuidade ao levantamento oceanográfico da ZEE e respectiva caracterização ambiental, com vista a um melhor conhecimento dos “habitat” das populações marinhas e do seu comportamento;
- Apoiar acções de organização das zonas marinhas protegidas e de criação de condições favoráveis ao repovoamento e concentração de recursos;
- Desenvolver acções, no âmbito do POSEIMA, nomeadamente no domínio da estatística e redes de amostragem, condições oceanográficas e ambientais, tunídeos e similares e outras espécies, bem como a construção de um Centro de Aquacultura;
- Dar continuidade aos cruzeiros de prospecção e levantamento dos recursos disponíveis na ZEE da RAM, procurando novas áreas de pesca ou recursos subexplorados ou inexplorados, bem como experimentando novas artes, técnicas, métodos e equipamentos de pesca.

No domínio da Formação Profissional

- Disponibilizar os incentivos e meios de formação aos profissionais da pesca que frequentam acções de formação profissional na Região ou no exterior, valorizando os recursos humanos do sector e optimizando a utilização dos meios técnicos disponíveis.
Serão ministrados na Escola Portuguesa de Pescas, em Lisboa, cursos de “Mestre de Largo”, “Mestre Costeiro” e de “Contramestre”, para além dos cursos de “Aptidão Pescas” e Arrais de Pesca” que serão ministrados na Região.

No âmbito das Infraestruturas de Apoio à Actividade da Pesca

No âmbito dos equipamentos dos portos de pesca, pretende-se melhorar as condições de desembarque e a qualidade dos produtos desembarcados, cumprindo e

fazendo cumprir as normas sanitárias em vigor.

No domínio da transformação e comercialização dos produtos, inclui-se a criação de infraestruturas de apoio ao sector industrial, apoio à aquisição de equipamentos, à prospecção de novas tecnologias de transformação e ao melhor controlo de qualidade e ainda apoio ao tratamento de efluentes industriais.

Dos investimentos públicos a concretizar em 1996, neste âmbito, destacam-se:

- Conclusão das obras de ampliação do Cais do Porto Novo e aquisição de equipamento;
- Prosseguimento das obras do Porto de Pesca e Estaleiro Naval, no Caniçal, a promover pelo Gabinete da Zona Franca, bem como das necessárias infraestruturas em terra;
- Realização de investimentos no Entreposto Frigorífico do Funchal, reorganização da zona de expedição e adaptação das instalações às normas sanitárias em vigor na U.E;
- Aquisição de equipamentos portuários, ao abrigo do projecto co-financiado pelo FEOGA;
- Conclusão de obras de grandes reparações na maquinaria e equipamento de frio do Entreposto Frigorífico do Porto Novo;
- Remodelação de pequenas lotas e equipamento para as novas lotas da Calheta e Ribeira Brava.

Indústria e Artesanato

No sector industrial, a política a prosseguir visa dinamizar e modernizar a actividade industrial, em geral e, dum modo particular, as indústrias tradicionais, promovendo a melhoria da produtividade e o reforço da competitividade, nomeadamente pela inovação, pela qualidade e pela proximidade do mercado.

Nesta perspectiva, constituem linhas de actuação prioritárias em 1996 as seguintes:

- Apoiar o esforço de melhoria dos factores de produtividade e de competitividade das empresas, através dos sistemas de apoio à indústria em vigor;
- Promover a reestruturação do artesanato regional, incentivar o integral aproveitamento das suas potencialidades de crescimento e a defesa de qualidade dos produtos, bem como promover canais e formas adequadas de comercialização, principalmente através de presenças em feiras de especialidade e da realização de acções de “marketing”;
- Promover a criação de estruturas de apoio à qualidade industrial e ao desenvolvimento tecnológico;
- Favorecer a expansão e criação de novas infraestruturas, nomeadamente parques industriais e promover o prosseguimento da construção das infraestruturas ligadas à Zona Franca.

De acordo com as prioridades acima enumeradas estão previstas, em 1996, as seguintes medidas e investimentos:

- Continuação da construção de infraestruturas no Parque Industrial da Zona Oeste (PIZO);
- Início da construção de parques industriais na Camacha, em São Vicente e no Porto Santo;
- Desenvolvimento de acções promocionais a nível do artesanato, quer em território nacional, quer no exterior, dos quais se destacam feiras, exposições, acções de marketing e registo internacional de marca e denominação de origem;
- Apoios à internacionalização de empresas, em particular os atribuídos à Sociedade BELPURO, destinada à comercialização do artesanato regional no mercado espanhol;

- Apoios, no âmbito do Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Tecido Empresarial da RAM (SIDERAM) e dos regimes instituídos a nível nacional, nomeadamente os integrados no Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP II);
- Continuação da aplicação de medidas visando a reestruturação do artesanato regional, nomeadamente através do apoio ao saneamento financeiro das empresas e ao desenvolvimento de novos projectos - Dec. Legislativo Regional nº 8/94/M;
- Desenvolvimento de acções de formação profissional em áreas prioritárias para o desenvolvimento da indústria e do artesanato;
- Início dos trabalhos de construção do Laboratório de Metrologia (projecto a ser participado pelo PEDIP II) para apoio à gestão da qualidade empresarial;
- Expropriação de terrenos com vista à expansão da área do porto do Caniçal e à implantação da Fase 2 da Zona Franca Industrial.

Turismo

Nos anos mais recentes a actividade turística tem apresentado ritmos de crescimento significativos. As taxas de ocupação na hotelaria têm sido significativamente mais elevadas, evidenciando a recuperação do sector e justificando as perspectivas optimistas manifestadas pelos agentes privados.

O primeiro semestre de 1995 evidencia, relativamente a igual período de 1994, um aumento de 18,8% do número de hóspedes e de 23,6% das dormidas geradas. Em 1994, a União Europeia constituía a principal origem dos visitantes, representando 81,6% do total das entradas, sendo 23,7% provenientes do Reino Unido e 21,2% da Alemanha. A estadia média, reportada ao primeiro semestre, passou de 5,9 dias em 1994, para 6,1 dias em 1995.

O pessoal ao serviço na hotelaria, em 1995 (Janeiro) atingia as 5082 pessoas, o

que representa um aumento de 4,1% relativamente ao ano anterior.

A capacidade de alojamento passou de 16 283 camas, em 1994, para 17 523 no início de 1995, o que corresponde a um acréscimo de 3,4%.

Tem-se registado uma maior diversificação da oferta : os hotéis-apartamentos representavam, no início de 1995, 19,2%, os apartamentos turísticos 10,8%, as estalagens 6,9% e o turismo de habitação 3,1%, enquanto que, para igual período de 1989, a participação dos hotéis - apartamentos e das estalagens na oferta total era de 22,6% e 1,1% respectivamente, não existindo ainda apartamentos turísticos, nem turismo de habitação.

Quanto às receitas na hotelaria, verificou-se no primeiro semestre de 1995 um crescimento de 24,8% relativamente ao mesmo período de 1994.

No prosseguimento do esforço desenvolvido nos últimos anos, será dada continuidade à estratégia anteriormente adoptada, no sentido do reforço da competitividade e da consolidação da imagem turística da Madeira como destino turístico diferenciável. Assim, consideram-se como objectivos sectoriais:

- Modernizar e diversificar a oferta turística
- Aumentar a eficiência e a eficácia da promoção, com a diversificação dos mercados geradores da procura turística e mantendo os fluxos tradicionais;
- Criar infraestruturas que garantam a diversificação, a desconcentração e a melhoria da qualidade da oferta turística;
- Melhorar o nível de profissionalismo;
- Implementar mecanismos de interligação e cooperação entre os sectores público e privado envolvidos na actividade turística;

Estes objectivos serão prosseguidos através dos seguintes instrumentos de acção:

- Estímulo, através do SIFIT III, da melhoria da qualidade dos equipamentos turísticos e da diversificação dos potenciais produtos turísticos, nomeadamente na vertente de animação, de modo a garantir não só a melhoria das actuais taxas de ocupação, mas também um crescimento progressivo das receitas médias;
- Promoção do destino Madeira, através de campanhas internacionais e internas, com vista ao reforço da diferenciação deste, em relação a outros destinos;
- Apoio a iniciativas empresariais localizadas preferencialmente fora do Funchal;
- Desenvolvimento de novas temáticas para atingir nichos de mercado específicos, nomeadamente o do golfe;
- Criação de mecanismos que garantam a promoção da Região como destino de Congressos e Incentivos;
- Divulgação do calendário de eventos a promover (Festas do Carnaval, Flor, Vinho, Rally, Bandas e Fim do Ano);
- Incremento das acções de inspecção à qualidade dos estabelecimentos hoteleiros e similares;
- Apoio à formação profissional, quer através de acções de formação inicial, da organização de acções de reciclagem e actualização de conhecimentos dos activos do sector, quer através da formação e aperfeiçoamento do pessoal afecto à SRTC;
- Continuação da instalação da Nova Escola de Hotelaria da Madeira.

Comércio e Serviços

Constituem objectivos prioritários de actuação nesta área:

- Modernizar o aparelho comercial, bem como aumentar a sua eficiência e grau de competitividade;
- Promover a concentração da actividade grossista, proporcionando melhores condições de funcionamento do sector;
- Apoiar as estruturas associativas tendo em vista o apetrechamento em sistemas de informação, bem como a prestação de apoios destinados a estudos e assistência técnica;
- Proporcionar, em colaboração com o ICEP, a necessária formação e informação na área de comércio externo, tendo em vista a promoção e divulgação no exterior de produtos, serviços e empresas da Região;
- Garantir a competitividade internacional da Madeira, no âmbito institucional da Zona Franca;
- Promover o desenvolvimento de serviços em áreas de actividade qualificadas que potenciem o desenvolvimento regional, nomeadamente na área dos serviços de formação, de investigação e desenvolvimento, da gestão e acesso à informação e de serviços às empresas em geral.

Atendendo às prioridades acima enumeradas, estão previstas para 1996, as seguintes acções:

- Apoios no âmbito do Programa de Apoio à Modernização do Comércio - PROCOM - com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentado da competitividade das empresas no quadro de uma estratégia coerente de modernização da sua actividade;
- Apoio à criação e modernização de pequenas e médias empresas, no âmbito do SIDERAM, abrangendo as actividades de comércio, serviços prestados às empresas e serviços de gestão de recursos hídricos e resíduos sólidos urbanos;

- Criação de um Parque Comercial, de modo a melhorar as condições de funcionamento do comércio grossista;
- Apoio à diversificação de mercados e desenvolvimento de uma campanha de promoção de produtos regionais, de modo a incrementar o seu consumo, quer no mercado regional, quer no exterior;
- Prossecução, no âmbito do Centro Internacional de Negócios, de uma política de acompanhamento e de aperfeiçoamento a nível da legislação em vigor, assim como de dinamização da celeridade e eficácia dos serviços públicos de apoio às diferentes actividades;
- Instalação de equipamento e suporte informático para o Registo Internacional de Navios da Madeira - RIN/MAR -, por forma a manter actualizada toda a informação relativa aos navios e suas tripulações.

No âmbito das actividades económicas, em geral, estão previstas as seguintes acções:

- Implementação de um programa de informação e divulgação sobre o exercício da actividade económica (PIDAE) a fim de informar/ formar os empresários da RAM sobre os apoios, normas e regras da actividade económica;
- Participação no Programa de Cooperação Inter-Regional, de modo a favorecer o contacto com outras entidades para transferências de tecnologia, troca de *Know-How* e realização de acções comuns;
- Apoio às estruturas associativas empresariais, de modo a possibilitar a criação de sinergias e facilitar a sua acção, em prol do desenvolvimento e crescimento das empresas associadas;
- Apoio financeiro às empresas afectadas pelo temporal de Outubro de 1993 (Decreto Legislativo Regional nº. 1/94/M).

Transportes

A acessibilidade da Região, factor de importância vital para o seu desenvolvimento sócio-económico, encontra-se condicionada não só pelas características orográficas naturais mas também pela sua condição de região insular.

Assim, têm vindo a ser implementadas acções visando o reforço dos níveis de acessibilidade quer interna, quer externa, envolvendo elevados recursos financeiros. Para a melhoria da acessibilidade interna têm contribuído o melhoramento e a construção de novas vias de comunicação: novas vias com características de vias rápidas, estradas regionais, caminhos, arruamentos e estradas municipais que provocaram, como efeito imediato, uma diminuição no custo e no tempo das ligações com os principais pólos económicos e turísticos da Região. A nível da rede viária municipal (com excepção do concelho do Funchal) registou-se um aumento da densidade média da rede viária que era de 0,291 Km/Km², em 1990, para 0,376/Km/Km² em 1993, o que corresponde a um crescimento de 29,3%.

As ligações com o exterior, no domínio das infraestruturas portuárias, têm sido feitas, fundamentalmente, através dos portos do Funchal e do Porto Santo. É através destas duas infraestruturas que se faz o movimento de mercadorias e de passageiros transportados para ou do exterior, com especial relevância para o Porto do Funchal, onde se concentra a maior parte da actividade portuária (aproximadamente 96%). Em 1994 registou-se um aumento de entradas de navios de Turismo de Cruzeiro, na ordem dos 21,6%, em comparação com 1993, o que denota as suas potencialidades turísticas.

Destaca-se a construção recente do Terminal Marítimo da Zona Franca, destinado, fundamentalmente, à movimentação de mercadorias para as indústrias a instalar na ZFIC. Este terminal poderá contribuir para descentralizar e descongestionar o Porto do Funchal.

No que diz respeito às infraestruturas aeroportuárias, a Região está dotada de dois aeroportos localizados em cada uma das Ilhas habitadas: Madeira e Porto Santo. Mas, é no Aeroporto do Funchal que se verificam os maiores estrangulamentos. A dimensão actual da pista impõe, quer limitações de peso à descolagem, com a conseqüente necessidade de escalas técnicas, quer ao tipo de aeronaves que nela podem operar. Estes dois factores contribuem para onerar o custo do transporte aéreo, com reflexos negativos em toda a

actividade económica regional e, em particular, no turismo.

O prolongamento da pista, de modo a dotá-la de características intercontinentais, já está em curso, tendo sido objecto de co-financiamento comunitário ao abrigo dos programas REGIS I e REGIS II. Dada a dimensão do investimento a realizar, prevê-se que a 2ª. fase, venha a ser co-financiada já em 1996, pelo Fundo de Coesão.

Na prossecução da política de desenvolvimento regional definida no PMP 1994/1999, e, no domínio dos transportes, para o ano de 1996, foram definidos objectivos e acções, por áreas de actuação:

- **Infraestruturas rodoviárias**

No âmbito da acessibilidade interna são objectivos específicos:

- Diminuir custos de operação, tendo em vista a dinamização das actividades económicas e o seu funcionamento eficiente;
- Reduzir custos associados ao tráfego em trânsito;
- Assegurar um elevado nível de segurança em todos os modos de transporte;
- Melhorar os circuitos turísticos.

A execução dos objectivos acima citados passa pela implementação de várias medidas, nomeadamente: continuação da construção de novas vias com características de vias-rápidas; continuação da construção de uma circular e respectivas radiais à cidade do Funchal e optimização na gestão da conservação da rede construída.

Para a concretização destas medidas contribui a realização de diversas obras, das quais se destacam a continuação da construção da Via Rápida Câmara de Lobos - Ribeira Brava, Quinta Grande, a construção da 1ª. Fase da Via Rápida Funchal - Aeroporto, entre a Boa Nova - Cancela e conclusão da 1ª. fase da Cota 200 e respectiva ligação ao Campo da Barca. Paralelamente a estas obras de grande dimensão e que envolvem um grande esforço de investimento, serão implementadas novas estradas de carácter regional como, por exemplo, a ligação Calheta - Prazeres.

Refira-se, ainda, a implementação de programas de conservação e reconstrução de estradas regionais e a concessão de apoios às Autarquias Locais, tendo em vista não só a melhoria da acessibilidade local como, também, a melhoria dos circuitos turísticos.

- **Infraestruturas e equipamentos portuários**

Algumas das infraestruturas portuárias, devido à sua antiguidade e/ou aos temporais marítimos, apresentam-se altamente degradadas, necessitando de grandes obras de reconstrução, como é o caso do cais molhe da Pontinha.

Os equipamentos de exploração portuária apresentam elevado grau de desgaste, devido à sua utilização intensiva.

Há um forte congestionamento no porto do Funchal, o mesmo acontecendo com as marinas do Funchal e do Porto Santo.

Os objectivos específicos que estão na base das acções a desenvolver nesta área são:

- Reduzir o custo das operações portuárias;
- Promover o descongestionamento do porto do Funchal e o seu reordenamento, de modo a enquadrá-lo num polo turístico despoluído;
- Promover a descentralização das infraestruturas portuárias vocacionadas para o recreio, lazer e desporto, com vista ao incremento de actividades que possibilitem a criação de novos pólos de desenvolvimento, através de fixação do turismo nos concelhos que reúnam condições naturais adequadas;
- Melhorar as condições de acesso, por via marítima, à Zona Franca do Caniçal.

Assim, as prioridades e principais linhas da actuação para 1996 estão direccionadas para:

- Manutenção e protecção de infraestruturas portuárias;

- Construção e remodelação de novas infraestruturas portuárias fora da cidade do Funchal, dotando-as de condições que permitam o exercício de actividades diversas;
- Aquisição de equipamento terrestre e marítimo necessário à exploração, à atracação de navios e ao combate à poluição;
- Construção e melhoramento de novas infraestruturas de apoio à actividade portuária e ao movimento de passageiros, quer no Porto do Funchal, quer no Porto do Porto Santo;
- Redimensionamento do Estaleiro Naval situado no Caniçal para, assim, acompanhar a evolução da frota registada localmente, reduzindo desta maneira os custos de manutenção das frotas pesqueira, de passageiros e de transporte de inertes;
- Construção de um cais com 126 metros a oeste do porto de pesca do Caniçal, aumentando assim a operacionalidade e rentabilidade do Terminal Marítimo e libertando, em parte, o Porto do Funchal das operações de carga e descarga de contentores e mercadorias.

- **Infraestruturas aeroportuárias**

O grande objectivo nesta área é dotar a Ilha da Madeira de um aeroporto intercontinental, infraestrutura que é de importância vital para a estratégia de desenvolvimento sócio-económico da Região definida no Plano de Médio Prazo 1994/1999.

Energia

A Região Autónoma da Madeira, devido à sua insularidade e afastamento, e porque não dispõe de recursos energéticos fósseis, apresenta uma dependência significativa do exterior, polarizada nos derivados do petróleo. Acresce que, devido à relativamente pequena dimensão do seu sistema energético, as tradicionais alternativas

para a substituição dos produtos petrolíferos, como o carvão, o gás natural ou a energia nuclear, não são equacionáveis para a RAM, pelo que os esforços devem concentrar-se no aproveitamento dos recursos energéticos locais e na utilização racional de energia para fazer face à excessiva dependência do petróleo e aos custos associados à sua aquisição.

No que concerne à energia primária, os recursos endógenos representavam cerca de 12% em 1994.

No que respeita particularmente à produção de energia eléctrica, o sistema electroprodutor, na Madeira e no Porto Santo, apresenta deseconomias de escala significativas, quer ao nível do investimento, quer da exploração, que induzem custos mais elevados, em comparação com os grandes sistemas continentais.

A procura de energia eléctrica caracteriza-se por um diagrama de cargas fortemente desequilibrado durante o dia, com picos muito acentuados nas horas de ponta, que obrigam a um sobredimensionamento da capacidade de produção, para responder às solicitações e garantir a segurança do fornecimento, uma vez que não existe ligação às redes trans-europeias de electricidade para compensar as pontas e eventuais falhas.

Face a estes constrangimentos, tem sido desenvolvido um grande esforço, nestes últimos anos, no sentido de contrariar estas limitações, através da valorização dos recursos energéticos regionais (nomeadamente no domínio da energia hídrica e eólica) e de acções de utilização racional de energia.

Relativamente à produção de energia hidroeléctrica, (que actualmente representa cerca de 20% da produção total), deverá ser tido em consideração que os últimos anos têm sido muito fracos em termos hidrológicos, principalmente o ano de 1994. Para além disso, um dos empreendimentos de maior vulto, a Central Hidroeléctrica dos Socorridos, entrou em funcionamento muito recentemente, pelo que a sua contribuição diz respeito ainda a uma pequena parcela da sua capacidade de produção.

Para atenuar a dependência excessiva do petróleo e os sobrecustos da energia, bem como as eventuais distorções pelo não acesso às grandes redes continentais, há que adoptar medidas incidindo sobre a oferta e a procura. Esta última, muitas vezes preterida, representa um dos maiores jazigos de optimização do sistema energético regional.

O acentuado crescimento que se tem verificado na procura de energia, desde 1986, aponta para a necessidade de fomentar a sua adaptação aos sistemas de oferta, através de mecanismos que conduzam a uma optimização do sector energético na sua globalidade.

Nesta perspectiva, são objectivos da política energética regional:

- Assegurar um aprovisionamento e abastecimento energético de qualidade;
- Optimizar a relação entre os sistemas de oferta e de procura, nomeadamente através do planeamento integrado de recursos (IRP) e da gestão do lado da procura (DSM);
- Desenvolver estudos e projectos com vista à redução da dependência energética do exterior, através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional de energia, bem como à melhoria do ambiente e qualidade de vida, através de soluções inovadoras de produção e utilização energéticas. A cooperação com outras regiões da União Europeia, alicerçada em programas comunitários que co-financiam estudos e projectos enquadráveis na perspectiva atrás exposta, tem sido um dos instrumentos mais adequados ao desenvolvimento de uma dinâmica regional assinalável, nos domínios energético e suas interfaces com o ambiente e qualidade de vida.

As linhas de actuação/acções mais significativas a implementar em 1996 são as seguintes:

- Aumentar a capacidade de produção de energia de origem térmica com o objectivo de satisfazer, com segurança, as crescentes solicitações de consumo de energia eléctrica (através de projectos a desenvolver pela Empresa de Electricidade da Madeira);
- Incentivar, através do Programa Energia, a dinamização e a realização de acções de utilização racional de energia e de valorização dos recursos endógenos, de acordo com a política energética expressa no “Plano Energético da Região Autónoma da Madeira”;

- Participar no projecto de cooperação inter-regional “Sistemas de Interfaces Modais (Park & Ride) em Cidades de Media Dimensão” (Programa Save);
- Participar no projecto cooperação inter-regional “Controlo de Potência para Aerogeradores em Redes Fracas” (Programa Joule);
- Participar no projecto de cooperação inter-regional “Utilização de Energias Renováveis em Áreas Sensíveis” (Programa ALTENER);
- Conceder indemnizações aos produtores independentes de energia (Decreto-Lei nº. 189/88, de 27 de Maio, e Resolução do Conselho do Governo Regional nº. 1063/88).

Educação

Base de toda a estratégia de desenvolvimento regional, a valorização do potencial humano assume-se como uma área de intervenção prioritária em 1996.

Nesta perspectiva, e procurando dar continuidade aos objectivos definidos no Plano de Médio Prazo 1994/1999, as acções a prosseguir no sector da Educação em 1996, serão orientados para:

- Generalização do acesso à educação, garantindo a igualdade de oportunidades e melhoria dos níveis de escolarização. Este objectivo será concretizado, principalmente através de acções que visam a construção e o redimensionamento de estabelecimentos de ensino nos níveis pré-escolar, básico e secundário, em diversos concelhos da RAM, adaptando-as às mutuações demográficas, tecnológicas e pedagógico-didácticas e às novas responsabilidades advenientes da implementação da escolaridade obrigatória de 9 anos. São de realçar entre outras, as seguintes escolas: Escola Secundária de Machico, Escola Básica do Porto da Cruz, Escola Básica do Caniçal, Escola Básica e Técnico-Profissional da Madalena (Funchal), Escola Básica e Secundária de Santa Cruz.

- Melhoria da qualidade, eficiência e eficácia do sistema educativo, prosseguindo os esforços de modernização e reapetrechamento dos estabelecimentos de ensino, e a implementação de projectos nomeadamente através de uma rede telemática, que visem a interligação e complementaridade entre os serviços governamentais e os diversos estabelecimentos de ensino e delegações escolares. Serão prosseguidas as acções de formação dirigidas ao corpo docente, a técnicos e a outros funcionários.
- Desenvolver o ensino superior na Região, dando continuidade à construção das futuras instalações da Universidade da Madeira.
- Melhoria da articulação do sistema educativo com as necessidades de um tecido produtivo em transformação, através da promoção da frequência dos cursos Secundários Tecnológicos e da necessária adaptação, modernização e reapetrechamento dos estabelecimentos de ensino.

Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

O desenvolvimento da investigação científica e o desenvolvimento tecnológico articulam-se com todo um conjunto de políticas de âmbito regional, visando a melhoria do sistema educativo, do tecido produtivo, da qualidade de vida e do bem estar social, bem como a criação de emprego e a contribuição para a solução de problemas, gerados pela evolução do sistema sócio-económico.

Nesta perspectiva, o modelo a implementar pela Universidade da Madeira e pelo Polo Científico e Tecnológico da Madeira desenvolverá, tanto as actividades de ciência e tecnologia, como as actividades de formação avançada e de difusão de conhecimentos associados a factores dinâmicos da competitividade, bem como todo um conjunto de acções que possibilitem a mobilização e promoção da comunidade científica, tecnológica e empresarial regional.

As acções internas e externas a desenvolver promoverão uma progressiva e contínua qualificação da estrutura científica e económica regional, o que permitirá a médio

e longo prazo a fixação de novos e mais ambiciosos objectivos quer no domínio científico, quer quanto ao tipo de industrialização e desenvolvimento tecnológico na Região.

Neste sentido, as principais acções a realizar em 1996 são as seguintes:

- Apoio a acções de formação avançada, quer em associação com os programas de I&D, quer através de bolsas de mestrado e doutoramento, e a técnicos de apoio a infraestruturas de I&D;
- Atracção de investigadores, associados a projectos de natureza científica, nomeadamente no domínio das telecomunicações e sistemas de informação, astronomia e ciências da matemática;
- Criação dum observatório regional de ciência e tecnologia, visando a definição estratégica e a articulação entre as instituições regionais de natureza científica;
- Concessão de apoios no âmbito do programa estrutural PRAXIS XXI e do STRIDE, para projectos de I&D para o desenvolvimento do sistema de C&T;
- Continuação da instalação e implementação no Polo Científico e Tecnológico da Madeira, das infraestruturas inerentes à Faculdade de Ciências da Universidade da Madeira, do CITMA — Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira, da AREAM — Agência Regional de Energia e Ambiente, do CEHA — Centro de Estudos de História do Atlântico, do BIC — Centro de Inovação de Negócios, do CIFEC — Centro Internacional de Feiras e Congressos, para além da construção de outras infraestruturas de I&D, nomeadamente, o Laboratório de Veterinária a situar em S. Martinho, e a Estação de Biologia Marítima do Funchal (Complexo Turístico do Cais do Carvão);
- Implementação na Madeira de um Observatório Astronómico, aberto à cooperação regional, nacional e internacional;
- Reforço e mobilização das capacidades e projectos de inovação e investigação para o aumento da produtividade, modernização e diversificação do aparelho produtivo e avaliação e conservação dos recursos naturais.

Saliente-se neste âmbito o desenvolvimento dum conjunto de projectos associados à sociedade de informação, aos recursos renováveis e energias renováveis em cooperação com organismos nacionais e internacionais, bem como a acções de investigação e experimentação nos domínios agrícola e florestal;

- Promoção e lançamento de acções de sensibilização e cooperação de C&T.

Formação Profissional e Emprego

No âmbito da **Formação Profissional** os grandes objectivos são:

- Promover a aquisição de níveis de qualificação e habilitações literárias por parte dos jovens, no sentido de lhes possibilitar a inserção no mundo do trabalho;
- Melhorar a formação profissional, através de um processo de adaptação contínuo da qualificação dos trabalhadores às necessidades decorrentes da modernização da economia regional;
- Promover a aquisição de formação por parte dos activos potenciais, que lhes possibilite a sua inserção na vida profissional;
- Melhorar a eficácia da intervenção das estruturas de emprego e formação;
- Desenvolver programas de emprego e formação para grupos sociais específicos com maiores dificuldades de inserção do mercado de trabalho.

Neste âmbito, serão priorizadas acções associadas às seguintes áreas: Turismo, Zona Franca, sectores tradicionais, ciência & tecnologia, bem como manutenção dos postos de trabalho existentes.

São também de realçar os programas de cooperação inter-regional no domínio da formação profissional e de emprego: Youthstart, Leonardo da Vinci, Adapt e outras iniciativas comunitárias.

Através do Youthstart, prevê-se proporcionar formação profissional e intercâmbios de 16 jovens com menos de 20 anos, com vista à sua inserção no mercado de trabalho, e a preparação de 3 técnicos que constituirão uma equipa de peritos em orientação, formação e inserção.

O Programa Leonardo da Vinci visa melhorar os sistemas e dispositivos de formação e de cooperação entre as regiões, através de projectos-piloto e programas trans-nacionais de colocações e intercâmbios no domínio da formação profissional.

O Programa ADAPT visa promover a adaptação da mão-de-obra às mutações industriais e a melhorar o modo de funcionamento do mercado de trabalho.

No âmbito do **Emprego**, serão desenvolvidos programas de emprego e formação para grupos sociais específicos, com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, bem como será promovida a dinamização de novas actividades geradoras de emprego em zonas onde o desemprego se faça sentir com maior incidência.

Juventude

Apostar nos jovens como protagonistas de modernização e de mudança de mentalidades, pressupõe actuar nas diversas áreas que possam contribuir para melhorar as suas condições de vida, potenciar o seu legítimo papel de intervenientes activos na sociedade e garantir as condições de base que lhes permitam o desenvolvimento da sua personalidade.

As diversas estruturas associativas juvenis, com destaque para as Associações de Estudantes e as de ideal escutista são, cada vez mais, a forma encontrada pelos jovens para a sua intervenção na sociedade na defesa dos seus ideais.

A prossecução de uma política global e integrada de Juventude passa pelo apoio (técnico, material e financeiro) às organizações juvenis, mas também pelo incremento do intercâmbio com jovens de outras regiões, através de protocolos com instituições exteriores à Região, dando o melhor aproveitamento ao programa de Centros de Juventude em curso.

Prevê-se para 1996, o arranque da construção das Pousadas de Juventude do Porto Santo e Porto Moniz.

A preparação dos jovens para a sua futura inserção no mercado de trabalho, justificam a continuidade do Programa “Juventude e Trabalho”.

Por outro lado, julga-se importante o fornecimento do máximo de informação aos jovens, possibilitando-lhes um melhor conhecimento da realidade social circundante e motivando-os para uma efectiva participação no processo de desenvolvimento.

Cultura

No sector da cultura, para além da intervenção na defesa dos valores culturais, tem sido dado apoio à animação cultural, sobretudo nos meios rurais. Além disso, têm sido promovidas manifestações culturais nos diferentes ramos das artes, realizadas acções de valorização do património e apoiadas iniciativas visando o estudo e a divulgação da história e da cultura da Madeira.

Na área dos museus, assistiu-se a um crescimento significativo do número de visitantes, como resultado de uma maior dinamização interna expressa na qualidade museológica, na animação feita através de exposições temporárias e as aquisições para enriquecimento dos acervos dos museus.

A reestruturação e actualização das Bibliotecas tem contribuído para um crescente interesse e utilização por parte da população estudantil.

O Arquivo Regional, vocacionado para a recolha, tratamento e conservação de documentos, tem vindo a aumentar o seu património.

No sector da cultura, a estratégia para o ano de 1996 visa continuar a promover a valorização do património histórico-cultural e a criatividade artística.

Os objectivos prioritários a prosseguir neste sector são:

- Recuperar e conservar monumentos e valores patrimoniais de interesse

regional;

- Apoiar as associações culturais dos vários concelhos da Região, com vista à descentralização cultural;
- Promover acções de animação;
- Colaborar e cooperar com entidades públicas e privadas, de modo a assegurar a valorização cultural da população.

Na prossecução destes objectivos os principais instrumentos de acção a implementar são:

- Continuação da instalação de museus (Museu Etnográfico, na Ribeira Brava, Forte de S. Tiago e Solar Cristovão Colombo) e obras diversas de restauro de património, nomeadamente Torre do Capitão, Casa dos Romeiros, restauro de pinturas e altares de igrejas e capelas;
- Apoio à publicação de obras de divulgação da história e da cultura da Madeira;
- Apoios ao Centro de Estudos de História do Atlântico, tendo em vista o desenvolvimento de projectos de investigação e divulgação dos seus resultados;
- Organização de festivais, exposições e conferências, com vista à dinamização de iniciativas culturais;
- Participação em feiras de carácter cultural, para divulgação do artesanato regional;
- Actualização e conservação de livros e documentos dos Tribunais, Câmaras Municipais e demais entidades públicas;
- Informatização dos serviços;

- Formação e aperfeiçoamento profissional.

Desporto

No âmbito do Desporto, pretende-se assegurar a participação e acesso da juventude e da população em geral ao desporto e à prática desportiva.

Na prossecução deste objectivo serão implementados projectos de recreação/lazer, e construção, melhoria e apetrechamento de infraestruturas desportivas. Será dada continuidade ao apoio à participação desportiva de atletas regionais em competições nacionais e internacionais, excelentes veículos de promoção da imagem da Madeira.

Saúde

No campo da saúde, a Região dar-se-à continuidade à política que tem vindo a ser desenvolvida, tendo em consideração os atrasos estruturais e os novos desafios suscitados pela adopção, por parte da população em geral, de estilos de vida menos saudáveis e pelo envelhecimento da população da Região, bem como da turística. Esta situação, comum a todos os países desenvolvidos, está na origem do aparecimento de novas doenças, obrigando a um redobrar das atenções e a repensar todo o sistema de prestação de serviços na área da saúde. A estratégia a seguir passará pela melhoria de alguns indicadores, nomeadamente no que respeita à relação entre o número de clínicos gerais e a população total, onde se espera assistir a uma melhoria do indicador entre 1994 e 1996, já que se prevê que a evolução seja de 2391 habitantes/clínico geral para 2 000 habitantes/clínico geral. De igual modo, é esperada uma diminuição do número de habitantes por enfermeiro, passando de 777 habitantes por enfermeiro em 1994, para 750 em 1996.

Consustanciadas no Plano Médio Prazo 1994/99, as acções prioritárias para o sector da saúde em 1996 consistem essencialmente, no prosseguimento de projectos em curso, na consolidação de infraestruturas e na melhoria da interligação funcional entre as diversas áreas/valências.

Aquelas acções visam a consecução dos seguintes grandes objectivos no sector da saúde definidos no PMP 1994-1999:

- Assegurar a igualdade de acesso do cidadão aos cuidados de saúde, independentemente da condição económica e local de residência;
- Melhorar a qualidade dos cuidados de saúde prestados, através da modernização e humanização dos serviços;
- Melhorar o nível de saúde da população em geral, actuando através de programas de prevenção da doença e dedicando especial atenção às situações associadas a elevadas taxas de mortalidade e morbidade.

Na prossecução destes objectivos, serão desenvolvidas, em 1996, as seguintes actuações:

- Criação, adaptação, beneficiação e reequipamento de centros de saúde, sendo de realçar a construção do Centro de Saúde de Santana, do Centro de Saúde de Santa Cruz, do Centro de Saúde da Nazaré, do Centro de Saúde de Machico e do Centro de Saúde Mental e de Toxicodependência;
- Continuação da implementação do Sistema Integrado de Informação da Saúde (SISRAM), envolvendo o Centro Regional de Saúde e o Centro Hospitalar do Funchal;
- Renovação e modernização das estruturas hospitalares, bem como aumento da capacidade de tratamento em regime ambulatorio;
- Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal;
- Modernização dos meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, através da aquisição ou substituição de equipamentos para diversas áreas médicas;
- Prossecução da remodelação e apetrechamento dos serviços de acolhimento e atendimento de doentes;

- Instalação do Laboratório de Hemodinâmica;
- Diagnóstico de necessidades de formação e realização de acções de formação e de troca de experiências;
- Realização de projectos de investigação/acção, de impacto positivo no estado de saúde da população;
- Incremento das acções de prevenção das doenças transmissíveis por via hídrica;
- Desenvolvimento da medicina familiar, com base na figura do médico de família, de modo a melhorar a prevenção primária e secundária que neles é feita.

Segurança Social

No sector da Segurança Social constituem linhas prioritárias de acção:

- Promover a prevenção e combate a problemas sociais associados à marginalização social, às carências económicas e outras disfunções, actuando junto dos grupos populacionais mais sensíveis;
- melhorar a cobertura e qualidade dos equipamentos de apoio;
- modernizar e humanizar os serviços.

Habitação

Em termos de condições de vida da população da RAM as principais necessidades decorrem das carências habitacionais de ordem qualitativa e quantitativa. As perspectivas de solução a curto prazo apresentam-se complexas, verificando-se desajustamentos sociais com maior acuidade no centro urbano do Funchal e áreas

circundantes.

Para uma parte significativa da população, a aquisição de casa própria é difícil, dado o seu baixo nível de rendimento, os elevados custos de construção e dos solos urbanizáveis, o limitado número de planos de urbanização e o custo do crédito bancário. Por outro lado, a construção para o mercado locativo é praticamente inexistente.

A atenuação do deficit habitacional e a melhoria do seu nível qualitativo são objectivos do sector, na medida em que constituem factores de estrangulamento ao desenvolvimento regional.

Assim, está prevista no PIDDAR/96, a implementação de um conjunto de medidas, nomeadamente:

- promoção directa e indirecta de habitação, nomeadamente através de apoios às autarquias, cooperativas de habitação e de contratos de desenvolvimento de habitação;
- incentivos à auto-construção a custos controlados;
- infraestruturização de solos;
- recuperação/beneficiação de habitação, nomeadamente através do PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados e de um Programa de "Valorização da Paisagem".

Ambiente e Ordenamento do Território

Em termos de distribuição demográfica da Ilha da Madeira, verifica-se uma assimetria significativa na distribuição populacional, já que cerca de 80% da população residente se fixa numa estreita faixa junto ao litoral sul, com especial incidência no espaço compreendido entre os concelhos da Ribeira Brava e Machico.

O concelho do Funchal ocupa a zona central desta faixa, constituindo-se como pólo dinamizador das principais actividades socio-económicas regionais, concentrando

cerca de 60% de toda a população.

No domínio do **abastecimento de água**, o objectivo central é o de oferecer uma melhor qualidade no serviço de distribuição de água, de acordo com os padrões comunitários. Assim, torna-se essencial a implementação de infraestruturas de captação e de transporte correctamente dimensionadas e a introdução de um quadro de gestão jurídico-económico que possibilite disciplinar e rentabilizar a exploração dos sistemas. A compatibilização entre a resposta a dar ao desenvolvimento regional e consequente aumento no consumo de água como factor estruturante, impõe simultaneamente a optimização do seu uso, garantindo que não se exaure irreversível e descontroladamente as reservas actualmente existentes.

A concretização dos objectivos sectoriais implica a implementação das seguintes medidas:

- abertura e ampliação de algumas galerias em altitude para captação de água;
- optimização e automatização dos principais sistemas;
- aumento da capacidade de adução e de armazenamento de algumas infraestruturas urbanas e rurais;
- abertura de furos em aquíferos basais;
- construção de infraestruturas destinadas ao aproveitamento de água de boa qualidade, disponível nos períodos de Inverno, reduzindo-se substancialmente a factura energética decorrente da elevação de caudais.

Assim, salienta-se entre as acções previstas no âmbito do PIDDAR/96 aquelas que constituem o “Sistema de Interligação das Principais Origens de Água Potável da Madeira”, com comparticipação financeira do Fundo de Coesão, e do qual fazem parte os seguintes projectos:

- Adução à ETA dos Socorridos e à Condução da Cota 200;
- Ampliação da ETA dos Socorridos;

- Remodelação do Sistema Adutor da nova ETA dos Tornos;
- Interligação das Origens de Água da Cidade do Funchal;
- Sistema Adutor Machico - Caniçal - Santa Cruz.

Salienta-se ainda a construção das novas estações de tratamento de água dos Socorridos, Porto Novo, Covão, da Alegria e da Zona Leste e do Laboratório Regional de Controlo da Qualidade da Água (LQA), infraestruturas tidas como fundamentais para assegurar um elevado nível de qualidade da água de abastecimento público.

Relativamente ao sub-sector **Águas Residuais**, prevê-se a implementação de unidades de tratamento que proporcionem um adequado destino final, evitando-se problemas de contaminação no meio receptor. Salienta-se neste domínio a conclusão do projecto "Saneamento da Zona Baixa do Caniço", incluindo a construção de uma estação de tratamento e de um emissário submarino, a renovação da rede de saneamento básico do Porto Santo e o arranque das obras do destino final das águas residuais de Santa Cruz e Ribeira Brava.

No que respeita aos **Resíduos Sólidos Urbanos**, as acções previstas no PIDDAR/96, visam assegurar uma solução adequada para os resíduos sólidos urbanos produzidos na Ilha da Madeira, contribuindo, simultaneamente, para a sua valorização.

A concretização dos aspectos sectoriais não se esgota apenas na ampliação dos actuais sistemas, já que implica uma grande sensibilização das populações, cuja colaboração é imprescindível, e deverá ser orientada para a necessidade de reduzir a produção de resíduos e de os gerir a nível doméstico segundo determinadas orientações que venham a facilitar a recolha, selecção e tratamento a jusante.

Estas campanhas de sensibilização da população estão actualmente em curso e terão continuidade em 1996 no âmbito das medidas financiadas pelo Programa POSEIMA - Ambiente.

A preservação do ambiente e a promoção do ordenamento territorial constituem objectivos estratégicos, visando a melhoria da qualidade de vida das populações e a organização e funcionamento eficiente do espaço regional.

No domínio da **Conservação e Valorização do Património Natural**, para além de acções significativas já referenciadas noutros sectores, assume particular relevância o Parque Natural da Madeira.

A recente implementação da Lei Orgânica que o criou e a definição do seu Quadro de Pessoal vieram reunir as condições básicas para o desenvolvimento de um trabalho mais aprofundado na área da Conservação da Natureza, respondendo ao número sempre crescente de solicitações no sector.

O cumprimento das obrigações decorrentes da legislação comunitária, recentemente aprovada, de protecção à Natureza, virá por outro lado, exigir um maior nível de responsabilidade e de afectação de recursos técnicos e financeiros.

No decurso da aprovação da Directiva Comunitária sobre os Habitats Naturais, a RAM propôs em 1995 a inclusão, na Rede Natura 2000, 11 sítios, cinco dos quais são áreas que actualmente não beneficiam de qualquer estatuto de protecção. Caso a proposta da Região seja aceite pela Comunidade, aquelas áreas terão obrigatoriamente que vir a ser classificadas ao abrigo da legislação nacional.

Ainda nesta matéria, o Parque Natural participará na implementação do Centro da Região Biogeográfica da Macaronésia, sediado no Funchal, e incluído na Agência Europeia do Ambiente através do Centro Temático para a Conservação da Natureza.

Com vista ao reconhecimento internacional do património natural da RAM, procedeu-se, em 1995, juntamente com a Direcção Regional dos Assuntos Culturais (SRT) à candidatura de 3 Levadas da Madeira a Património Mundial Cultural da Unesco. Estão em preparação as candidaturas da Floresta Laurisilva a Reserva da Biosfera e a das Ilhas Desertas e Selvagens a Património Mundial Natural da Unesco.

Recorde-se que, ainda recentemente, se obteve o galardão de Área Diplomada do Conselho da Europa para a Reserva das Selvagens e que a floresta Laurisilva e a Reserva das Ilhas Desertas estão ambas incluídas na Rede de Reservas Biogenéticas, também do Conselho da Europa.

As linhas de actuação prioritária neste domínio são as seguintes:

- Sensibilização da população em geral e a das Escolas em particular, para as questões relacionadas com a conservação da natureza e divulgação do património natural regional.
- Manutenção e melhoramento das Reservas de carácter científico (Laurisilva, Biótopos de Altitude e do Litoral, Colónias de Aves Marinhas, Ecossistemas Subaquáticos), de forma a garantir a preservação da biodiversidade.

Em 1996, serão desenvolvidas acções de fiscalização e vigilância das diversas Áreas Protegidas, bem como a monitorização e o estudo das suas espécies de flora e fauna, nomeadamente:

- No âmbito do Programa Poseima-Ambiente:

“Assistência à Reserva Natural do Garajau”;

“Assistência à Reserva Natural das Ilhas Selvagens”;

“Protecção do Núcleo de Dragoeiros das Neves”.

- No âmbito do Programa Life:

“Medidas para a recuperação do Habitat Terrestre da Deserta Grande”;

“Protecção à fauna e à flora”.

Ainda, no domínio do Ambiente e Ordenamento Territorial, terão concretização, em 1996, as seguintes acções:

- Implementação de um sistema de informação geográfica de apoio às funções de coordenação e gestão do Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma da Madeira (POTRAM), o qual constituirá um importante instrumento para:
 - gestão e optimização dos recursos;
 - acções de sensibilização;

- Definição de prioridades de acção em políticas sectoriais;
 - elaboração de pareceres e relatórios para variados fins;
 - avaliação do impacte das acções humanas sobre o território;
 - registar processos de degradação e promover os estudos e intervenções convenientes;
 - elaboração de monografias e cartas de qualidade gráfica.
-
- Realização de acções de divulgação e sensibilização das populações, em particular dos agentes económicos, para a importância do ordenamento do território como suporte de um processo de desenvolvimento sustentável.
 - Implementação de áreas prioritárias de urbanização e de planos de urbanização e de pormenor.
 - Estudos de integração paisagística e recuperação de áreas degradadas, nomeadamente as acções participadas no âmbito do Programa POSEIMA - Ambiente e a renovação urbana do Ilhéu de Câmara de Lobos.
 - Implementação de um sistema de informação geográfica regional de ambiente e ampliação dos sistemas de aquisição e processamento de dados de ambiente.
 - Elaboração de uma carta de riscos de erosão e sua conjugação com os programas de reflorestação e de correcção torrencial em curso, no reconhecimento de que a protecção da água e do solo são fenómenos associados.
 - Manutenção dos actuais programas de correcção torrencial e canalização de ribeiras, visando a regularização e ordenamento de linhas de água, nomeadamente a canalização das Ribeiras de Santo António, Faial, Santa Luzia, Calheta e São João.

No âmbito deste sector prosseguir-se-ão os objectivos seguintes: melhoria da qualidade e modernização dos serviços; promoção da utilização intensiva das novas tecnologias da informação; intensificação da formação profissional; dotação da Região com suficiente informação científica e técnica (suporte fundamental à tomada de decisão por entidades públicas ou privadas) e difundir informação sobre a Administração Pública.

Em 1996, as principais linhas de acção são as seguintes:

No domínio da Modernização Administrativa

- Formação, aperfeiçoamento e especialização dos recursos humanos afectos aos vários serviços da Administração Pública Regional;
- Actualização e ampliação dos meios informáticos, quer para a utilização corrente dos serviços, quer como suporte de acções mais específicas, entre as quais se destacam:
 - Monitorização do POPRAM 1994-99;
 - Actualização tecnológica da Direcção Regional de Informática, através da aquisição de equipamentos informáticos e suportes lógicos e da implementação do projecto GABMATIC - Correio e escritório electrónico.
- Acções diversificadas de divulgação, gestão e acompanhamento dos diversos programas com apoio comunitário;
- Elaboração de trabalhos e estudos de vária índole visando o desenvolvimento sócio-económico da Região;
- Manutenção de uma permanente defesa dos interesses da Região no seio das Comunidades Europeias, salvaguardando as especificidades da RAM, como espaço periférico da UE.

No domínio da Informação Científica e Técnica

- Realização das operações estatísticas de âmbito nacional e regional, nomea-

damente execução de inquéritos correntes e de base, de que se destaca o Inquérito à Produção Agrícola, que faculta a informação sobre as principais produções agrícolas da RAM;

- Elaboração das Contas Económicas da RAM;
- Informatização total dos Serviços de Estatística e formação e reciclagem do pessoal que lhes está afecto;
- Elaboração de novas publicações, incidindo em áreas estatísticas, cuja informação é ainda insuficiente ou inexistente;
- Continuação da execução do projecto EURISLES, de acordo com o Programa de Actividades do projecto, o qual visa o estabelecimento de uma rede de informação entre as ilhas da Comunidade.

Emigração

Perante o facto de ter cessado, quase por completo, o fenómeno migratório que caracterizou a sociedade madeirense durante décadas, a intervenção prioritária nesta área centra-se no apoio a alguma emigração sazonal que se mantém (embora em decréscimo), à reintegração daqueles que optam por voltar e às actividades desenvolvidas pelos inúmeros Clubes e Associações em diferentes países.

Tem-se presente que a afirmação das Comunidades Madeirenses depende, em grande parte, da sua importância sócio-económica nas respectivas sociedades de acolhimento. Para isso, é necessário desenvolver esforços para que, ao seu peso demográfico e laboral, corresponda uma proporcional importância social, económica e política, através de formas organizacionais adequadas, potenciando a relevância dos agentes económicos residentes fora da Madeira e a importância social e cultural da generalidade das instituições madeirenses no estrangeiro.

A especial atenção e apoio a dispensar às comunidades madeirenses tem em consideração a importância que os seus membros assumem no desenvolvimento da Madeira, quer através da promoção dos seus investimentos na Região, quer pela via da

reinserção sócio-económica dos que pretendem regressar às suas origens.

As linhas de actuação prioritárias passam por uma participação activa junto do Governo da República nos domínios da política de Emigração nas áreas de divulgação da língua portuguesa, na negociação de acordos internacionais, na extensão de programas culturais e demais medidas nacionais.

Privilegiamos o contacto com as nossas Comunidades numa auscultação permanente aos seus anseios e aspirações, numa perspectiva de as motivarmos para uma participação efectiva na vida da sua terra.

No que se refere aos empresários madeirenses residentes no estrangeiro importa incentivá-los para o papel que podem desempenhar como dinamizadores do processo de desenvolvimento regional.

A preservação de laços afectivos e de cultura, passa pela divulgação de informação, mas também pelo apoio às iniciativas das próprias organizações dos madeirenses residentes nos países de acolhimento.

4 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O PIDDAR/96 constitui um instrumento fundamental de toda uma estratégia que visa promover a coesão económica e social, a modernização do aparelho produtivo, bem como o bem estar das populações. Reflete, assim, um conjunto de políticas e acções que se traduzem, principalmente, na execução anual de um significativo volume de investimentos públicos tendentes a reforçar, consolidar e melhorar a competitividade e a criação de emprego e a potenciar investimentos produtivos com apoio comunitário. Paralelamente, procura-se compatibilizar a eficácia económica e social com objectivos de rigor orçamental.

O PIDDAR/96 envolve um investimento, num montante de 61 453 031 contos, o que traduz uma aceleração em relação aos últimos anos, a qual se justifica, em grande medida, pela necessidade de maximizar a absorção dos fundos comunitários e de aumentar o investimento em sectores em que o co-financiamento comunitário é nulo ou pouco significativo. Continuam, assim, em 1996, a ser lançadas as bases de consolidação da economia regional, de modo a preparar a Região Autónoma da Madeira para o século XXI.

De referir que não se inclui no PIDDAR investimentos estruturantes de que é exemplo o projecto de ampliação do Aeroporto Intercontinental de St^a. Catarina. Só está orçamentada a quota parte regional que deverá integrar a comparticipação nacional do financiamento do projecto, o qual beneficia, em 1996, de apoios no âmbito do programa REGIS II e do Fundo de Coesão.

Também não estão quantificados os investimentos do sector empresarial do Estado, bem como os incentivos financeiros comparticipados através de intervenções comunitárias de âmbito nacional, nomeadamente o PEDIP II, o SIFIT III, o PROCOM e o PRAXIS XXI e os relativos aos programas de telecomunicações e energia.

Além disso, não estão quantificados os apoios comunitários que, no âmbito do POPRAM II, co-financiam acções no domínio da Agricultura e Pescas, promovidas por entidades privadas ou outras entidades exteriores à Administração Regional, bem como os montantes destinados ao financiamento de acções de formação profissional que não sejam promovidas directamente pela Administração Regional.

A afectação do total das despesas do PIDDAR/96, por grandes sectores de

actividade económica e social, é a seguinte:

	(contos)	%
Sectores Produtivos	7 769 000	13,7
Sectores Sociais	25 280 832	44,5
Infraestruturas Económicas	18 922 000	33,3
Sectores de Apoio	4 806 349	8,5
TOTAL	56 778 181^(a)	100,0

Assim, cerca de 14% do montante total do PIDDAR ^(a) destina-se a apoiar o investimento produtivo, designadamente nos sectores da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Pescas, Indústria, Comércio e Turismo.

Aos sectores da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas, destinam-se cerca de 7% do investimento. No Turismo, a maior parcela dos investimentos estão direccionados para a promoção e para a animação e acontecimentos especiais, nomeadamente a Festa do Fim do Ano.

Nos sectores ligados à satisfação das necessidades sociais e à melhoria da qualidade de vida, salientam-se os investimentos na Educação, Saúde, Habitação e Ambiente, os quais representam 44,5% do total.

As despesas mais directamente relacionadas com a qualificação dos recursos humanos (educação, formação profissional e ciência e tecnologia) apresentam um peso de 20,6% do total, valor que reflecte a prioridade dada a este eixo estratégico de desenvolvimento. Na indústria é de registar, a par de um conjunto de acções, nomeadamente visando o desenvolvimento do artesanato regional, incluem-se dotações destinadas à implementação do novo sistema de incentivos ao desenvolvimento empresarial (SIDERAM).

(a) Não estão incluídos os investimentos municipais que não foram sectorizados.

Nos sectores sociais, a Habitação e Urbanismo representam 18,8%, a Saúde 2,7% e o Ambiente 2% do montante total de investimento.

Constata-se que 33% do PIDDAR tem por objectivo a criação ou continuação de infraestruturas económicas (transportes, energia etc) indispensáveis ao funcionamento competitivo da economia e ao reforço do seu potencial de crescimento.

Por último, 8,5% do PIDDAR está afecto a sectores de apoio, os quais, de uma forma directa ou indirecta, reforçam a competitividade e/ou o bem estar social, como sejam os investimentos na investigação e desenvolvimento tecnológico, no desenvolvimento de sistemas de informação e na modernização da Administração Pública Regional.

Em termos institucionais, e traduzindo as grandes prioridades da política económica e social, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente, pela natureza, número e custo das infraestruturas por que é responsável, representa 58,1% do total do PIDDAR/96.

Seguem-se as Secretarias mais directamente associadas ao sector produtivo, nomeadamente Agricultura, Florestas e Pescas, Economia e Cooperação Externa, Turismo e Cultura e Finanças, as quais absorvem 31,4% das dotações afectas ao PIDDAR/96. Das restantes Secretarias que tutelam os sectores sociais, à excepção da Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunicação, cujas acções de apoio às comunidades madeirenses são de salientar, destacam-se os investimentos directos da Secretaria Regional da Educação, os quais representam 8,3% do total do PIDDAR/96 e os da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 2,1%. Destes últimos, 60% são dirigidos à renovação e modernização tecnológica das estruturas hospitalares.

QUADRO I

PIDDAR - 1996

DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES / DEPARTAMENTOS

(contos)

SECTORES		DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL							TOTAL	
		Assuntos Par- lamentares e Comunicação	Agricultura, Florestas e Pesca	Educação	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Ambiente	Assuntos Sociais	Economia e Cooperação Externa		Finanças
TOTAL CAP. 50		34 500	5 614 173	5 093 659	2 519 500	35 729 695	1 286 674	5 758 750	5 359 830	61 396 781
		34 500	5 485 809	4 611 650	2 519 500	32 307 000	985 001	5 295 550	5 359 830	56 598 840
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária	TOTAL		3 091 000							3 091 000
	CAP. 50		3 091 000							3 091 000
2. Pesca	TOTAL		682 000							682 000
	CAP. 50		682 000							682 000
3. Indústria	TOTAL		62 000					530 000		592 000
	CAP. 50		11 000					468 800		479 800
4. Energia	TOTAL							104 000		104 000
	CAP. 50							104 000		104 000
5. Turismo	TOTAL				1 074 000			90 000		1 164 000
	CAP. 50				1 074 000			40 500		1 114 500
6. Transportes, Comunicações e Meteorologia	TOTAL					15 328 000		3 433 750		18 761 750
	CAP. 50					15 328 000		3 081 250		18 409 250
7. Comércio, Abastec. e Defesa do Consumidor	TOTAL		825 000					60 000		885 000
	CAP. 50		825 000					60 000		885 000
8. Educação	TOTAL			945 500		4 885 000				5 830 500
	CAP. 50			945 500		4 885 000				5 830 500
9. Emprego e Formação Profissional	TOTAL		30 000	1 234 659	889 000		115 000			2 268 658
	CAP. 50		30 000	752 650	889 000		89 500			1 761 150
10. Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	TOTAL	15 000		2 900 000		215 000		77 000		3 207 000
	CAP. 50	15 000		2 900 000		215 000		77 000		3 207 000
11. Cultura	TOTAL	17 500		7 500	510 000	95 000				630 000
	CAP. 50	17 500		7 500	510 000	95 000				630 000
12. Saúde	TOTAL					495 000	1 035 000			1 530 000
	CAP. 50					495 000	865 000			1 360 000
13. Segurança Social	TOTAL									0
	CAP. 50									0
14. Habitação e Urbanismo	TOTAL					10 661 500				10 661 500
	CAP. 50					7 367 000				7 367 000
15. Defesa e Protecção do Ambiente	TOTAL		428 173			700 000		25 000		1 153 173
	CAP. 50		350 809			700 000		25 000		1 075 809
16. Investigação Cient. e Desenv. Tecnológico	TOTAL		495 000			2 995 195			94 000	3 584 195
	CAP. 50		495 000			2 867 000			94 000	3 456 000
17. Informação Científica e Técnica	TOTAL						100 000	30 000	516 780	646 780
	CAP. 50						25 000	30 000	516 780	571 780
18. Administração Pública Regional	TOTAL	2 000	1 000	6 000	46 500	355 000	36 674	54 000	74 200	575 374
	CAP. 50	2 000	1 000	6 000	46 500	355 000	5 501	54 000	74 200	544 201
19. Apoios	TOTAL							1 355 000		1 355 000
	CAP. 50							1 355 000		1 355 000
Investimentos Municipais	TOTAL								4 674 850	4 674 850
	CAP. 50								4 674 850	4 674 850

QUADRO II

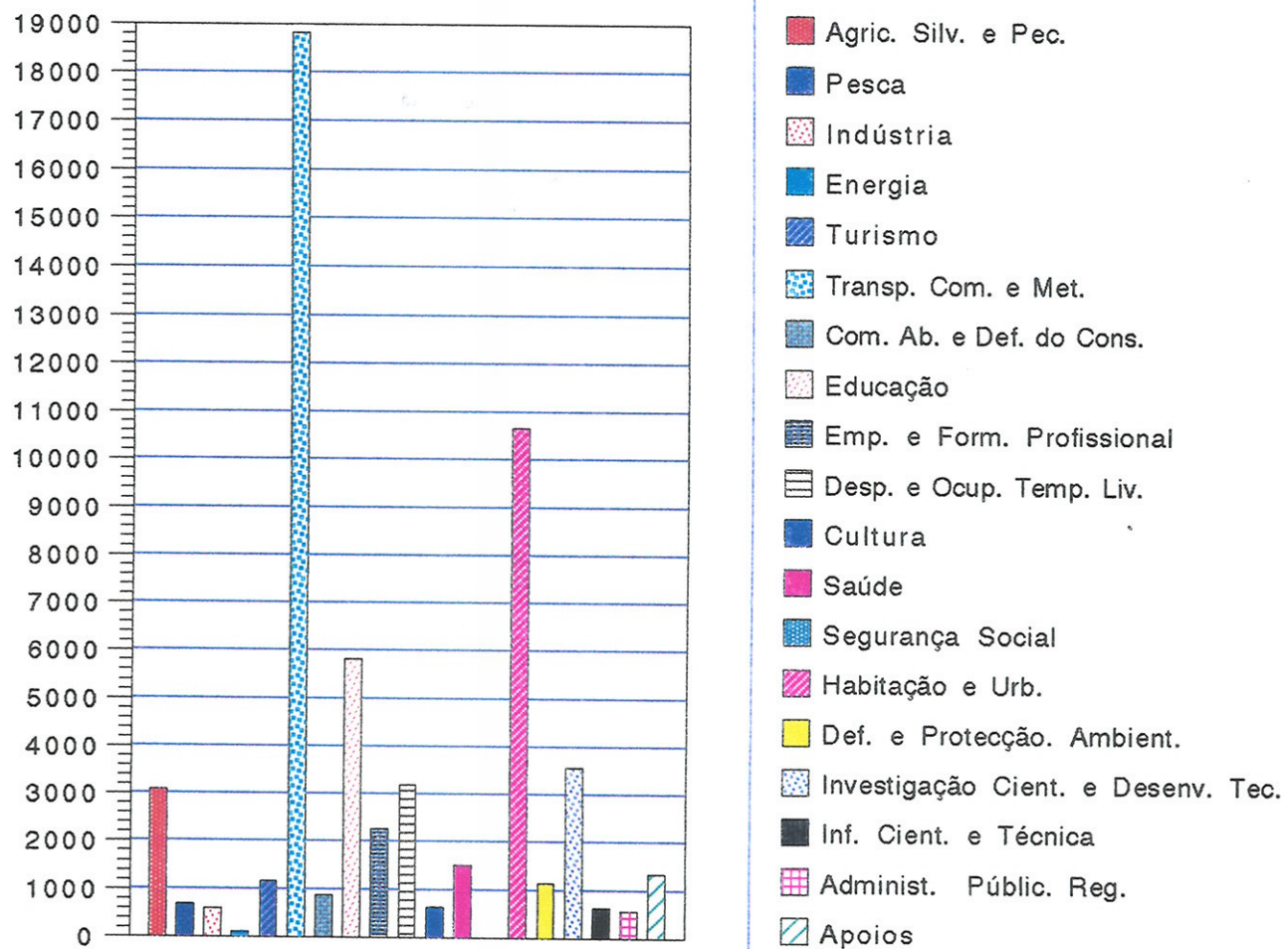
PIDDAR 96

ESTRUTURA POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

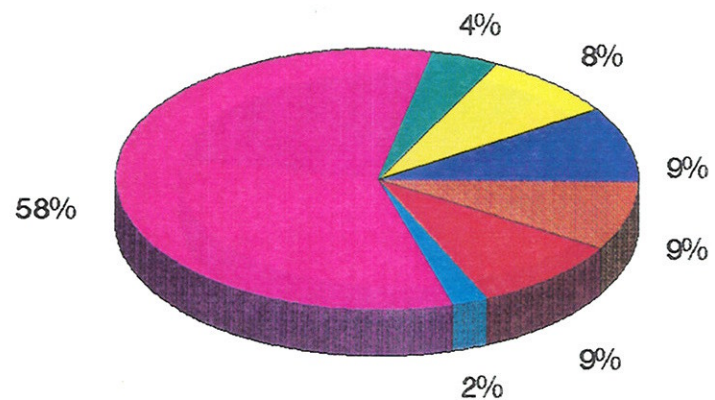
DEPARTAMENTOS	Capº. 50 de O.R. (Fin. Regional)	Fundos Comunitários	TOTAL	
	CONTOS			ESTRUTURA
Sec. Reg. dos Assuntos Parl. e Comunicação	34 500	0	34 500	0,06%
Sec. Reg. da Agricultura Florestas e Pescas	4 160 887	1 453 286	5 614 173	9,32%
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	3 641 278	951 722	4 593 000	7,63%
Pesca	485 500	371 500	857 000	1,42%
Outros	34 109	130 064	164 173	0,27%
Sec. Reg. da Educação	3 591 475	1 502 184	5 093 659	8,46%
Educação	384 650	574 349	958 999	1,59%
Emprego e Formação Profissional	306 825	927 835	1 234 660	2,05%
Outros	2 900 000		2 900 000	4,81%
Sec. Reg. do Turismo e Cultura	864 500	1 655 000	2 519 500	4,18%
Sec. Reg. do Equipamento Social e Ambiente	20 304 900	14 263 695	34 568 595	57,39%
Infraestruturas Rodoviárias	9 025 500	6 302 500	15 328 000	25,45%
Educação	2 581 750	2 518 250	5 100 000	8,47%
Habitação e Urbanismo	5 579 900	3 615 600	9 195 500	15,27%
Outros	3 117 750	1 827 345	4 945 095	8,21%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	912 751	373 923	1 286 674	2,14%
Sec. Reg. da Economia e Cooperação Externa	2 870 335	2 888 415	5 758 750	9,56%
Sec. Reg. das Finanças	4 874 125	485 705	5 359 830	8,90%
TOTAL	37 613 473	22 622 208	60 235 681 (a)	100,00%

a) Este valor não coincide com o Total do PIDDAR constante do Quadro I dado que aqui não está incluída a verba respeitante aos recursos próprios dos Fundos e Serviços Autónomos tutelados pela SRESA (1 161 100 contos)

REPARTIÇÃO SECTORIAL DOS INVESTIMENTOS 1996

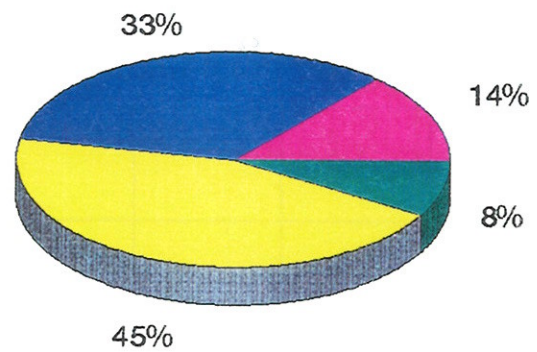


INVESTIMENTOS POR SECRETARIAS 1996



- Sec. Reg. Assunt. Parl. e Com.
- Sec. Reg. Agric. Flor. e Pes.
- Sec. Reg. da Educação
- Sec. Reg. do Tur. e Cult.
- Sec. Reg. do Equip. Soc. e Amb.
- Sec. Reg. dos Assunt. Soc.
- Sec. Reg. da Ec. e Coop. Ext.
- Sec. Reg. das Finanças

ESTRUTURA POR SECTORES 1996



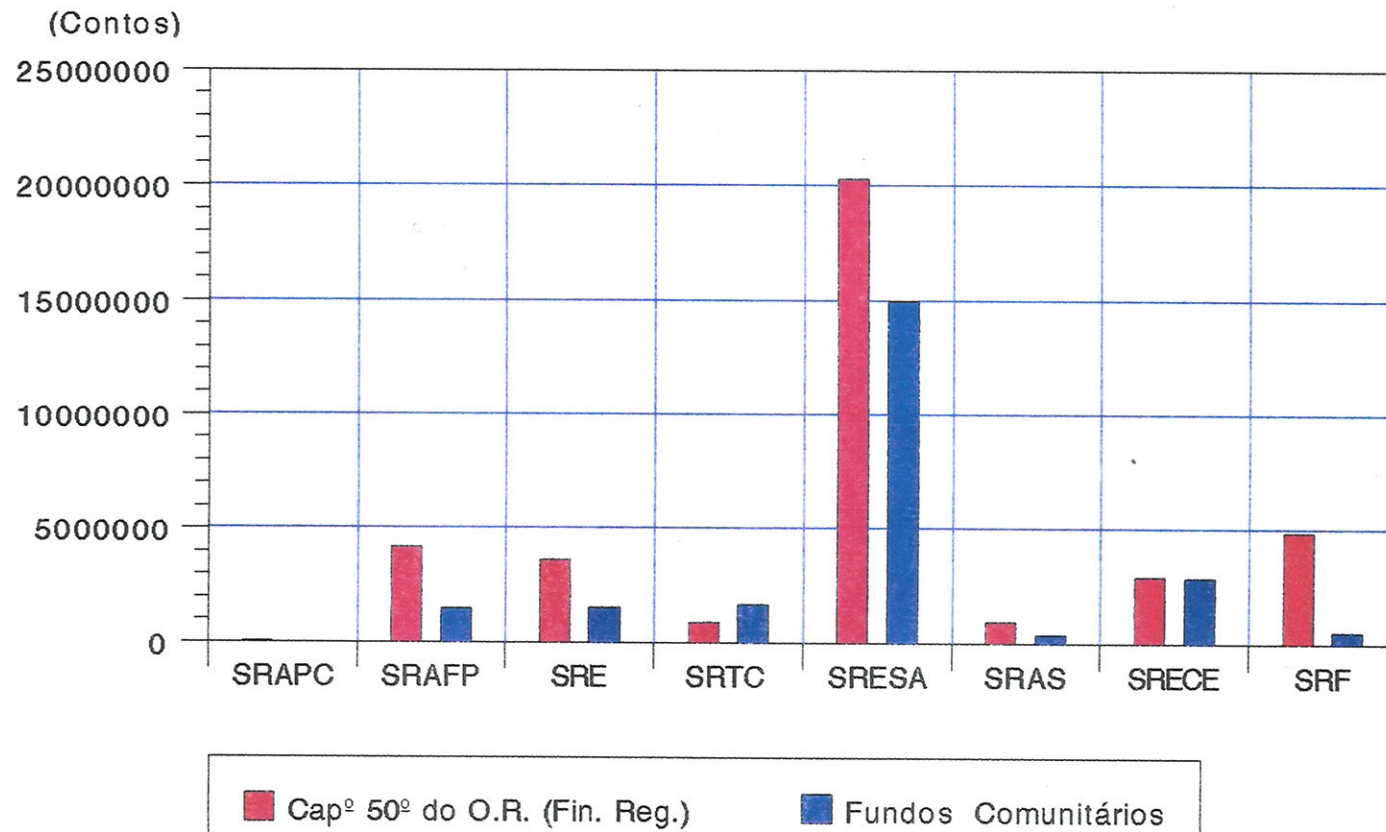
■ Sectores Produtivos

■ Infraestruturas Económicas

■ Sectores Sociais

■ Sectores de Apoio

FONTES DE FINANCIAMENTO POR DEPARTAMENTOS



**5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA POR SECRETARIAS,
PROGRAMAS E PROJECTOS**

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	0	17 500	34 500	0	0	0	52 000	
	Cap. 50 O.R.	0	17 500	34 500	0	0	0	52 000	
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	0	17 500	34 500	0	0	0	52 000	
	Cap. 50 O.R.	0	17 500	34 500	0	0	0	52 000	
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	
	Cap. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0	
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES		TOTAL	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
		Cap. 50 O.R.	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
REAPETRECHAMENTO DE PARQUES DESPORTIVOS E DE LAZER		TOTAL	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
		Cap. 50 O.R.	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
SE: SRAPC Nº. PROJ: 1									
Reapetrechamento de Parques Desportivos e de Lazer		TOTAL	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
1995 - 96		Cap. 50 O.R.	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
SECTOR: CULTURA		TOTAL	0	2 500	17 500	0	0	0	20 000
		Cap. 50 O.R.	0	2 500	17 500	0	0	0	20 000
COMISSÃO DOS DESCOBRIMENTOS		TOTAL	0	2 500	2 500	0	0	0	5 000
		Cap. 50 O.R.	0	2 500	2 500	0	0	0	5 000
SE: SRAPC Nº. PROJ: 1									
Comissão dos Descobrimetos		TOTAL	0	2 500	2 500	0	0	0	5 000
1995 - 96		Cap. 50 O.R.	0	2 500	2 500	0	0	0	5 000
ACÇÕES DE APOIO ÀS COMUNIDADES MADEIRENSES		TOTAL	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
		Cap. 50 O.R.	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
SE: SRAPC Nº. PROJ: 1									
Acções de Apoio às Comunidades Madeirenses		TOTAL	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
1995 - 96		Cap. 50 O.R.	0	15 000	15 000	0	0	0	30 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL AFECTO SEC. REG. DOS ASSUNTOS PARLAM. E COMUNICAÇÕES		TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
SE: SRAPC Nº. PROJ: 1									
Acções de Formação		TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
1996 - 96		Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PDOAR						TOTAL
		Executado até 1994	1995 execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	
Campanha de Destratização	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Poseima - Medidas Agrícolas	TOTAL	718 219	47 300	24 000	0	0	0	789 519
1992-96	Cap. 50 O.R.	718 219	47 300	24 000	0	0	0	789 519
	COFIN							
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE APROVISIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA	TOTAL	770 721	400 000	540 000	0	0	0	1 710 721
	Cap. 50 O.R.	770 721	400 000	540 000	0	0	0	1 710 721
	SE: SRAFP							
	Nº PROJ. 4							
Canal de Rega de S. Vicente	TOTAL	200 023	30 000	40 000	0	0	0	270 023
1985 - 1996	Cap. 50 O.R.	200 023	30 000	40 000	0	0	0	270 023
Impermeabilização da Lagoa do Santo da Serra	TOTAL	346 685	70 000	50 000	0	0	0	466 685
1989-96	Cap. 50 O.R.	346 685	70 000	50 000	0	0	0	466 685
Cobertura ou Resguardo de Tanques	TOTAL	18 560	40 000	50 000	0	0	0	108 560
1990-96	Cap. 50 O.R.	18 560	40 000	50 000	0	0	0	108 560
Obras de Hidráulica Agrícola Diversas	TOTAL	205 453	260 000	400 000	0	0	0	865 453
1994-96	Cap. 50 O.R.	205 453	260 000	400 000	0	0	0	865 453
APETRECHAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS	TOTAL	15 000	7 000	324 000	74 300	36 000	0	456 300
	Cap. 50 O.R.	15 000	7 000	324 000	74 300	36 000	0	456 300
	SE: SRAFP							
	Nº PROJ. 4							
Centro de Fruticultura Subtropical	TOTAL	0	0	75 000	0	0	0	75 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	75 000	0	0	0	75 000
Mecanização Agrícola	TOTAL	0	0	140 000	0	0	0	140 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	140 000	0	0	0	140 000
Centros de Formação Agrária	TOTAL	15 000	7 000	19 000	22 000	25 000	0	88 000
1994-98	Cap. 50 O.R.	15 000	7 000	19 000	22 000	25 000	0	88 000
Apetrechamento e Modernização de Centros de Desenvolvimento Agrícola	TOTAL	0	0	90 000	52 300	11 000	0	153 300
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	90 000	52 300	11 000	0	153 300
	COFIN							
	POP II							
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO	TOTAL	0	0	35 000	45 000	30 000	0	110 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	45 000	30 000	0	110 000
	SE: SRAFP							
	Nº PROJ. 2							
Criação de Centros de Desenvolvimento Agrícola Experimental (Preços, Lugar de Baixo e Santana)	TOTAL	0	0	35 000	45 000	30 000	0	110 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	45 000	30 000	0	110 000
	COFIN							
	POP II							
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA	TOTAL	0	0	30 000	60 000	40 000	0	130 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	60 000	40 000	0	130 000
	SE: SRAFP							
	Nº PROJ. 1							
Sistema Integrado de Informação da Actividade Agrícola	TOTAL	0	0	30 000	60 000	40 000	0	130 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	60 000	40 000	0	130 000
	COFIN							
	POP II							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	200 000 200 000
Apoio às Casas do Povo 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	200 000 200 000
APOIOS À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E SILVÍCOLAS SE: SRAFP Nº PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	75 000 75 000	135 000 135 000	231 000 231 000	250 000 250 000	26 000 26 000	717 000 717 000
Melhoria das Condições de Transformação dos Produtos Silvícolas COFN POP II 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	31 000 31 000	50 000 50 000	26 000 26 000	117 000 117 000
Apoios à Transformação e Comercialização dos Produtos Agrícolas - Comp. pública em Investimentos Privados COFN 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	75 000 75 000	125 000 125 000	200 000 200 000	200 000 200 000	0 0	600 000 600 000
MELHORAMENTO DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA SE: SRAFP/DR Pecuária Nº PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	75 000 75 000	70 000 70 000	90 000 90 000	0 0	0 0	235 000 235 000
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Bovinos e Cavalos (C.R.A.) 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	40 000 40 000	40 000 40 000	50 000 50 000	0 0	0 0	130 000 130 000
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Ovinos e Caprinos - Centro de Ovinicultura da Madeira (C.O.M.) 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	35 000 35 000	30 000 30 000	40 000 40 000	0 0	0 0	105 000 105 000
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA SE: SRAFP/DR Pecuária Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	5 671 5 671	40 000 40 000	200 000 200 000	350 000 350 000	274 000 274 000	0 0	869 671 869 671
Laboratório Regional de Veterinária 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	5 671 5 671	40 000 40 000	200 000 200 000	350 000 350 000	274 000 274 000	0 0	869 671 869 671
FLORESTAS SE: SRAFP/DR Florestas e IFADAP Nº PROJ. 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	220 604 220 604	104 000 104 000	254 000 254 000	224 000 224 000	212 796 212 796	1 015 400 1 015 400
Programa de Desenvolvimento Florestal COFN POP I 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	220 604 220 604	100 000 100 000	250 000 250 000	220 000 220 000	208 796 208 796	999 400 999 400
Recolha de Dados da Fileira Florestal COFN POP I 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	4 000 4 000	4 000 4 000	4 000 4 000	4 000 4 000	16 000 16 000
MEDIDAS COMPLEMENTARES DA REFORMA DA PAC SE: SRAFP/DR Nº PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	173 354 173 354	135 000 135 000	400 000 400 000	350 000 350 000	950 266 950 266	2 008 620 2 008 620
Medidas de Acompanhamento - Medidas Florestais na Agricultura (REG: CEE 2080/92) 1995-1999	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	106 096 106 096	75 000 75 000	150 000 150 000	150 000 150 000	798 954 798 954	1 280 050 1 280 050

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PDDAR						
		Executado até 1994	1995 execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
Medidas de Acompanhamento - Agro-Ambientais Reg: 2078/92)	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	67 258	60 000	250 000	200 000	151 312	728 570
1995-1999		0	67 258	60 000	250 000	200 000	151 312	728 570
RACIONALIZAÇÃO DO REGIME SILVO-PASTORIL SE: SRAFP/DR Florestas Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	14 120	60 000	100 000	250 000	250 000	80 000	754 120
Racionalização do Regime Silvo-pastoril 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	14 120	60 000	100 000	250 000	250 000	80 000	754 120
REPOVOAMENTO PISCÍCOLA SE: SRAFP/DR Florestas Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	7 000	0	0	0	7 000
Repovoamento Piscícola 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	7 000	0	0	0	7 000
FOMENTO CINEGÉTICO SE: SRAFP/DR Florestas Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	0	0	0	35 000
Fomento Cinegético 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	0	0	0	35 000
SECTOR: PESCA	TOTAL Cap. 50 O.R.	66 000	517 840	682 000	513 000	216 000	101 000	2 095 840
		66 000	517 840	682 000	513 000	216 000	101 000	2 095 840
APOIO À FROTA PESQUEIRA SE: SRAFP/DR Pescas Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	75 000	0	0	0	75 000
Apoio à Frota pesqueira - bonificação de juros (DRR nº. 12/83/M E DRR nº. 9/87/M) 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	75 000	0	0	0	75 000
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA SE: SRAFP/DR Pescas Nº. PROJ. 6	TOTAL Cap. 50 O.R.	66 000	202 000	245 000	220 000	85 000	13 000	831 000
Construção de Lotas e Pequenas Instalações Frigoríficas COFN POP II - IFOP 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	3 000	25 000	25 000	0	0	53 000
Remodelação e Reequipamento de Lotas 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	5 000	15 000	15 000	0	0	35 000
Entrepasto Frigorífico do Porto Novo - Construções Maquinaria e Equipamentos (Reg. CE 4028) COFN FEOGA 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	100 000	125 000	75 000	0	0	300 000
Entrepasto Frigorífico do Funchal - Construções Maquinaria e Equipamentos COFN POP II - IFOP 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	20 000	40 000	70 000	70 000	0	200 000
Equipamentos Portuários (Reg. CE 4028) COFN FEOGA 1993-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	66 000	74 000	35 000	20 000	0	0	195 000
		66 000	74 000	35 000	20 000	0	0	195 000

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
			Executado até 1994	1995 execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
Construção/Melhoria de Matadouros	TOTAL	242 806	215 000	200 000	550 000	190 000	0	1 397 806	
1989-98	Cap. 50 O.R.	242 806	215 000	200 000	550 000	190 000	0	1 397 806	
COFN	POP I								
Mercado Abastecedor do Funchal	TOTAL	161 956	75 000	150 000	250 000	0	0	636 956	
1989-97	Cap. 50 O.R.	161 956	75 000	150 000	250 000	0	0	636 956	
COFN	POP I								
Centrais de Acondicionamento e Armazenagem de Frutas e Produtos Hortícolas	TOTAL	5 558	200 000	350 000	750 000	375 000	0	1 680 558	
1992-98	Cap. 50 O.R.	5 558	200 000	350 000	750 000	375 000	0	1 680 558	
COFN									
Adega de S. Vicente	TOTAL	0	0	75 000	0	0	0	75 000	
1995-96	Cap. 50 O.R.	0	0	75 000	0	0	0	75 000	
COFN									
Ações de Informação de Mercados Agrícolas e Promoção de Produtos Regionais	TOTAL	29 050	24 000	30 000	40 000	40 000	0	163 050	
1993-98	Cap. 50 O.R.	29 050	24 000	30 000	40 000	40 000	0	163 050	
COFN									
Incentivos à Promoção de Produtos Regionais	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000	
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000	
COFN									
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL			TOTAL	0	0	30 000	0	0	30 000
			Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	30 000
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL			TOTAL	0	0	30 000	0	0	30 000
SE: SRAFPOR Piscas			Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	30 000
Nº PROJ. 1									
Ações de Formação Profissional no Sector das Piscas			TOTAL	0	0	30 000	0	0	30 000
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	30 000
COFN									
POP I									
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE			TOTAL	358 338	413 223	428 173	587 978	400 300	337 000
			Cap. 50 O.R.	354 556	287 322	350 809	519 078	400 300	337 000
PROJECTOS A REALIZAR NO ÂMBITO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			TOTAL	4 450	209 223	193 173	147 978	0	0
SE: SRAPP			Cap. 50 O.R.	668	83 322	115 809	79 078	0	0
Nº PROJ. 8									
Protecção das Florestas contra Incêndios - DRF (reg. CEE 2158/92)			TOTAL	0	50 000	50 000	50 000	0	0
1995-97			Cap. 50 O.R.	0	50 000	50 000	50 000	0	150 000
COFN									
POP I									
Protecção das Florestas contra a Poluição Atmosférica - DRF (reg. CEE 867/94)			TOTAL	0	0	8 000	0	0	0
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	8 000
COFN									
POP I									
Sistemas de Informação sobre Incêndios Florestais (REG. CEE 804/84) - DRF			TOTAL	0	0	5 000	0	0	0
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	5 000
COFN									
POP I									
Educação Ambiental - DRF			TOTAL	0	0	4 000	6 000	0	0
1996-97			Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	6 000	0	10 000
COFN									
P. LIFE									
Assistência à Reserva das Selvagens - PNM			TOTAL	3 189	2 688	2 354	0	0	0
1994-96			Cap. 50 O.R.	478	403	354	0	0	8 231
COFN									
POSEIMA-AMBIENTE									
Assistência à Reserva Natural do Garajau - PNM			TOTAL	1 261	5 389	2 000	0	0	0
1994-96			Cap. 50 O.R.	190	1 408	300	0	0	12 650
COFN									
POSEIMA-AMBIENTE									

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
			Executado até 1994	1995 execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
Protecção do Núcleo de Dragoeiros das Neves - PNM	TOTAL	0	52 750	3 000	0	0	0	55 750	
1995-96 COFN POSEIMA-AMBIENTE	Cap. 50 O.R.	0	7 912	450	0	0	0	8 362	
Protecção à Fauna - PNM	TOTAL	0	29 796	32 344	34 577	0	0	96 717	
1995-97 COFN P. LIFE	Cap. 50 O.R.	0	7 449	8 086	8 644	0	0	24 179	
Protecção à Flora - PNM - DRF	TOTAL	0	64 600	32 344	12 270	0	0	109 214	
1995-97 COFN P. LIFE	Cap. 50 O.R.	0	16 150	8 086	3 067	0	0	27 303	
Medidas de Recuperação do Habitat Terrestre na Deserta Grande - PNM	TOTAL	0	0	30 131	45 131	0	0	75 262	
1996-97 COFN P. LIFE	Cap. 50 O.R.	0	0	7 533	11 367	0	0	18 900	
Estudo e Protecção da Flora --- DRF	TOTAL	0	0	14 000	0	0	0	14 000	
1996-96 COFN P. LIFE	Cap. 50 O.R.	0	0	14 000	0	0	0	14 000	
Criação de um Banco de Germoplasma no Jardim Botânico --- DRF	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000	
1996-96 COFN PRAXIS XXI	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000	
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO AMBIENTAL E DA COBERTURA VEGETAL	TOTAL	353 888	204 000	235 000	440 000	400 300	337 000	1 970 188	
SE: SRAFP/D.R. Florestas Nº. PROJ. 3	Cap. 50 O.R.	353 888	204 000	235 000	440 000	400 300	337 000	1 970 188	
Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial	TOTAL	344 088	150 000	150 000	330 000	330 000	330 000	1 634 088	
1988-99	Cap. 50 O.R.	344 088	150 000	150 000	330 000	330 000	330 000	1 634 088	
Correção Torrencial da Madeira e Porto Santo	TOTAL	3 524	29 000	60 000	100 000	62 300	0	254 824	
1993-98	Cap. 50 O.R.	3 524	29 000	60 000	100 000	62 300	0	254 824	
Recuperação de Espaços Verdes - Jardim Botânico	TOTAL	6 276	25 000	25 000	10 000	8 000	7 000	81 276	
1994-99	Cap. 50 O.R.	6 276	25 000	25 000	10 000	8 000	7 000	81 276	
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	75 921	782 000	495 000	530 000	460 000	400 000	2 742 921	
	Cap. 50 O.R.	75 921	782 000	495 000	530 000	460 000	400 000	2 742 921	
PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA	TOTAL	75 921	700 000	350 000	320 000	360 000	400 000	2 205 921	
SE: SRAFP/D.R. Nº. PROJ. 1	Cap. 50 O.R.	75 921	700 000	350 000	320 000	360 000	400 000	2 205 921	
Programa de Luta Biológica	TOTAL	75 921	700 000	350 000	320 000	360 000	400 000	2 205 921	
1994-99 COFN POSEIMA-LOE	Cap. 50 O.R.	75 921	700 000	350 000	320 000	360 000	400 000	2 205 921	
INVESTIGAÇÃO APLICADA ÀS PISCAS	TOTAL	0	64 000	45 000	100 000	100 000	0	309 000	
SE: SRAFP/D.R. Piscas Nº. PROJ. 2	Cap. 50 O.R.	0	64 000	45 000	100 000	100 000	0	309 000	
Investigação Aplicada às Piscas e à Aquacultura	TOTAL	0	64 000	30 000	100 000	100 000	0	294 000	
1995-99 COFN POSEIMA	Cap. 50 O.R.	0	64 000	30 000	100 000	100 000	0	294 000	
Experimentação no âmbito das Ciências do Mar	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000	
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000	

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
			Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Áreas Técnicas e Tecnológicas			TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
COFIN POP II-FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
1996-96										
Projectos de Inovação Educacional			TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
COFIN POP II-FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
1996-96										
EDUCAÇÃO PERMANENTE			TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
SE: SFE Nº. PROJ: 1			Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Acções de Educação Permanente			TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
COFIN POP II-FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1996-96										
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL			TOTAL	0	0	14 000	0	0	0	14 000
SE: SFE Nº. PROJS: 2			Cap. 50 O.R.	0	0	14 000	0	0	0	14 000
Formação profissional do pessoal da DREE			TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
COFIN POP II - FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-96										
Formação Contínua			TOTAL	0	0	4 000	0	0	0	4 000
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	0	0	0	4 000
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES			TOTAL	0	0	242 500	0	0	0	242 500
SE: SFE Nº. PROJS: 3			Cap. 50 O.R.	0	0	242 500	0	0	0	242 500
Formação Pré-Profissional de Deficientes			TOTAL	0	0	12 500	0	0	0	12 500
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	12 500	0	0	0	12 500
Formação Profissional de Deficientes			TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
COFIN POP II - FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
1996-96										
Integração Profissional de Deficientes			TOTAL	0	0	80 000	0	0	0	80 000
COFIN POP II - FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	80 000	0	0	0	80 000
1996-96										
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES			TOTAL	0	0	98 000	15 500	13 500	0	127 000
SE: SFE Nº. PROJS: 3			Cap. 50 O.R.	0	0	98 000	15 500	13 500	0	127 000
Instalação de Centros Psico-Pedagógicos			TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
Equipamento para Estabelecimentos de Jovens Deficientes e Serviços de Apoio			TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
Serviço de Integração Sócio Profissional de Deficientes			TOTAL	0	0	18 000	15 500	13 500	0	47 000
COFIN POP II - FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	18 000	15 500	13 500	0	47 000
1996-96										
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR			TOTAL	0	0	24 000	0	0	0	24 000
SE: SFE Nº. PROJS: 1			Cap. 50 O.R.	0	0	24 000	0	0	0	24 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
Apoio à Criação do Próprio Emprego	TOTAL	10 756	9 800	23 340	28 459	29 105	32 016	131 476
Cap. 50 O.R.	10 756	9 800	3 500	3 969	4 366	4 802	37 193	
1994-99	COFIN POP II-FSE							
Formação e Inserção Profissional de Desempregados	TOTAL	269 478	90 000	80 000	95 329	104 862	115 348	755 015
Cap. 50 O.R.	269 478	90 000	12 000	14 299	15 730	17 302	418 807	
1994-99	COFIN POP II-FSE							
Criação do Próprio Emprego de Subsidiados	TOTAL	0	14 000	13 340	15 870	19 202	19 202	81 614
Cap. 50 O.R.	0	14 000	2 000	2 380	2 380	2 880	23 640	
1995-99	COFIN POP II-FSE							
Iniciativas Locais de Emprego	TOTAL	500 738	285 000	193 499	228 660	251 526	276 679	1 736 102
Cap. 50 O.R.	500 738	285 000	125 000	80 946	89 040	97 944	1 178 668	
1994-99	COFIN POP II-FSE							
Apoio à Actividade de Agentes de Desenvolvimento	TOTAL	45 270	24 000	40 000	44 000	48 400	53 240	254 910
Cap. 50 O.R.	45 270	24 000	6 000	6 600	7 260	7 986	97 116	
1994-96	COFIN POP II-FSE							
Ação de Formação para Agentes de Desenvolvimento	TOTAL	0	0	3 340	2 640	2 904	3 194	12 078
Cap. 50 O.R.	0	0	500	396	436	479	1 811	
1996-98	COFIN POP II-FSE							
Programa de Ocupação de Desempregados	TOTAL	0	0	66 670	71 785	78 963	86 860	304 278
Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	10 768	11 845	13 029	45 642	
1996-98	COFIN POP II-FSE							
Programa de Ocupação de Desempregados s/ meios de subsistência	TOTAL	0	0	26 670	34 984	38 482	42 331	142 467
Cap. 50 O.R.	0	0	4 000	5 248	5 772	6 350	21 370	
1996-99	COFIN POP II-FSE							
Unidades de Inserção na Vida Activa	TOTAL	0	0	5 000	4 697	4 697	4 697	19 091
Cap. 50 O.R.	0	0	750	705	705	705	2 865	
1996-99	COFIN POP II-FSE							
Clubes de Emprego	TOTAL	0	0	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000
Cap. 50 O.R.	0	0	750	750	750	750	3 000	
1996-99	COFIN POP II-FSE							
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	103 584	10 000	15 000	0	0	0	128 584
Cap. 50 O.R.	103 584	10 000	15 000	0	0	0	128 584	
SE SRE Nº PROJ: 2								
Edifício para Armazém, Dormitórios e Salão de Cabeleireiros	TOTAL	103 584	10 000	15 000	0	0	0	128 584
Cap. 50 O.R.	103 584	10 000	15 000	0	0	0	128 584	
1990-96								
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POP II - COMPONENTE FSE	TOTAL	62 925	33 800	24 500	27 792	33 792	28 397	211 208
Cap. 50 O.R.	62 925	33 800	24 500	27 792	33 792	28 397	211 208	
SE SRE Nº PROJ: 3								
Monitorização	TOTAL	15 947	16 700	10 000	9 727	11 827	9 939	74 140
Cap. 50 O.R.	15 947	16 700	10 000	9 727	11 827	9 939	74 140	
1994-99	COFIN POP II-FSE							
Funcionamento da Comissão de Gestão	TOTAL	7 631	2 600	3 500	2 779	3 379	2 840	22 729
Cap. 50 O.R.	7 631	2 600	3 500	2 779	3 379	2 840	22 729	
1994-99	COFIN POP II-FSE							
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL	39 347	14 500	11 000	15 286	18 586	15 618	114 337
Cap. 50 O.R.	39 347	14 500	11 000	15 286	18 586	15 618	114 337	
1994-99	COFIN POP II-FSE							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES	TOTAL	0	0	2 900 000	0	0	0	2 900 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	2 900 000	0	0	0	2 900 000
ACÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO	TOTAL	0	0	2 900 000	0	0	0	2 900 000
SE: IDRAM Nº. PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	2 900 000	0	0	0	2 900 000
Acções de Fomento Desportivo	TOTAL	0	0	2 900 000	0	0	0	2 900 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	2 900 000	0	0	0	2 900 000
SECTOR: CULTURA	TOTAL	0	0	7 500	0	0	0	7 500
	Cap. 50 O.R.	0	0	7 500	0	0	0	7 500
EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES	TOTAL	0	0	7 500	0	0	0	7 500
SE: SRE Nº. PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	7 500	0	0	0	7 500
Edição de Publicações	TOTAL	0	0	7 500	0	0	0	7 500
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	7 500	0	0	0	7 500
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000
FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SEC. REG. DA EDUCAÇÃO	TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
C.F. 211 SE: SRE Nº. PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000
Acções de Formação	TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
1996-96 COFIN POP II-FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1994	1995 Execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	1 964 006	2 109 485	2 519 500	1 933 180	1 157 380	1 208 790	10 892 341
		Cap. 50 O.R.	1 964 006	2 109 485	2 519 500	1 933 180	1 157 380	1 208 790	10 892 341
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	1 964 006	2 109 485	2 489 500	1 933 180	1 157 380	1 208 790	10 862 341
		Cap. 50 O.R.	1 964 006	2 109 485	2 489 500	1 933 180	1 157 380	1 208 790	10 862 341
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
SECTOR: TURISMO		TOTAL	1 038 889	1 189 672	1 074 000	1 403 180	1 147 380	1 208 790	7 061 911
		Cap. 50 O.R.	1 038 889	1 189 672	1 074 000	1 403 180	1 147 380	1 208 790	7 061 911
PROMOÇÃO TURÍSTICA		TOTAL	265 764	515 204	521 000	800 100	509 360	534 820	3 146 248
SE: SRTIC		Cap. 50 O.R.	265 764	515 204	521 000	800 100	509 360	534 820	3 146 248
Nº. PROJCS: 8									
Acções para a Diversificação de Mercados		TOTAL	53 311	67 067	80 000	126 000	132 300	138 900	597 578
		Cap. 50 O.R.	53 311	67 067	80 000	126 000	132 300	138 900	597 578
1994-99		COFIN							
		POP II							
Dinamização do Turismo Interno		TOTAL	29 935	29 386	25 000	44 100	46 300	48 620	223 341
		Cap. 50 O.R.	29 935	29 386	25 000	44 100	46 300	48 620	223 341
1994-99		COFIN							
		POP II							
Promoção do Golfe		TOTAL	93 115	92 695	120 000	136 500	143 330	150 500	736 140
		Cap. 50 O.R.	93 115	92 695	120 000	136 500	143 330	150 500	736 140
1994-99		COFIN							
		POP II							
Campanha de Imagem		TOTAL	1 925	219 973	175 000	315 000	0	0	711 898
		Cap. 50 O.R.	1 925	219 973	175 000	315 000	0	0	711 898
1994-97		COFIN							
		POP II							
Material Promocional e Publicidade		TOTAL	87 478	106 083	75 000	178 500	187 430	196 800	831 291
		Cap. 50 O.R.	87 478	106 083	75 000	178 500	187 430	196 800	831 291
1994-99		COFIN							
		POP II							
Acções Culturais e de Promoção Turística (GAB. SEC.)		TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000
1996-96									
Acções Promocionais Diversas		TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-96									
Gabinete de Incentivos e Congressos da Madeira (GAB. SEC.)		TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
1996-96									
ANIMAÇÃO E ACONTECIMENTOS ESPECIAIS		TOTAL	759 034	661 520	474 500	603 080	638 020	673 970	3 810 124
SE: SRTIC		Cap. 50 O.R.	759 034	661 520	474 500	603 080	638 020	673 970	3 810 124
Nº. PROJCS: 6									
Festa do Carnaval		TOTAL	51 827	53 546	50 000	60 060	63 070	66 220	344 723
		Cap. 50 O.R.	51 827	53 546	50 000	60 060	63 070	66 220	344 723
1994-99		COFIN							
		POP II							
Festa da Flor		TOTAL	38 283	34 474	36 000	45 050	47 300	49 660	250 767
		Cap. 50 O.R.	38 283	34 474	36 000	45 050	47 300	49 660	250 767
1994-99		COFIN							
		POP II							
Festa do Vinho da Madeira		TOTAL	13 624	14 608	15 000	20 220	21 230	22 290	106 972
		Cap. 50 O.R.	13 624	14 608	15 000	20 220	21 230	22 290	106 972
1994-99		COFIN							
		POP II							
Festa do Fim do Ano		TOTAL	655 300	558 892	360 000	477 750	506 420	535 800	3 094 162
		Cap. 50 O.R.	655 300	558 892	360 000	477 750	506 420	535 800	3 094 162
1994-99		COFIN							
		POP II							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDRAR							
	Executado até 1994	1995 Execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Encontro Regional de Bandas 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	8 500 8 500	0 0	0 0	0 0	8 500 8 500
Iniciativas Diversas 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PRIVADO SE: SRTC Nº. PROJS: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	26 000 26 000	0 0	0 0	0 0	26 000 26 000
Sistema de incentivos ao Investimento Turístico (SIIT) 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	0 0	0 0	0 0	1 000 1 000
SIDERAM - Transitados do SIAT 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	25 000 25 000
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO SE: SRTC Nº. PROJS: 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	14 091 14 091	12 948 12 948	52 500 52 500	0 0	0 0	0 0	79 539 79 539
Veredas e Abrigos de Montanha 1994-99 COFIN POP II	TOTAL Cap. 50 O.R.	953 953	0 0	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	15 953 15 953
Casa de Abrigo do Lombo do Mouro 1991-96 COFIN POP II	TOTAL Cap. 50 O.R.	13 138 13 138	12 948 12 948	35 000 35 000	0 0	0 0	0 0	61 086 61 086
Infra-Estruturas Turísticas Diversas 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	2 500 2 500	0 0	0 0	0 0	2 500 2 500
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	684 729 684 729	746 944 746 944	889 000 889 000	500 000 500 000	0 0	0 0	2 820 673 2 820 673
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: SRTC Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	684 729 684 729	746 944 746 944	700 000 700 000	500 000 500 000	0 0	0 0	2 631 673 2 631 673
Nova Escola de Hotelaria 1992-96 COFIN POP II	TOTAL Cap. 50 O.R.	684 729 684 729	746 944 746 944	700 000 700 000	500 000 500 000	0 0	0 0	2 631 673 2 631 673
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO TURISMO SE: SRTC Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	2 500 2 500	0 0	0 0	0 0	2 500 2 500
Formação Profissional Turística 1996-96 COFIN POP II - FSE	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	2 500 2 500	0 0	0 0	0 0	2 500 2 500
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA CULTURA SE: SRTC Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
Acções de Formação no âmbito da Cultura 1996-96 COFIN POP II - FSE	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
			Executado até 1994	1995 Execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO			TOTAL	0	0	180 000	0	0	0	180 000
SE. EHTM Nº. PROJES: 1			Cap. 50 O.R.	0	0	180 000	0	0	0	180 000
Acções de Formação			TOTAL	0	0	180 000	0	0	0	180 000
1996 - 96 COFIN POP II - FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	180 000	0	0	0	180 000
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIVERSA			TOTAL	0	0	1 500	0	0	0	1 500
SE. SRTIC Nº. PROJES: 1			Cap. 50 O.R.	0	0	1 500	0	0	0	1 500
Outras Acções de Formação			TOTAL	0	0	1 500	0	0	0	1 500
1996 - 96 COFIN POP II - FSE			Cap. 50 O.R.	0	0	1 500	0	0	0	1 500
SECTOR: CULTURA			TOTAL	237 494	169 575	510 000	30 000	10 000	0	957 069
			Cap. 50 O.R.	237 494	169 575	510 000	30 000	10 000	0	957 069
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MÓVEL E IMÓVEL			TOTAL	237 494	169 575	239 000	30 000	10 000	0	686 069
SE. SRTIC Nº. PROJES: 8			Cap. 50 O.R.	237 494	169 575	239 000	30 000	10 000	0	686 069
Museu Etnográfico da Ribeira Brava			TOTAL	113 118	65 767	35 000	0	0	0	213 885
1990-96 COFIN POP II			Cap. 50 O.R.	113 118	65 767	35 000	0	0	0	213 885
Forte de São Tiago			TOTAL	0	0	35 000	0	0	0	35 000
1994-95 COFIN POP II			Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	0	0	0	35 000
Casa das Mudanças			TOTAL	122 715	0	10 000	0	0	0	132 715
1994-96			Cap. 50 O.R.	122 715	0	10 000	0	0	0	132 715
Legado Solar Carlos Cristóvão			TOTAL	1 661	53 863	10 000	0	0	0	65 524
1994-96			Cap. 50 O.R.	1 661	53 863	10 000	0	0	0	65 524
Recuperação do Bairro da Madalena do Mar			TOTAL	0	49 945	50 000	30 000	10 000	0	139 945
1995-98			Cap. 50 O.R.	0	49 945	50 000	30 000	10 000	0	139 945
Casas Típicas, Molinhos e Casas de Saão			TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Restauro dos Orgãos das Igrejas			TOTAL	0	0	9 000	0	0	0	9 000
1996-96			TOTAL	0	0	9 000	0	0	0	9 000
Obras Diversas de Restauro do Património da RAM			TOTAL	0	0	80 000	0	0	0	80 000
1994-97 COFIN POP II			Cap. 50 O.R.	0	0	80 000	0	0	0	80 000
ACÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÁNTICO			TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
SE. CEHA Nº. PROJES: 1			Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Acções realizadas no âmbito do C.E.H.A.			TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-96			Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1994	1995 Execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
APOIO A MUSEUS SE: SRTC Nº. PROJS: 9		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	102 000 102 000	0 0	0 0	0 0	102 000 102 000
Casa das Mudas 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	4 000 4 000	0 0	0 0	0 0	4 000 4 000
Museu Etnográfico da Ribeira Brava 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	25 000 25 000
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	20 000 20 000
Museu Arte Sacra 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	12 000 12 000	0 0	0 0	0 0	12 000 12 000
Fotografia-Museu Vicentes 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	2 500 2 500	0 0	0 0	0 0	2 500 2 500
Biblioteca Contemporânea e da Cultura Estrangeira 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
Arquivo Regional 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
Casa-Museu Colombo 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	3 500 3 500	0 0	0 0	0 0	3 500 3 500
Museu Quinta das Cruzes 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	25 000 25 000
FESTIVAIS CULTURAIS SE: SRTC Nº. PROJS: 2		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	24 000 24 000	0 0	0 0	0 0	24 000 24 000
Festival de Música 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	18 000 18 000	0 0	0 0	0 0	18 000 18 000
Outros Festivais 1996-96		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	6 000 6 000	0 0	0 0	0 0	6 000 6 000
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIVI. ARTÍSTICA E CULTURAL SE: SRTC Nº. PROJS: 3		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	135 000 135 000	0 0	0 0	0 0	135 000 135 000
Publicação de Edições Culturais COFIN POP II 1994-99		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	30 000 30 000
Divulgação da Actividade Artística 1995-95		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	15 000 15 000
Apoio a Iniciativas Culturais		TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	90 000 90 000	0 0	0 0	0 0	90 000 90 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL Cap. 50 O.R.	2 894 2 894	3 294 3 294	46 500 46 500	0 0	0 0	0 0	52 688 52 688
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SEC. REG. DO TURISMO E CULTURA SE: SRTC Nº. PROJS: 3		TOTAL Cap. 50 O.R.	2 894 2 894	3 294 3 294	38 500 38 500	0 0	0 0	0 0	44 688 44 688

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1994	1995 Execução prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	
Beneficiação do Edifício da SRTC 1996-96	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
Informatização 1994-96	TOTAL	2 894	3 294	7 500	0	0	0	13 688
	Cap. 50 O.R.	2 894	3 294	7 500	0	0	0	13 688
Formação e Aperfeiçoamento Profissional 1996-96	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
PROJECTOS DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DO TURISMO E DA CULTURA SE. SRTC Nº. PROJ. 1	TOTAL	0	0	8 000	0	0	0	8 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	0	8 000
Projecto de Cooperação no domínio do Turismo e Cultura 1996-96	TOTAL	0	0	8 000	0	0	0	8 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	0	8 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	22 704 497	18 891 142	35 729 695	55 809 000	28 868 000	21 742 000	183 744 334
		Cap. 50 O.R.	22 808 388	17 612 164	32 307 000	55 809 000	28 868 000	21 742 000	178 846 552
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	22 704 497	18 845 337	33 173 300	37 410 000	13 287 000	6 112 000	131 532 134
		Cap. 50 O.R.	22 508 388	17 566 359	30 279 705	37 410 000	13 287 000	6 112 000	127 163 452
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	45 805	2 556 395	18 399 000	15 581 000	15 630 000	52 212 200
		Cap. 50 O.R.	0	45 805	2 027 295	18 399 000	15 581 000	15 630 000	51 683 100
SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA		TOTAL	14 981 371	10 467 000	15 328 000	30 945 000	19 880 000	20 920 000	112 521 371
		Cap. 50 O.R.	14 981 371	10 467 000	15 328 000	30 945 000	19 880 000	20 920 000	112 521 371
CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS		TOTAL	14 981 371	10 467 000	15 328 000	30 945 000	19 880 000	20 920 000	112 521 371
		Cap. 50 O.R.	14 981 371	10 467 000	15 328 000	30 945 000	19 880 000	20 920 000	112 521 371
SE: SPRESA Nº PROJ: 33									
Saída Oeste do Funchal (2ª. Fase)		TOTAL	4 457 244	35 000	143 000	0	0	0	4 635 244
1989-96		Cap. 50 O.R.	4 457 244	35 000	143 000	0	0	0	4 635 244
Circular do Funchal à Cota 200 (1ª. Fase)		TOTAL	3 140 683	1 500 000	1 600 000	850 000	0	0	7 090 683
COFIN POPH/BEI		Cap. 50 O.R.	3 140 683	1 500 000	1 600 000	850 000	0	0	7 090 683
1988-97									
Circular do Funchal à Cota 200 (2ª. Fase)		TOTAL	55 841	105 000	175 000	2 950 000	2 500 000	2 500 000	8 285 841
1995-99		Cap. 50 O.R.	55 841	105 000	175 000	2 950 000	2 500 000	2 500 000	8 285 841
Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava - 1ª Troço		TOTAL	2 255 903	2 135 000	3 000 000	1 650 000	0	0	9 040 903
COFIN POPH/BEI		Cap. 50 O.R.	2 255 903	2 135 000	3 000 000	1 650 000	0	0	9 040 903
1990-97									
Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava - 2ª Troço		TOTAL	266 378	4 800 000	4 500 000	5 250 000	0	0	14 816 378
COFIN POPH/BEI		Cap. 50 O.R.	266 378	4 800 000	4 500 000	5 250 000	0	0	14 816 378
1993-97									
Ligação Cota 200 à Rua Pestana Júnior e Campo da Barca		TOTAL	1 206 577	795 000	1 250 000	600 000	0	0	3 851 577
COFIN POPH/BEI		Cap. 50 O.R.	1 206 577	795 000	1 250 000	600 000	0	0	3 851 577
1991-97									
E.R. 101, Machico - Caniçal - 1ª e 2ª Fases		TOTAL	1 406 022	70 000	80 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	7 556 022
1991-99		Cap. 50 O.R.	1 406 022	70 000	80 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	7 556 022
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 1ª. Fase		TOTAL	1 310 560	700 000	2 000 000	2 180 000	50 000	0	6 240 560
COFIN POPH/BEI		Cap. 50 O.R.	1 310 560	700 000	2 000 000	2 180 000	50 000	0	6 240 560
1992-97									
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 2ª. Fase		TOTAL	0	0	40 000	3 500 000	3 500 000	5 000 000	12 040 000
1996-99		Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	3 500 000	3 500 000	5 000 000	12 040 000
ER 107 - Curral das Freiras/Boaventura		TOTAL	322 575	62 000	100 000	250 000	100 000	0	834 575
1987-98		Cap. 50 O.R.	322 575	62 000	100 000	250 000	100 000	0	834 575
Nova ligação Machico - Faial		TOTAL	0	0	80 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	10 580 000
1996-99		Cap. 50 O.R.	0	0	80 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	10 580 000
Estrada Regional 213 - Jardim do Mar/Paul do Mar		TOTAL	0	0	70 000	500 000	500 000	350 000	1 420 000
1996-99		Cap. 50 O.R.	0	0	70 000	500 000	500 000	350 000	1 420 000
E. R. Eira da Achada/Fanal		TOTAL	0	0	45 000	85 000	0	0	130 000
1996-97		Cap. 50 O.R.	0	0	45 000	85 000	0	0	130 000
Nova Ligação Calheta - Prazeres		TOTAL	0	0	50 000	250 000	350 000	1 500 000	2 150 000
1996-99		Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	250 000	350 000	1 500 000	2 150 000
Variante ER 102 Camacha (2ª fase)		TOTAL	0	0	20 000	500 000	800 000	600 000	1 920 000
1996-99		Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	500 000	800 000	600 000	1 920 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Ligação São Roque - Santo António	TOTAL	0	0	25 000	250 000	500 000	3 500 000	4 275 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	250 000	500 000	3 500 000	4 275 000
ER Tabúia - Ponta do Sol (reconstrução)	TOTAL	0	0	80 000	1 000 000	400 000	0	1 480 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	80 000	1 000 000	400 000	0	1 480 000
ER 101 Troços - São Vicente/Seixal e Ribeira	TOTAL	0	0	60 000	1 800 000	2 000 000	200 000	4 060 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	0	60 000	1 800 000	2 000 000	200 000	4 060 000
ER Pono (Penedo) - Aeroporto - Porto Santo	TOTAL	0	0	15 000	300 000	300 000	50 000	665 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	300 000	300 000	50 000	665 000
ER 236 - Rib ^a . de Machico/Rib ^a . Grande	TOTAL	0	0	60 000	140 000	80 000	0	280 000
COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	0	0	60 000	140 000	80 000	0	280 000
1996-98								
Estudos e Projectos de Outras Estradas Regionais	TOTAL	50 726	90 000	150 000	300 000	200 000	200 000	990 726
1990-99	Cap. 50 O.R.	50 726	90 000	150 000	300 000	200 000	200 000	990 726
Correcção do Traçado em Estradas Regionais incluindo Muros de Suporte	TOTAL	0	0	130 000	0	0	0	130 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	130 000	0	0	0	130 000
Reconstrução de pavimentos em Estradas Regionais incluindo Drenagem	TOTAL	0	0	230 000	0	0	0	230 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	230 000	0	0	0	230 000
Sinalização em Estradas Regionais	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
E.M. 543, entre Capela e Seara Velha - Curral das Freiras	TOTAL	119 822	40 000	60 000	25 000	0	0	244 822
COFIN POPII	Cap. 50 O.R.	119 822	40 000	60 000	25 000	0	0	244 822
1992-97								
E.M. 516 entre a E.R. 103 (Cruzinhas) e Lombo Galego, por Fajã da Murta - Faial	TOTAL	389 040	85 000	50 000	0	0	0	524 040
COFIN POPII	Cap. 50 O.R.	389 040	85 000	50 000	0	0	0	524 040
1991-96								
E.M. 543 entre Seara Velha e Lombo Chão - Curral das Freiras	TOTAL	0	0	40 000	60 000	0	0	100 000
1996-97	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	60 000	0	0	100 000
C.M., entre o Sítio da Boca do Túnel e Sítio da Terra Chã - Curral das Freiras	TOTAL	0	0	35 000	45 000	0	0	80 000
1996-97	Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	45 000	0	0	80 000
C.M. da Fajã das Galinhas - Estreito de Câmara de Lobos	TOTAL	0	50 000	75 000	75 000	0	0	200 000
1995-97	Cap. 50 O.R.	0	50 000	75 000	75 000	0	0	200 000
Ligação entre Eira e Serrado - Porto da Cruz	TOTAL	0	0	10 000	60 000	0	0	70 000
1996-97	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	60 000	0	0	70 000
Ligação entre EM 513 e ER 101 - Fajã do Milho - Porto da Cruz	TOTAL	0	0	35 000	125 000	0	0	160 000
1996-97	Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	125 000	0	0	160 000
Beneficiação de outras Estradas e Caminhos Municipais	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
Expropriação de Terrenos	TOTAL	0	0	900 000	0	0	0	900 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	900 000	0	0	0	900 000
COFIN								
Acesso a Zona Industrial dos Socorridos	TOTAL	0	0	25 000	700 000	600 000	20 000	1 345 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	700 000	600 000	20 000	1 345 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	
Escola Básica do Covão - Estr. de C ^a de Lobos (CEF)	TOTAL	0	0	15 000	205 000	10 000	0	230 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	205 000	10 000	0	230 000
Escola Básica do Rochão - Camacha (CEF)	TOTAL	0	0	15 000	205 000	10 000	0	230 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	205 000	10 000	0	230 000
Escola Básica da Quinta Mareta - Monte Funchal (CEF)	TOTAL	0	0	15 000	205 000	320 000	0	540 000
1996-98	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	205 000	320 000	0	540 000
Escola Básica dos Lameceiros - Santana (CEF)	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Escola Secundária de Santana (ampliação) (CEF)	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
Escola Secundária do Porto Santo (POP II)	TOTAL	0	0	20 000	10 000	0	0	30 000
1996-97	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	10 000	0	0	30 000
Polidesportivo da Escola do Lombo Furado	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
Polidesportivo da Escola do Lugar da Serra - Campanário	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
CONSERVAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ESCOLAS E RESPECTIVO EQUIPAMENTO	TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
SE: SRESA	Cap. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
	Nº PROJ: 1							
Conser. e Benef. de Esc. e Respeçivo Equip. (CEF)	TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
INFRAESTRUTURAS PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR	TOTAL	0	100 000	225 000	135 000	0	0	460 000
SE: SRESA	Cap. 50 O.R.	0	100 000	225 000	135 000	0	0	460 000
	Nº PROJ: 3							
Jardim de Infância e Creche da Zona Centro - Achada - Funchal	TOTAL	0	100 000	200 000	55 000	0	0	355 000
1995-97	Cap. 50 O.R.	0	100 000	200 000	55 000	0	0	355 000
Jardim de Infância e Creche de S. Gonçalo	TOTAL	0	0	20 000	80 000	0	0	100 000
1996-97	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	80 000	0	0	100 000
Beneficiação de creches e Jardins de Infância	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
INFRAESTRUTURAS PARA O ENSINO ESPECIAL	TOTAL	0	0	20 000	50 000	0	0	70 000
SE: SRESA	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	50 000	0	0	70 000
	Nº PROJ: 1							
Estrutura Polivalente para Deficientes Motores	TOTAL	0	0	20 000	50 000	0	0	70 000
1996-97	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	50 000	0	0	70 000
INFRAESTRUTURAS PARA O ENSINO SUPERIOR	TOTAL	205 856	160 000	1 950 000	1 990 000	0	0	4 305 856
SE: SRESA	Cap. 50 O.R.	205 856	160 000	1 950 000	1 990 000	0	0	4 305 856
	Nº PROJ: 3							
Universidade da Madeira - Complexo Científico e Tecnológico da Penteadá (CCTP)	TOTAL	105 783	150 000	1 800 000	1 900 000	0	0	3 955 783
1993-97	Cap. 50 O.R.	105 783	150 000	1 800 000	1 900 000	0	0	3 955 783
	COFIN		POP II					

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Salas da Faculdade de Ciências (R. Bela de São Tiago) 1991-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	100 073 100 073	10 000 10 000	150 000 150 000	90 000 90 000	0 0	0 0	350 073 350 073
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE SRESA Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	100 000 100 000
Expropriações (Edifícios Escolares e Públicos) 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	100 000 100 000
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL Cap. 50 O.R.	17 244 17 244	109 000 109 000	215 000 215 000	660 000 660 000	1 100 000 1 100 000	400 000 400 000	2 501 244 2 501 244
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO À JUVENTUDE SE SRESA Nº PROJ. 7	TOTAL Cap. 50 O.R.	17 244 17 244	109 000 109 000	135 000 135 000	660 000 660 000	1 100 000 1 100 000	400 000 400 000	2 421 244 2 421 244
Pavilhão de Desportos da Madeira 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	350 000 350 000	500 000 500 000	100 000 100 000	990 000 990 000
Complexo para Natação Desportiva 1991-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	17 244 17 244	30 000 30 000	40 000 40 000	250 000 250 000	600 000 600 000	300 000 300 000	1 237 244 1 237 244
Pousada da Juventude do Porto Santo 1996-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	25 000 25 000	0 0	0 0	30 000 30 000
Pousada da Juventude do Porto Moniz 1996-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	25 000 25 000	0 0	0 0	45 000 45 000
Polidesportivo do Rosário 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	10 000 10 000
Polidesportivo da Ilha 1996-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	5 000 5 000	0 0	0 0	10 000 10 000
Polidesportivo da Água de Pena 1996-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	5 000 5 000	0 0	0 0	10 000 10 000
Outras Infraestruturas Desportivas de Apoio à Juventude 1995-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	16 600 16 600	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	21 600 21 600
Infraestruturas para a Plataforma do Futuro Campo de Futebol do Campanário 1995-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	62 400 62 400	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	67 400 67 400
AQUISIÇÃO DE TERRENOS - INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS SE SRESA Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	80 000 80 000	0 0	0 0	0 0	80 000 80 000
Expropriações de Terrenos 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	80 000 80 000	0 0	0 0	0 0	80 000 80 000
SECTOR: CULTURA	TOTAL Cap. 50 O.R.	60 712 60 712	30 000 30 000	95 000 95 000	425 000 425 000	300 000 300 000	0 0	910 712 910 712
CONSTRUÇÃO, BENEF. E APETRECHAMENTO DE INFRAESTRUTURAS CULTURAIS SE SRESA Nº PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	60 712 60 712	30 000 30 000	95 000 95 000	425 000 425 000	300 000 300 000	0 0	910 712 910 712

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Centro de Saúde do Paúl do Mar	TOTAL	0	0	10 000	40 000	0	0	50 000
COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	40 000	0	0	50 000
1996-97								
Centro de Saúde dos Canhas	TOTAL	0	0	10 000	40 000	0	0	50 000
COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	40 000	0	0	50 000
1996-97								
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	0	0	40 000	0	0	0	40 000
SE SRESA N.º PROJ: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	0	40 000
Expropriações (Infraestruturas de Saúde)	TOTAL	0	0	40 000	0	0	0	40 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	0	40 000
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL	4 542 336	4 390 329	10 661 500	9 483 000	4 875 000	380 000	34 332 165
	Cap. 50 O.R.	4 542 336	3 123 351	7 367 000	9 483 000	4 875 000	380 000	29 768 687
PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO	TOTAL	214 000	433 000	4 091 000	4 540 000	780 000	0	10 058 000
SE IHM N.º PROJ: 24	Cap. 50 O.R.	214 000	433 000	3 205 000	4 540 000	780 000	0	9 172 000
Promoção de Habitação	TOTAL	214 000	433 000	4 091 000	4 540 000	780 000	0	10 058 000
1996-96	Cap. 50 O.R.	214 000	433 000	3 205 000	4 540 000	780 000	0	9 172 000
Agrup. Resid. das Figueirinhas (50 Fogos) - (CEF)	TOTAL	0	0	175 000	325 000	0	0	500 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	175 000	325 000	0	0	500 000
Agrup. Resid. de C ^a de Lobos - Rancho (50 Fogos) (CEF)	TOTAL	0	205 000	270 000	10 000	0	0	485 000
	Cap. 50 O.R.	0	205 000	270 000	10 000	0	0	485 000
Agrup. Resid. do Bairro da Ajuda (5 Fogos)	TOTAL	0	0	25 000	25 000	0	0	50 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	25 000	0	0	50 000
Agrup. Resid. da Camacha	TOTAL	0	0	15 000	15 000	0	0	30 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	15 000	0	0	25 000
Agrup. Resid. de Sto António (CEF)	TOTAL	0	0	160 000	120 000	0	0	280 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	160 000	120 000	0	0	280 000
Agrup. Resid. em São Roque (84 Fogos) - (CEF)	TOTAL	0	0	470 000	180 000	0	0	650 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	470 000	180 000	0	0	650 000
Agrup. Resid. nas Romeiras (CEF)	TOTAL	0	0	150 000	875 000	0	0	1 025 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	150 000	875 000	0	0	1 025 000
Agrup. Resid. dos Viveiros (50 Fogos)	TOTAL	0	0	75 000	375 000	100 000	0	550 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	75 000	375 000	100 000	0	550 000
Construção 6 Fogos nas Figueirinhas	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
Agrup. Resid. do Porto Moniz (6 Fogos)	TOTAL	0	0	50 000	10 000	0	0	60 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	10 000	0	0	60 000
Aquisição de Terrenos	TOTAL	0	0	550 000	0	0	0	550 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	350 000	0	0	0	350 000
Figueirinhas - Caniço	TOTAL	214 000	208 000	150 000	0	0	0	572 000
	Cap. 50 O.R.	214 000	208 000	50 000	0	0	0	472 000
Nazaré - Diretos de Superfície	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
Ponte Santo - Matas	TOTAL	0	0	40 000	40 000	0	0	80 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	40 000	0	0	70 000
Barro e Feiteirinhas - Caniçal	TOTAL	0	0	60 000	40 000	0	0	100 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	40 000	0	0	90 000
Seixal - Porto Moniz	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
Outras Infraestruturas	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Abastecimento de Água a C. de Lobos - 2ª Fase COFIN POPII 1992-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	457 952 457 952	175 000 175 000	180 000 180 000	120 000 120 000	0 0	0 0	932 952 932 952
Central Dessalinizadora do Porto Santo 1990-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	169 090 169 090	55 000 55 000	110 000 110 000	0 0	0 0	0 0	334 090 334 090
Renovação da Rede de Água Potável no Porto Santo 1990-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	154 159 154 159	5 000 5 000	25 000 25 000	40 000 40 000	40 000 40 000	0 0	264 159 264 159
Remodelação da Conduta Elevatória entre o Tanque e a Camacha - Porto Santo COFIN POPII 1992-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	26 178 26 178	10 000 10 000	50 000 50 000	50 000 50 000	15 000 15 000	0 0	151 178 151 178
REFORÇO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS SE SRESA N.º PROJ. 6	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 260 629 1 260 629	435 000 435 000	590 000 590 000	410 000 410 000	300 000 300 000	300 000 300 000	3 295 629 3 295 629
Saneamento da Zona Baixa do Caniço (1ª e 2ª Fases) COFIN POPII 1991-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	341 148 341 148	120 000 120 000	225 000 225 000	235 000 235 000	0 0	0 0	921 148 921 148
Destino Final de Águas Residuais do Caniçal 1991-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	208 890 208 890	10 000 10 000	60 000 60 000	0 0	0 0	0 0	278 890 278 890
Tratamento e Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais COFIN POPII 1990-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	615 883 615 883	175 000 175 000	200 000 200 000	150 000 150 000	300 000 300 000	300 000 300 000	1 740 883 1 740 883
Ampliação da ETAR da Ilha do Porto Santo COFIN POSEMA-AMBIENTE 1992-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	42 600 42 600	125 000 125 000	75 000 75 000	0 0	0 0	0 0	242 600 242 600
Renovação da Rede de Saneamento Básico do Porto Santo; Estações Elevatórias de Águas Residuais 1990-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	52 108 52 108	5 000 5 000	25 000 25 000	25 000 25 000	0 0	0 0	107 108 107 108
Cooperação Técnica no Domínio do Ambiente 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
SISTEMA INTEGRADO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS SE SRESA N.º PROJ. 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	454 914 454 914	470 000 470 000	565 000 565 000	3 520 000 3 520 000	3 560 000 3 560 000	0 0	8 569 914 8 569 914
Sistema Integrado de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos incluindo ETRS da Meia Serra COFIN FUNDO DE CCESSÃO 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	454 914 454 914	470 000 470 000	545 000 545 000	3 200 000 3 200 000	3 500 000 3 500 000	0 0	8 169 914 8 169 914
Vazadouro de Terras 1996-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	320 000 320 000	60 000 60 000	0 0	400 000 400 000
ESTUDOS E PROJECTOS DE SANEAMENTO BÁSICO CF. 245 N.º PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	0 0	80 000 80 000
Estudos e Projectos referentes a Resíduos Sólidos e a Águas Residuais 1995-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	0 0	80 000 80 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
REFORÇO E MELHORIA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO ADUÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA	TOTAL	753 870	2 066 751	4 200 500	0	0	0	7 021 121
	Cap. 50 O.R.	753 870	797 773	1 792 000	0	0	0	3 343 643
SE. IGA	N.º PROJ. 1							
Reforço e Melhoria do Sistema de Captação, Adução e Tratamento de Água	TOTAL	753 870	2 066 751	4 200 500	0	0	0	7 021 121
	Cap. 50 O.R.	753 870	797 773	1 792 000	0	0	0	3 343 643
Estação de Tratamento da Zona Leste, incluindo a 1ª Fase-A do Sistema Adutor	TOTAL	0	100 000	142 000	0	0	0	242 000
	Cap. 50 O.R.	0	28 000	35 000	0	0	0	63 000
COFIN	POSEMA-AMBIENTE							
Laboratório Regional de Controle da Qualidade da Água (Estudos)	TOTAL	0	34 500	1 000	0	0	0	35 500
	Cap. 50 O.R.	0	9 660	500	0	0	0	10 160
COFIN	POSEMA-AMBIENTE							
Adução à ETA dos Socorridos e à Conduta da Cota 200	TOTAL	0	614 400	610 000	0	0	0	1 224 400
	Cap. 50 O.R.	0	172 032	150 000	0	0	0	322 032
COFIN	FUNDO DE COESÃO							
ETA dos Socorridos - 1ª Fase	TOTAL	509 206	200 014	28 000	0	0	0	737 220
	Cap. 50 O.R.	509 206	56 004	7 000	0	0	0	572 210
COFIN	FUNDO DE COESÃO							
Interligação das Origens de Água do Funchal - 1ª. Fase	TOTAL	2 559	80 750	102 000	0	0	0	185 309
	Cap. 50 O.R.	2 559	22 610	25 000	0	0	0	50 169
COFIN	FUNDO DE COESÃO							
Interligação das Origens de Água do Funchal - 2ª. Fase	TOTAL	0	51 500	285 000	0	0	0	336 500
	Cap. 50 O.R.	0	14 420	70 000	0	0	0	84 420
COFIN	FUNDO DE COESÃO							
Interligação das Origens de Água do Funchal - 3ª. Fase	TOTAL	0	0	102 000	0	0	0	102 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
COFIN	FUNDO DE COESÃO							
Sistema Adutor Machico - Caniçal- Stª. Cruz - 1ª. Fase B	TOTAL	8 730	95 635	358 000	0	0	0	462 365
	Cap. 50 O.R.	8 730	26 778	90 000	0	0	0	125 508
COFIN	FUNDO DE COESÃO							
Sistema Adutor Machico - Caniçal- Stª. Cruz - 2ª. Fase	TOTAL	0	14 096	510 000	0	0	0	524 096
	Cap. 50 O.R.	0	3 947	125 000	0	0	0	128 947
COFIN	FUNDO DE COESÃO							
Estação de Tratamento do Covão	TOTAL	18 368	349 173	247 000	0	0	0	614 541
	Cap. 50 O.R.	18 368	97 768	60 000	0	0	0	176 136
COFIN	POP II							
Execução de Furos de Captação e Pesquisa de Água	TOTAL	153 004	130 859	43 000	0	0	0	326 863
	Cap. 50 O.R.	153 004	36 641	10 000	0	0	0	199 645
COFIN	POP II							
Ampliação da ETA dos Socorridos 2ª Fase	TOTAL	0	0	35 000	0	0	0	35 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	0	8 000
COFIN	POP II							
Estações de Tratamento de Água de S. Jorge e da Rib.ª Brava	TOTAL	62 003	49 049	20 000	0	0	0	131 052
	Cap. 50 O.R.	62 003	49 049	20 000	0	0	0	131 052
Estação de Tratamento do Porto Novo	TOTAL	0	39 185	20 000	0	0	0	59 185
	Cap. 50 O.R.	0	39 185	20 000	0	0	0	59 185
Reservatório de Regularização do Porto Novo	TOTAL	0	2 600	25 000	0	0	0	27 600
	Cap. 50 O.R.	0	2 600	25 000	0	0	0	27 600
Reforço do Abastecimento ao Campanário	TOTAL	0	31 400	20 000	0	0	0	51 400
	Cap. 50 O.R.	0	31 400	20 000	0	0	0	51 400
Aquisição de Terrenos	TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
Sistema adutor Machico Caniçal Santa Cruz - 2ª. Fase (Estudos)	TOTAL	0	0	21 000	0	0	0	21 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
Abastecimento de Água ao Povo Santo (Estudos)	TOTAL	0	2 367	10 000	0	0	0	12 367
	Cap. 50 O.R.	0	2 367	10 000	0	0	0	12 367
Ampliação do Sistema Adutor do Rabaçal/Ponta do Pargo (Estudos)	TOTAL	0	5 924	5 000	0	0	0	10 924
	Cap. 50 O.R.	0	5 924	5 000	0	0	0	10 924
Regularização do Abastecimento do Sanio da Serra (Estudos)	TOTAL	0	4 543	2 000	0	0	0	6 543
	Cap. 50 O.R.	0	4 543	2 000	0	0	0	6 543
Remodelação do Sistema Adutor dos Tornos (Estudos)	TOTAL	0	57 043	26 500	0	0	0	83 543
	Cap. 50 O.R.	0	15 972	6 500	0	0	0	22 472
COFIN	F. Coesão							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Recuperação do Túnel 2 do Sistema de Aprov. dos Tornos	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	84 766 84 766	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	124 766 124 766
BEI-Temporais								
Recuperação da ETA dos Tornos	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	38 642 38 642	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	58 642 58 642
BEI-Temporais								
Localização de Barragens na Ilha da Madeira (Estudos)	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	10 000 10 000
Reforço do Abastecimento ao Porto Santo	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	50 000 50 000
Reforço da Adução ao Porto da Cruz	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	3 100 3 100	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	43 100 43 100
Reforço do Abastecimento à Ribeira Funda	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
Reforço do Abastecimento a Gaula	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	10 000 10 000
Recuperação das Estações Limnigráficas do Concelho de São Vicente	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	6 300 6 300	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	16 300 16 300
Adução de Água à Serra d' Água	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
Sistema Elevatório dos Socorridos - Remodelação e Equipamento	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	20 000 20 000
Ações de combate à Seca de 1995	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	36 405 36 405	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	86 405 86 405
Ligação do Furo de São João à rede	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	20 000 20 000
Ligação do Furo de João Gomes à rede	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	25 000 25 000
Sistema Elevatório da Cancela/Palheiro Ferrero F. Coesão	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	102 000 25 000	0 0	0 0	0 0	102 000 25 000
Ligação à Rib ^a Grande e à Levada da Fajã Rodrigues F. Coesão	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	244 000 60 000	0 0	0 0	0 0	244 000 60 000
Ligação à Rib ^a do Cidrão e aos Fins Múltiplos F. Coesão	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	154 000 38 000	0 0	0 0	0 0	154 000 38 000
Ligação dos Furos de Machico F. Coesão	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	122 000 30 000	0 0	0 0	0 0	122 000 30 000
Laboratório Regional da Qualidade de Água COFIN POSEIMA - Ambiente	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	34 500 9 660	61 000 15 000	0 0	0 0	0 0	95 500 24 660
Remodelação do Sistema Adutor dos Tornos - 1ª. Fase (ETA da Alegria) BEI-Temporais	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	200 000 200 000
Remodelação do Sistema Adutor dos Tornos - 2ª. Fase (ETA da Alegria) BEI-Temporais	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	250 000 250 000	0 0	0 0	0 0	250 000 250 000
Ligação à rede do Funchal - 3ª. Fase	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	100 000 100 000
EQUIPAMENTO SOCIO-CULTURAL	TOTAL	35 079	82 000	265 000	168 000	0	0	550 079
SESRESA Nº PROJ. 1 0	Cap. 50 O.R.	35 079	82 000	265 000	168 000	0	0	550 079
Constr. do Centro Cultural da paróquia de Sta Rita e Vitória - São Martinho 1994-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	4 365 4 365	5 000 5 000	80 000 80 000	35 000 35 000	0 0	0 0	124 365 124 365
Constr. do Salão Paroquial do Seixal 1996-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	40 000 40 000	0 0	0 0	90 000 90 000
Constr. de Salas Polivalentes, incl Adro da Igreja e Parque Infantil - Porto da Cruz 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	20 000 20 000	30 000 30 000	25 000 25 000	0 0	0 0	75 000 75 000
Arranjo do Centro Paroquial e Obras Sociais no Sítio do Garachico (Estr. de Câmara de Lobos) 1996-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	35 000 35 000	0 0	0 0	55 000 55 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Desassoreamento e Regularização do Leito de Ribeiras 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	32 000 32 000	35 000 35 000	30 000 30 000	0 0	0 0	97 000 97 000
Estudos e Projectos de Canalização de Ribeiras 1994-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	4 712 4 712	6 000 6 000	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	15 712 15 712
MEDIDAS VISANDO A PROTECÇÃO DO AMBIENTE SE: SRESA Nº PROJ. 5	TOTAL Cap. 50 O.R.	6 903 6 903	33 000 33 000	80 000 80 000	47 000 47 000	17 000 17 000	6 000 6 000	189 903 189 903
Integração e Recuperação Paisagística COFIN POSEMA-AMBIENTE 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 729 1 729	5 000 5 000	30 000 30 000	25 000 25 000	10 000 10 000	5 000 5 000	76 729 76 729
Carta de Riscos de Erosão COFIN POSEMA-AMBIENTE 1996-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	9 000 9 000	10 000 10 000	0 0	0 0	19 000 19 000
Aquisição de Equipamento de Medição do Ruído - Monitorização da Qualidade do Ambiente COFIN POSEMA-AMBIENTE 1993-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	4 139 4 139	3 000 3 000	1 000 1 000	2 000 2 000	2 000 2 000	1 000 1 000	13 138 13 138
Informatização, Formação e Aperfeiçoamento Profissional no domínio do Ambiente POSEMA-AMBIENTE 1993-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	900 900	20 000 20 000	20 000 20 000	5 000 5 000	0 0	0 0	45 900 45 900
Sensibilização das Populações para a Protecção do Ambiente POSEMA-AMBIENTE 1993-98	TOTAL Cap. 50 O.R.	135 135	5 000 5 000	20 000 20 000	5 000 5 000	5 000 5 000	0 0	35 135 35 135
ADQUIÇÃO DE TERRENS SE: SRESA Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
Expropriações (Ambiente, Urbanismo e Saneamento) COFIN 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 519 251 1 323 142	2 171 413 2 161 413	2 995 195 2 867 000	1 759 000 1 759 000	141 000 141 000	36 000 36 000	8 621 859 8 287 555
INFRAESTRUTURAS E ACÇÕES DE INVESTIGAÇÃO E DES-NO DOMNIO DOS RECURSOS NAT. ENERGIA E AMBIENTE SE: LREC Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	548 253 352 144	191 413 181 413	255 195 127 000	49 000 49 000	41 000 41 000	36 000 36 000	1 120 861 786 557
Instalações para o Laboratório Regional de Engenharia Civil COFIN P. PRISMA	TOTAL Cap. 50 O.R.	511 713 315 604	175 434 165 434	80 000 30 000	0 0	0 0	0 0	767 147 511 038
ISIS-Sistema Integrado de Desenvolvimento Sustentável COFIN P. LIFE	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	9 076 9 076	25 000 12 500	0 0	0 0	0 0	34 076 21 576
STEEP - Troca de Experiência nos Transportes COFIN P. PACTE	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	932 932	2 200 880	0 0	0 0	0 0	3 132 1 812
Controlo Biológico das Águas Interiores da RAM - 2ª Fase COFIN P. PACTE	TOTAL Cap. 50 O.R.	9 722 9 722	593 593	5 700 1 425	5 000 5 000	5 000 5 000	5 000 5 000	31 015 26 740
Programa de Ondometria Cap. 50 O.R.	TOTAL Cap. 50 O.R.	5 467 5 467	406 406	3 400 3 400	3 000 3 000	3 000 3 000	2 000 2 000	17 273 17 273
Programa de Hidrometria - LREC - IGA (Apoio LNETI-IST)	TOTAL Cap. 50 O.R.	7 545 7 545	2 906 2 906	6 800 6 800	8 000 8 000	8 000 8 000	6 000 6 000	39 251 39 251
Programa de Anemometria (Apoio LNEC)	TOTAL Cap. 50 O.R.	3 163 3 163	498 498	4 600 4 600	4 000 4 000	4 000 4 000	3 000 3 000	19 261 19 261
Apoio Técnico e Instalação de Sistemas Fotovoltaicos na RAM	TOTAL Cap. 50 O.R.	2 000 2 000	337 337	4 500 4 500	4 000 4 000	4 000 4 000	4 000 4 000	18 837 18 837
Controlo da Poluição Atmosférica	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 643 8 643	1 231 1 231	3 600 3 600	6 000 6 000	6 000 6 000	6 000 6 000	31 474 31 474

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Consolidação das Infraestruturas da Qualidade Industrial	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 35 595	95 595 0	0 0	0 0	95 595 35 595	
Estudo do Comportamento Térmico dos Edifícios	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 2 300	2 300 2 000	2 000 1 000	0 0	5 300 5 300	
Sistema de Informação Geográfica	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 13 600	13 600 10 000	10 000 5 000	5 000 5 000	33 600 33 600	
Dessalinização Solar	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 2 300	2 300 2 000	0 0	0 0	4 300 4 300	
Laboratório da Qualidade da Água	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 5 600	5 600 5 000	5 000 5 000	5 000 5 000	20 600 20 500	
INFRAESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA PENTEADA SE SRESA N.º PROJ. 4	TOTAL Cap. 50 O.R.	970 998 970 998	1 980 000 1 980 000	2 740 000 2 740 000	1 710 000 1 710 000	100 000 100 000	0 0	7 500 998 7 500 998
Centros Internacionais de Feiras, Exposições e Congressos (CIFEC) 1993-97 COFIN POP II	TOTAL Cap. 50 O.R.	716 236 716 236	1 500 000 1 500 000	1 600 000 1 600 000	900 000 900 000	0 0	0 0	4 716 236 4 716 236
CITMA - Centro de Investigação e Tecnologia da Madeira 1993-96 COFIN PRAXIS XXI	TOTAL Cap. 50 O.R.	254 762 254 762	300 000 300 000	250 000 250 000	0 0	0 0	0 0	804 762 804 762
Observatório Astronómico da Madeira 1996-97 COFIN PRAXIS XXI	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	160 000 160 000	0 0	0 0	200 000 200 000
Outras Infraestruturas do Polo Tecnológico 1996-98 COFIN POP II	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	400 000 400 000	100 000 100 000	0 0	1 100 000 1 100 000
Aquisição de Terrenos 1995-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	180 000 180 000	250 000 250 000	250 000 250 000	0 0	0 0	680 000 680 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	589 974 589 974	200 000 200 000	355 000 355 000	750 000 750 000	0 0	0 0	1 894 974 1 894 974
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL SE SRESA N.º PROJ. 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	589 974 589 974	200 000 200 000	350 000 350 000	750 000 750 000	0 0	0 0	1 889 974 1 889 974
Construção do Edifício para a SRESA no Campo da Barca (1ª Fase e 2ª Fase) 1990-97	TOTAL Cap. 50 O.R.	589 974 589 974	195 000 195 000	300 000 300 000	750 000 750 000	0 0	0 0	1 834 974 1 834 974
Beneficiação do Edifício-Sede da DRAC 1995-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	5 000 5 000	35 000 35 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
Beneficiação e Ampliação de Edifícios Públicos 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	15 000 15 000
FORMAÇÃO DO PESSOAL AFECTO À SRES SE SRESA N.º PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000
Acções de formação 1996-96	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	5 000 5 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	563 020	860 206	1 286 674	1 109 000	1 100 000	500 000	6 418 900
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL Cap. 50 O.R.	563 020	860 206	1 229 174	1 109 000	1 100 000	500 000	6 361 400
PROJECTOS NOVOS	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	57 500	0	0	0	57 500
		0	0	51 125	0	0	0	51 125
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	115 000	69 000	0	184 000
			0	0	89 500	69 000	0	158 500
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	115 000	69 000	0	184 000
SE: SRAS	Nº PROJS: 3		0	0	89 500	69 000	0	158 500
Formação e Apert. Profissional do Pessoal da SRAS - SRPP	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	0	0	0	35 000
1996-96	COFIN POP/FSE	0	0	35 000	0	0	0	35 000
Formação Especializada de Enfermeiros - Escola Superior de Enfermagem	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	69 000	0	0	119 000
1996-97	COFIN POP/FSE	0	0	50 000	69 000	0	0	119 000
Formação e Aperfeiçoamento Profissional - Centro Hospitalar do Funchal	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
1996-96	COFIN POP/FSE	0	0	4 500	0	0	0	4 500
SECTOR: SAÚDE		TOTAL Cap. 50 O.R.	555 000	805 000	1 035 000	965 000	1 100 000	4 950 000
			499 750	652 000	865 000	697 250	1 100 000	4 314 000
MADERA, SAÚDE E FUTURO - PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DA DOENÇA		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	50 000
SE: DFS	Nº PROJS: 1		0	0	50 000	0	0	50 000
Madeira, Saúde e Futuro - Programas de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
1996-96		0	0	50 000	0	0	0	50 000
BENEFICIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DOS CENTROS DE SAÚDE		TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	220 000	0	0	220 000
SE: CRS	Nº PROJS: 7		0	0	220 000	0	0	220 000
Remodelação/Ampliação de Centros de Saúde e de outros Edifícios do CRS	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	70 000	0	0	0	70 000
1996-96		0	0	70 000	0	0	0	70 000
Instalação do Centro de Saúde de Santo António	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
1996-96		0	0	30 000	0	0	0	30 000
Remodelação do Centro de Saúde do Bom Jesus	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
1996-96		0	0	20 000	0	0	0	20 000
Estudos de Organização e Elaboração de Projectos	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996-96		0	0	10 000	0	0	0	10 000
Equipamento Administrativo para Centros de Saúde	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
1996-96		0	0	15 000	0	0	0	15 000
Equipamento Médico Cirúrgico e de Fisioterapia	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	0	0	0	35 000
1996-96		0	0	35 000	0	0	0	35 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	
Equipamento Hospitalar e Material de Desinfecção e Esterilização	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1996-96		0	0	25 000	0	0	0	25 000
Renovação da Frota Automóvel	TOTAL C. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
1996-96		0	0	15 000	0	0	0	15 000
AMPLIAÇÃO, RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS HOSPITALARES	TOTAL Cap. 50 O.R.	555 000	805 000	765 000	965 000	1 100 000	500 000	4 690 000
SE: CHF	Nº PROJS: 6	499 750	652 000	595 000	697 250	1 100 000	500 000	4 044 000
Infraestruturas de Apoio	TOTAL Cap. 50 O.R.	75 000	250 000	250 000	50 000	500 000	500 000	1 625 000
1994-99		75 000	250 000	250 000	50 000	500 000	500 000	1 625 000
Modernização dos Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica	TOTAL Cap. 50 O.R.	225 000	200 000	200 000	400 000	400 000	0	1 425 000
1994-98		225 000	200 000	200 000	400 000	400 000	0	1 425 000
Modernização dos Serviços de Apoio a Áreas Médicas	TOTAL Cap. 50 O.R.	90 000	100 000	75 000	120 000	120 000	0	505 000
1994-98		90 000	100 000	75 000	120 000	120 000	0	505 000
Acolhimento e Atendimento de Doentes	TOTAL Cap. 50 O.R.	100 000	75 000	40 000	80 000	80 000	0	375 000
1994-98		100 000	75 000	40 000	80 000	80 000	0	375 000
Equipamento de Apoio ao Centro Hospitalar do Funchal - Laboratório de Hemodinâmica	TOTAL Cap. 50 O.R.	65 000	150 000	150 000	65 000	0	0	430 000
1994-97	COFIN POP II - FEDER	9 750	22 500	22 500	9 750	0	0	64 500
Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	30 000	50 000	250 000	0	0	330 000
1995-97	COFIN POP II - FEDER	0	4 500	7 500	37 500	0	0	49 500
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	30 000	100 000	75 000	0	0	205 000
		0	7 500	25 000	18 750	0	0	51 250
SISRAM - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE DA RAM	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	30 000	100 000	75 000	0	0	205 000
SE: SRAS	Nº PROJS: 2	0	7 500	25 000	18 750	0	0	51 250
SISRAM - Centro Regional de Saúde	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
1994-97	COFIN POP II - FEDER	0	0	7 500	0	0	0	7 500
SISRAM - Centro Hospitalar do Funchal	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	30 000	70 000	75 000	0	0	175 000
1994-97	COFIN POP II - FEDER	0	7 500	17 500	18 750	0	0	43 750
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 020	25 206	36 674	0	0	0	69 900
		8 020	3 781	5 501	0	0	0	17 302
PROTECÇÃO CIVIL	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 020	25 206	36 674	0	0	0	69 900
SE: SPPO	Nº PROJS: 3	8 020	3 781	5 501	0	0	0	17 302
Informatização dos Serviços e Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal do Serv. Regional	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	21 400	20 000	0	0	0	41 400
1994-96	COFIN POSEMIANIMANTE	0	3 210	3 000	0	0	0	6 210

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	
Sensibilização das Populações no Domínio da Protecção Civil	TOTAL	8 020	3 806	9 174	0	0	0	21 000
	Cap. 50 O.R.	8 020	571	1 376	0	0	0	9 967
1994-96	COFIN							
	POSEMA/AMBIENTE							
Formação Profissional no Domínio da Protecção Civil	TOTAL	0	0	7 500	0	0	0	7 500
	Cap. 50 O.R.	0	0	1 125	0	0	0	1 125
1996-96	COFIN							
	POP II - FSE							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
Estaleiro Naval e Porto de Pesca COFIN POP I 1996 - 97	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	2 000 000 2 000 000	700 000 700 000	0 0	0 0	2 700 000 2 700 000
Parque de Máquinas e Estação de Serviço do Terminal Marítimo da Z. Franca 1996 - 97	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	50 000 50 000	20 000 20 000	0 0	0 0	70 000 70 000
Transferência de Equipamentos de Elevação - Unidades de Guindagem 1996 - 96	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
Aquisição de Terrenos 1996 - 96	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	35 000 35 000	0 0	0 0	0 0	35 000 35 000
AEROPORTO INTERCONTINENTAL DA MADEIRA - PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO SE: ANAM Nº. PROJ.S. 1	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	400 000 400 000	0 0	0 0	0 0	400 000 400 000
Aeroporto Intercontinental da Madeira - Participação da RAM 1996 - 96	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	400 000 400 000	0 0	0 0	0 0	400 000 400 000
MANUTENÇÃO E PROTECÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS SE: DR Portos Nº. PROJ.S. 1	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	500 000 325 000	290 000 102 500	186 154 46 539	0 0	0 0	976 154 474 039
Manutenção e Protecção de Infraestruturas Portuárias Grande Reparação do Molhe Exterior da Pontinha COFIN POP II e BEI 1995 - 97	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	500 000 325 000	290 000 102 500	186 154 46 539	0 0	0 0	976 154 474 039
Manutenção do porto do Porto Santo - Recarga de Tetrápodes 1996 - 96	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
CONSTRUÇÃO DO MOLHE CAIS DO PORTO NOVO SE: DR Portos Nº. PROJ.S. 1	TOTAL Cap. 50 O.R. 85 000 85 000	100 000 25 000	220 000 55 000	0 0	0 0	0 0	405 000 165 000
Construção do Molhe Cais do Porto Novo COFIN POP I 1994 - 96	TOTAL Cap. 50 O.R. 85 000 85 000	100 000 25 000	220 000 55 000	0 0	0 0	0 0	405 000 165 000
MELHORAMENTOS EM PEQUENOS PORTOS SE: DR Portos Nº. PROJ.S. 1	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	30 000 30 000	128 750 128 750	325 000 325 000	0 0	0 0	483 750 483 750
Melhoramento de Pequenos Portos Ampliação do Cais da Calheta - 2ª fase 1995 - 97	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	30 000 30 000	18 750 18 750	300 000 300 000	0 0	0 0	348 750 348 750
Reparação do Cais da Vila de Porto Santo 1996 - 96	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	40 000 40 000	25 000 25 000	0 0	0 0	65 000 65 000
Outras Infraestruturas Portuárias - Reparações e Construções diversas 1996 - 96	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	70 000 70 000	0 0	0 0	0 0	70 000 70 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO À ACTIVIDADE PORTUÁRIA	TOTAL	0	4 100	270 000	35 000	0	0	309 100
SE: DRPortos Nº. PROJ.S. 1	Cap. 50 O.R.	0	4 100	270 000	35 000	0	0	309 100
Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Actividade Portuária	TOTAL	0	4 100	270 000	35 000	0	0	309 100
	Cap. 50 O.R.	0	4 100	270 000	35 000	0	0	309 100
Renovação da Frota Automóvel da DRPortos	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Grande Reparação de Equipamento Portuário	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
1996 -96	Cap. 50 O.R.	0	0	50 000	0	0	0	50 000
Construção de uma Torre de Controlo e Comunicações para a Navegação	TOTAL	0	0	40 000	0	0	0	40 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	0	40 000
Sistema de Segurança do Porto do Funchal	TOTAL	0	4 100	15 000	0	0	0	19 100
1995 -96	Cap. 50 O.R.	0	4 100	15 000	0	0	0	19 100
Execução da Rede de Água do Porto do Funchal	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Estudos e Projectos relativos a Infraestruturas e Actividades Marítimas e Portuárias	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Repavimentação da estrada de acesso ao Terminal Sul do Porto do Funchal	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Renovação da frota de movimentação de contentores	TOTAL	0	0	75 000	0	0	0	75 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	75 000	0	0	0	75 000
Cacifos para embarcações de Pesca no Porto Santo	TOTAL	0	0	35 000	35 000	0	0	70 000
1996 - 97	Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	35 000	0	0	70 000
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DE DO CONSUMIDOR	TOTAL	0	0	80 000	760 000	0	0	820 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	80 000	760 000	0	0	820 000
PARQUE DE ACÇÃO COMERCIAL	TOTAL	0	0	40 000	760 000	0	0	800 000
SE: SPECE Nº. PROJ.S. 1	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	760 000	0	0	800 000
Parque de Acção Comercial	TOTAL	0	0	40 000	760 000	0	0	800 000
COFIN PROCOM	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	760 000	0	0	800 000
1996 - 97								
PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
SE: SPECE Nº. PROJ.S. 4	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
Promoção de Produtos Regionais	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	0	20 000	77 000	175 000	0	0	272 000
	Cap. 50 O.R.	0	20 000	77 000	175 000	0	0	272 000
ZONAS BALNEARES	TOTAL	0	20 000	75 000	175 000	0	0	270 000
SE: DRPortos Nº. PROJ.S. 1	Cap. 50 O.R.	0	20 000	75 000	175 000	0	0	270 000
Zona Balnear de Ponta Delgada	TOTAL	0	20 000	75 000	175 000	0	0	270 000
1995 -97	Cap. 50 O.R.	0	20 000	75 000	175 000	0	0	270 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1994	1995 Execução Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
ACÇÕES DE INTERCÁMBIO JUVENIL	TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
SE: SRECE	Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
* Festejar a Europa *	TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE		TOTAL	0	0	25 000	0	0	25 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	25 000
PROTECÇÃO E DEFESA COSTEIRA E DE ÁGUAS MARÍTIMAS	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
SE: DRPortos	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Protecção e Defesa Costeira de Águas Marítimas	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Protecção Marginal do Paúl do Mar - 2ª. fase	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	0	0	30 000	0	0	30 000
		Cap. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	30 000
PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE ECONÓMICA - PIDAE	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
SE: SRECE	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica - PIDAE	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
SE: SRECE	Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
Participação em Programas de Cooperação Inter-Regional no domínio Empresarial	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Ações de Cooperação Externa (DRCECE)	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	18 972	13 500	54 000	17 500	10 000	113 972
		Cap. 50 O.R.	18 972	13 500	54 000	17 500	10 000	113 972
INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA DIRECÇÃO REGIONAL DOS PORTOS	TOTAL	18 972	10 000	7 500	2 500	0	0	38 972
SE: DRPortos	Cap. 50 O.R.	18 972	10 000	7 500	2 500	0	0	38 972
Aquisição de Equipamento Informático	TOTAL	18 972	10 000	7 500	2 500	0	0	38 972
1991 - 1997	Cap. 50 O.R.	18 972	10 000	7 500	2 500	0	0	38 972
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL	TOTAL	0	0	16 000	0	0	0	16 000
SE: SRECE	Cap. 50 O.R.	0	0	16 000	0	0	0	16 000
Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal da Direcção Regional das Comunidades Europeias e Cooperação Externa	TOTAL	0	0	8 000	0	0	0	8 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	0	8 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Exec. Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	50 467	221 807	5 359 830	127 500	82 500	82 500	5 924 604
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL Cap. 50 O.R.	50 467	221 807	5 244 830	127 500	82 500	82 500	5 809 604
PROJECTOS NOVOS	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	115 000	0	0	0	115 000
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DE-SENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL Cap. 50 O.R.	25 277	38 383	94 000	0	0	0	157 660
PÓLO TECNOLÓGICO DA MADEIRA (GAB. SEC.)	TOTAL Cap. 50 O.R.	25 277	38 383	94 000	0	0	0	157 660
SE: SRF Nº. PROJS: 4		25 277	38 383	94 000	0	0	0	157 660
Redes de Cooperação	TOTAL Cap. 50 O.R.	2 353	80	4 000	0	0	0	6 433
1994 - 96 COFIN RECITE		2 353	80	4 000	0	0	0	6 433
Gestão, Assistência e Investimentos do Pólo	TOTAL Cap. 50 O.R.	22 924	38 303	90 000	0	0	0	151 227
1994 - 96 COFIN POP II		22 924	38 303	90 000	0	0	0	151 227
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL Cap. 50 O.R.	14 697	116 924	516 780	97 500	62 500	62 500	870 901
MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDÓGENA	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 790	53 243	262 000	35 000	0	0	352 033
SE: SRF Nº. PROJS: 3		1 790	53 243	262 000	35 000	0	0	352 033
Dinamização Empresarial	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	90 000	0	0	0	90 000
1996-96 COFIN REGIS II		0	0	90 000	0	0	0	90 000
Divulgação das Oportunidades de Investimento na Região Autónoma da Madeira	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	3 351	3 000	0	0	0	6 351
1995-96		0	3 351	3 000	0	0	0	6 351
Estratégia, Marketing, Finanças e Informação	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
1996-96 COFIN POP II		0	0	20 000	0	0	0	20 000
Conselho Europeu do Direito do Ambiente	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	12 000	30 000	35 000	0	0	77 000
1995-97 COFIN REGIS II		0	12 000	30 000	35 000	0	0	77 000
Gestão, Promoção, e Investimentos no CIFEC (Feiras e Congressos)	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 773	20 858	61 400	0	0	0	84 031
1994 - 96 COFIN POP II		1 773	20 858	61 400	0	0	0	84 031
BIC - Gestão e Promoção	TOTAL Cap. 50 O.R.	17	17 034	57 600	0	0	0	74 651
1994 - 96 COFIN FEDER		17	17 034	57 600	0	0	0	74 651
PROJECTOS DE INFORMAÇÃO REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	4 832	6 063	157 500	0	0	0	168 395
SE: SRF Nº. PROJS: 6		4 832	6 063	157 500	0	0	0	168 395
Projecto EURISLES - Criação de um Banco de Dados	TOTAL Cap. 50 O.R.	4 832	5 000	8 000	0	0	0	17 832
1992-96 COFIN RECITE		4 832	5 000	8 000	0	0	0	17 832
Contas Económicas Regionais	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	1 500	0	0	0	1 500
1996 - 96		0	0	1 500	0	0	0	1 500

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1994	1995 Exec. Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL	
Inquérito à Produção Agrícola	TOTAL	0	0	3 000	0	0	0	3 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	3 000	0	0	0	3 000
Sistema de Gestão e de Informação Geográfica	TOTAL	0	1 063	30 000	0	0	0	31 063
1995 - 96	Cap. 50 O.R.	0	1 063	30 000	0	0	0	31 063
Projectos de Sociedades de Informação	TOTAL	0	0	75 000	0	0	0	75 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	75 000	0	0	0	75 000
COFIN POP II								
Outros Projectos Comunitários	TOTAL	0	0	40 000	0	0	0	40 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	0	40 000
COFIN CIC								
GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS POPRAM II	TOTAL	8 075	57 618	85 280	62 500	62 500	62 500	338 473
SE: SRF Nº. PROJ: 5	Cap. 50 O.R.	8 075	57 618	85 280	62 500	62 500	62 500	338 473
Monitorização do Programa na Direcção Regional de Informática	TOTAL	1 607	1 000	5 000	5 000	5 000	5 000	22 607
1994 - 99	Cap. 50 O.R.	1 607	1 000	5 000	5 000	5 000	5 000	22 607
COFIN POP II								
Monitorização do Programa na Direcção Regional de Planeamento	TOTAL	220	12 284	20 000	10 000	10 000	10 000	62 504
1994 - 99	Cap. 50 O.R.	220	12 284	20 000	10 000	10 000	10 000	62 504
COFIN POP II								
Funcionamento da Unidade de Gestão	TOTAL	5 426	19 678	30 280	25 000	25 000	25 000	130 384
1994 - 99	Cap. 50 O.R.	5 426	19 678	30 280	25 000	25 000	25 000	130 384
COFIN POP II								
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL	822	13 186	7 500	7 500	7 500	7 500	44 008
1994 - 99	Cap. 50 O.R.	822	13 186	7 500	7 500	7 500	7 500	44 008
COFIN POP II								
Gestão e Acompanhamento	TOTAL	0	11 470	22 500	15 000	15 000	15 000	78 970
1994 - 99	Cap. 50 O.R.	0	11 470	22 500	15 000	15 000	15 000	78 970
COFIN POP II								
ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS COMUNITÁRIOS	TOTAL	0	0	12 000	0	0	0	12 000
SE: SRF Nº. PROJ: 2	Cap. 50 O.R.	0	0	12 000	0	0	0	12 000
Acções de Acompanhamento do POPRAM II	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
Acções de Acompanhamento Diversas	TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
SECTOR. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	10 493	66 500	74 200	30 000	20 000	20 000	221 193
	Cap. 50 O.R.	10 493	66 500	74 200	30 000	20 000	20 000	221 193
FORMAÇÃO E APERF. T ^º PROFISSIONAL DO PESSOAL DA DIR. REG. DE PLANEAMENTO	TOTAL	0	0	4 500	0	0	0	4 500
SE: SRF Nº. PROJ: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	4 500	0	0	0	4 500
Acções de Formação	TOTAL	0	0	4 500	0	0	0	4 500
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	4 500	0	0	0	4 500
COFIN POP II - FSE								
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SEC. REG. DAS FINANÇAS	TOTAL	0	0	5 700	0	0	0	5 700
SE: SRF Nº. PROJ: 5	Cap. 50 O.R.	0	0	5 700	0	0	0	5 700

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1994	1995 Exec. Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
Afecto à Dir. Reg. de Informática	TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
Afecto à Dir. Reg. do Planeamento	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
Afecto à Dir. Reg. de Estatística	TOTAL	0	0	600	0	0	0	600
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	600	0	0	0	600
Afecto à Dir. Reg. de Finanças	TOTAL	0	0	1 100	0	0	0	1 100
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	1 100	0	0	0	1 100
Afecto à Dir. Reg. de Orçamento e Contabilidade	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIR. REG. DE INFORMÁTICA	TOTAL	10 493	66 500	40 000	30 000	20 000	20 000	186 993
SE: SRF Nº. PROJS: 2	Cap. 50 O.R.	10 493	66 500	40 000	30 000	20 000	20 000	186 993
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos	TOTAL	1 526	42 500	20 000	10 000	0	0	74 026
1994 - 97	Cap. 50 O.R.	1 526	42 500	20 000	10 000	0	0	74 026
GABMATIC - Correio e Escritório Electrónico	TOTAL	8 967	24 000	20 000	20 000	20 000	20 000	112 967
COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	8 967	24 000	20 000	20 000	20 000	20 000	112 967
1993 - 99								
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TOTAL	0	0	24 000	0	0	0	24 000
SE: SRF Nº. PROJS: 2	Cap. 50 O.R.	0	0	24 000	0	0	0	24 000
No Domínio da Informática (DRI)	TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000
1996 - 96								
Outras Acções de Formação (DRAPL)	TOTAL	0	0	18 000	0	0	0	18 000
COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	18 000	0	0	0	18 000
1996 - 96								
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS	TOTAL	0	0	4 674 850	0	0	0	4 674 850
CF: 420	Cap. 50 O.R.	0	0	4 674 850	0	0	0	4 674 850
Câmara Municipal da Calheta				396 997	0	0	0	396 997
Câmara Municipal do Funchal				1 879 957	0	0	0	1 879 957
Câmara Municipal de Câmara de Lobos				327 305	0	0	0	327 305
Câmara Municipal de Machico				239 553	0	0	0	239 553
Câmara Municipal da Ponta do Sol				250 000	0	0	0	250 000
Câmara Municipal do Porto Moniz				105 000	0	0	0	105 000
Câmara Municipal do Porto Santo				193 632	0	0	0	193 632
Câmara Municipal da Ribeira Brava				454 950	0	0	0	454 950
Câmara Municipal de Santana				151 856	0	0	0	151 856
Câmara Municipal de Santa Cruz				371 290	0	0	0	371 290
Câmara Municipal de São Vicente				183 810	0	0	0	183 810
Associação de Municípios da Madeira				120 500	0	0	0	120 500

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1994	1995 Exec. Prevista	1996	1997	1998	Anos Seguintes	TOTAL
Afecto à Dir. Reg. de Informática	TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	2 000	0	0	0	2 000
Afecto à Dir. Reg. do Planeamento	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
Afecto à Dir. Reg. de Estatística	TOTAL	0	0	600	0	0	0	600
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	600	0	0	0	600
Afecto à Dir. Reg. de Finanças	TOTAL	0	0	1 100	0	0	0	1 100
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	1 100	0	0	0	1 100
Afecto à Dir. Reg. de Orçamento e Contabilidade	TOTAL	0	0	1 000	0	0	0	1 000
1996 - 96	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000	0	0	0	1 000
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIR. REG. DE INFORMÁTICA	TOTAL	10 493	66 500	40 000	30 000	20 000	20 000	186 993
SE: SRP Nº. PROJ. 2	Cap. 50 O.R.	10 493	66 500	40 000	30 000	20 000	20 000	186 993
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos	TOTAL	1 526	42 500	20 000	10 000	0	0	74 026
1994 - 97	Cap. 50 O.R.	1 526	42 500	20 000	10 000	0	0	74 026
GABMATIC - Correio e Escritório Electrónico	TOTAL	8 967	24 000	20 000	20 000	20 000	20 000	112 967
COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	8 967	24 000	20 000	20 000	20 000	20 000	112 967
1993 - 99								
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TOTAL	0	0	24 000	0	0	0	24 000
SE: SRP Nº. PROJ. 2	Cap. 50 O.R.	0	0	24 000	0	0	0	24 000
No Domínio da Informática (DRI)	TOTAL	0	0	6 000	0	0	0	6 000
COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	6 000	0	0	0	6 000
1996 - 96								
Outras Acções de Formação (DRAPL)	TOTAL	0	0	18 000	0	0	0	18 000
COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	18 000	0	0	0	18 000
1996 - 96								
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS	TOTAL	0	0	4 674 850	0	0	0	4 674 850
CF: 420	Cap. 50 O.R.	0	0	4 674 850	0	0	0	4 674 850
Câmara Municipal da Calheta				396 997	0	0	0	396 997
Câmara Municipal do Funchal				1 879 957	0	0	0	1 879 957
Câmara Municipal de Câmara de Lobos				327 305	0	0	0	327 305
Câmara Municipal de Machico				239 553	0	0	0	239 553
Câmara Municipal da Ponta do Sol				250 000	0	0	0	250 000
Câmara Municipal do Porto Moniz				105 000	0	0	0	105 000
Câmara Municipal do Porto Santo				193 632	0	0	0	193 632
Câmara Municipal da Ribeira Brava				454 950	0	0	0	454 950
Câmara Municipal de Santana				151 856	0	0	0	151 856
Câmara Municipal de Santa Cruz				371 290	0	0	0	371 290
Câmara Municipal de São Vicente				183 810	0	0	0	183 810
Associação de Municípios da Madeira				120 500	0	0	0	120 500

